



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - BNDES			
EVENTO: Reunião Ordinária/Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1541/15	DATA: 27/08/2015	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 09h52min	TÉRMINO: 16h22min	PÁGINAS: 149

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUCIANO COUTINHO - Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.

SUMÁRIO

Deliberação de requerimentos e audiência pública com o convidado sobre o tema da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Houve exibição de imagens.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Bom dia a todos.

Invocando a proteção divina, em nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o BNDES.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 4ª reunião ordinária da Comissão, realizada no dia 20 de agosto.

Indago ao Plenário se há necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Peço dispensa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a ata.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Expediente.

Informo que foi distribuído aos membros da Comissão o resumo da correspondência recebida na última semana.

Sras. e Srs. Parlamentares, nós tivemos na última terça-feira uma reunião fechada, na qual tentamos, de forma consensual... E este tem sido o nosso papel desde o início dos trabalhos desta CPI: temos procurado sempre manter o diálogo, o equilíbrio, acima de tudo, o consenso, unindo os Parlamentares em torno da aprovação unânime de todos os procedimentos adotados até aqui por esta Comissão.

Nós estamos, cada vez mais, agindo e trabalhando e criando as condições para que o plano de trabalho de S.Exa. o Relator, Deputado José Rocha, possa ser efetivado da melhor maneira possível e na última terça-feira nós acordamos uma pauta. Eu queria pedir a anuência do Plenário para que votássemos hoje essa pauta já consensuada, uma pauta basicamente exclusiva do Relator, em bloco, para que pudéssemos ganhar tempo.

Consulto o Plenário se podemos adotar a medida de votação em bloco.

Com a palavra o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, estamos de acordo, até porque foi um entendimento que fizemos em relação à pauta do Relator. Então,



como os requerimentos são conhecidos, não vejo problema em votarmos em bloco todos eles, como V.Exa. está sugerindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, nós concordamos em votar em bloco, desde que haja consenso, como é este caso. Então, nós concordamos neste momento. Quando houver dissenso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O.k.

Vamos estabelecer, então, Deputado, que, quando tivermos a unanimidade, votaremos em bloco.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Quando tivermos dissidência não adotaremos essa prática.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Uma das pessoas convocadas ficou no BNDES apenas 10 dias, e o Relator e o Presidente concordaram em retirá-la da lista de convocações.

Então, concordamos, se essa pessoa que ficou apenas 10 dias no BNDES e não tem o que dizer aqui for retirada. Esse foi o consenso também.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eu verifiquei com a minha assessoria, e nós temos informações de que nesse mandato desse Sr. Eleazar, a quem o senhor se refere, foram assinados vários contratos com a República de Cuba, o que é objeto de investigação nesta CPI.

Portanto, nós discordamos dessa supressão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, abordarei duas questões, rapidamente.

Primeiro, eu vou encaminhar a V.Exa., Sr. Presidente, uma reclamação, de acordo com o nosso Regimento Interno — art. 96, § 2º —, que vou passar por escrito para V.Exa., em relação à quebra de toda a tradição e a jurisprudência... É uma reclamação da bancada do PPS, deliberada pela bancada, por conta da nossa exclusão, como autores desta CPI, rompendo com toda a jurisprudência e a tradição da Casa. E aí não há nenhum questionamento em relação a nenhum dos indicados; a questão é o PPS ter ficado de fora das participações, não só do corpo diretivo desta CPI, como também nas sub-relatorias que foram indicadas por V.Exa.

Eu sei, já, da posição de V.Exa., mas quero formalizar este pedido de reclamação, este protesto em relação a essa quebra da tradição da Casa — aliás, dos Parlamentos no mundo todo, inclusive do Brasil —, que foi inédita nesta CPI, contrariando, inclusive, todas as outras CPIs em que estivemos presentes.

Em segundo lugar, com relação à pauta que V.Exa. está colocando como tendo sido, inclusive, sugerida pelo Relator e que foi acolhida no acordo feito na terça-feira, eu tive a oportunidade de conversar com alguns Deputados, inclusive com o Relator, e queria sugerir — se o Relator concordar, evidentemente — que nós reduzíssemos o número de diretores a serem ouvidos.

Vejam bem: nós temos aqui o Presidente do BNDES, que hoje será ouvido; temos o Vice e a Diretoria Jurídica, que também está naquele calendário; depois nós temos quatro ex-Presidentes do BNDES; depois nós temos seis diretores — dois, dois e dois.

Então, a ponderação que eu fiz ao Deputado José Rocha, Relator — e tive a sua aquiescência — é no sentido de que nós reduzamos de seis diretores para três diretores, à escolha do próprio Relator. Senão, nós vamos passar quase 20 dias ouvindo a institucionalidade do BNDES. Eu acho que isso é demais. Eu acho que é um a questão apenas de bom senso. A gente escolheria, em consenso, os diretores, e o Relator bateria o martelo, já que a pauta inicial, por deferência de V.Exa., é dele — eu não tenho nenhum questionamento quanto a isso. Sugiro apenas que nós reduzamos a quantidade de diretores, mantenhamos os outros — os ex-Presidentes, inclusive — e reduzamos pela metade o número de diretores.



A outra questão, consequência dessa, é que no último item que foi aprovado aqui, depois do TCU e do COAF, nós definimos os empresários. É o último item desse cronograma. Nós poderíamos apreciar já algum desses, para que não tenhamos que convocar outra reunião para aprovar o que já aprovamos no calendário geral.

Essas são as sugestões que eu gostaria de suscitar a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Jordy, com relação ao posicionamento do seu partido, eu já me manifestei, inclusive em solidariedade a V.Exa. e ao Deputado Rubens Bueno. É ponto pacífico essa questão.

Com relação ao número excessivo de que V.Exa. fala, eu também acho, mas isso foi um acordo que nós fizemos, e, como nós construímos um acordo acerca dessa questão da pauta do Relator, nós podemos rever também esse posicionamento. Também concordo com V.Exa. em que há um número de excessivo de representantes do banco. Uma vez que nós vamos ouvir todos os ex-Presidentes de 2003 a 2015, penso que algum diretor mais técnico, de uma área mais específica, Relator, poderia ser ouvido. Mas isso vai passar também por deliberação, pela anuência do Plenário e do Relator.

Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Eu indago ao Relator se, na visão dele, seria importante a oitiva de todos esses diretores.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Fica a critério do Plenário. Quanto a mim, eu não tenho nenhuma objeção à colocação ou reiteração dos nomes desses diretores na lista. Agora, eu entendo que, desses diretores, nós poderíamos tirar dois e manter os outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós poderíamos aprovar a pauta integralmente como está, e depois deliberaríamos com relação a essa questão. Eu acho que fica mais fácil, Deputado Edio.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Perfeitamente, Sr. Presidente. Nós aprovaríamos como está e depois selecionaríamos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu acho que, depois, à medida que ocorrerem as oitivas com os ex-Presidentes, a gente poderá mensurar a necessidade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, outra sugestão: se não houver objeção de ninguém — e, da minha parte, se quiserem retirar três ou retirar dois nomes, nós não vamos criar problemas por isso —, eu acho que V.Exa. já poderia colocar em votação a alteração, para que ouçamos, em vez de seis diretores, quatro diretores, que é a proposta do Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Vamos aprovar logo!

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Vamos aprovar.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Vamos aprovar a ata.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY- Depois a gente escolhe apenas quais são os dois diretores.

Sr. Presidente, como não estava definido nem antes, nem agora, depois o próprio Relator pode indicar os quatro diretores, se todos concordarem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Então passemos à Ordem do Dia.

Deliberação de requerimentos.

Item 1. Requerimento nº 124, de 2015, do Sr. José Rocha, que *“requer seja convidado o senhor Eleazar de Carvalho Filho, ex-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para que forneça esclarecimentos sobre operações de crédito firmadas pela instituição financeira, as quais são objeto de exame pela CPI-BNDES”*.

Item 2. Requerimento nº 125, de 2015, do Sr. José Rocha, que *“requer seja convidado o senhor Carlos Francisco Theodoro Macha Ribeiro de Lessa, ex-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para que forneça esclarecimentos sobre operações de crédito firmadas pela instituição financeira, as quais são objeto de exame pela CPI-BNDES”*.

Item 3. Requerimento nº 126, de 2015, do Sr. José Rocha, que *“requer seja convidado o senhor Demian Fiocca, ex-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para que forneça esclarecimentos*



sobre operações de crédito firmadas pela instituição financeira, as quais são objeto de exame pela CPI-BNDES”.

Item 4. Requerimento nº 127, de 2015, do Sr. José Rocha, que “*requer seja convidado o senhor Guido Mantega, ex-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para que forneça esclarecimentos sobre operações de crédito firmadas pela instituição financeira, as quais são objeto de exame pela CPI-BNDES*”. Apensado pelos Requerimentos nºs. 53, 78, 85 e 179.

Item nº 5. Requerimento nº 128, de 2015, do Sr. José Rocha, que “*requer seja convocado o senhor José Henrique Paim Fernandes, Diretor de Infraestrutura Social, Meio Ambiente e Agropecuário e de Inclusão Social (BNDES), para que forneça esclarecimentos sobre operações de crédito firmadas pela instituição financeira, as quais são objeto de exame pela CPI-BNDES*”.

Item nº 6. Requerimento nº 129, de 2015, do Sr. José Rocha, que “*requer seja convocado o senhor Maurício Borges Lemos, Diretor de Administração Financeira e Operações Indiretas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES*”. Apensado ao Requerimento nº 40.

Requerimento nº 130, de 2015, do Sr. José Rocha, que “*requer seja convocado o Sr. Roberto Zuni Machado, Diretor de Infraestrutura e Insumos Básicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, para que forneça esclarecimentos sobre operações de crédito firmadas pela instituição financeira, as quais são objeto de exame pela CPI-BNDES*”.

Requerimento nº 132, de 2015, do Sr. José Rocha, que “*requer seja convocado o Sr. Júlio Cesar Maciel Ramundo, Diretor da Diretoria Industrial, Capital Empreendedor e Mercado de Capitais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, para que forneça esclarecimentos sobre operações de crédito firmadas pela instituição financeira, as quais são objeto de exame pela CPI-BNDES*”. Apensado ao Requerimento nº 190.

Requerimento nº 133, de 2015, do Sr. José Rocha, que “*requer seja convocado o Sr. Fernando Marques Santos, Diretor de Recursos Humanos, Secretaria de Gestão do Projeto AGIR e Tecnologia da Informação, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, para que forneça*



esclarecimentos sobre operações de crédito firmadas pela instituição financeira, as quais são objeto de exame pela CPI-BNDES”.

Requerimento nº 134, de 2015, do Sr. José Rocha, que *“requer seja convocado o Sr. João Carlos Ferraz, Diretor de Planejamento, Pesquisa e Acompanhamento Econômico e Gestão de Riscos, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, para que forneça esclarecimentos sobre operações de crédito firmadas pela instituição financeira, as quais são objeto de exame pela CPI-BNDES”.* Apensado ao Requerimento nº 06.

Requerimento nº 197, de 2015, do Sr. José Rocha, que *“requer sejam requisitados servidores do Banco do Brasil S.A e da Receita Federal do Brasil para auxiliar os trabalhos da CPI-BNDES”.*

Passo a palavra ao autor dos requerimentos, eminente Relator, Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente. V.Exa. leu o Item nº 1, e nós acordamos que ele sairia do bloco. Falo do Requerimento nº 124, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado João, vamos...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Senão, não vai ter consenso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Mas o Relator prefere aprovar e, depois...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Nós vamos aprovar...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Aí, não vai ter consenso.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Não, não, ele está falando... Foi o Deputado Zarattini que levantou a questão do Item 1.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Ele foi Presidente durante 10 dias apenas. Não tem sentido.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Mas assinou alguns contratos, inclusive com Cuba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É. A alegação é de que ele assinou alguns contratos sobretudo do Porto de Mariel.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Cadê esse documento?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - E outros contratos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Como já está na pauta...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Como é que ele tem conhecimento de documentos, e nós não, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Veja, nós adotamos a política de convocar...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não é verdade, Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - ... todos os ex-Presidentes. Se ele passou 10 dias ou 10 anos, ele está no rol de ex-Presidentes.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Então, isso foi um acordo que nós promovemos. Se ele passou 10 dias...

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Ele está no período...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - ... se ele vai contribuir com o desenrolar da CPI ou não, é outro lado da questão. Agora, que ele foi ex-Presidente do banco, foi.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Por 10 dias!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ele está em período... Pode ser 1 ano apenas.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Ele tem contratos assinados, Presidente. Ele tem contratos assinados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Essa é minha opinião, mas a deliberação é de V.Exas., e sobretudo, do Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Minha sugestão: retira hoje e, se trouxer...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Não, não, não, não, não.

(Intervenções simultâneas- "Não! Não! Não! Não!")



O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Se trazer os contratos para nós termos conhecimento deles, aí coloca. Não tem problema nenhum. A gente não tem conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado João Gualberto, nós convencionamos um acordo, não é? Até pela votação em bloco, foi feito um acordo.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não, o acordo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ficou claro...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) -... quando houver qualquer tipo de...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É, eu acho que nós vamos aprovar, na inteireza...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não, eu me manifestei antes. Eu me manifestei antes.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - É em bloco. Rejeita tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós estamos votando em bloco.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Passo a palavra agora ao autor dos requerimentos, Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como é uma CPI do BNDES, para, justamente, investigar suspeitas de contratos realizados pelo banco, nada mais justo do que aqui ouvirmos todos os seus ex-Presidentes, dentro do período que esta Comissão se propõe a investigar: de 2003 a 2015.

Portanto, os meus requerimentos se fundamentam justamente na necessidade de ouvirmos todos os ex-Presidentes que, nesse período, assinaram contratos de financiamento e projetos do banco, do BNDES. Portanto, nós precisamos, realmente, ouvir todos os ex-Presidentes durante esse período.



Esse é o nosso fundamento em relação à necessidade de ouvirmos ex-Presidentes e o atual Presidente, que daqui a pouco será ouvido por esta Comissão.

Em relação ao requerimento de requisição de funcionários, é para compor o corpo técnico de que nós precisamos nesta Comissão para estudar toda a documentação que aqui vai...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Facilitar as análises.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - ... ser recepcionada por esta Comissão.

Ilustre Deputado Jordy, em relação aos diretores do banco, eu quero que coloquem um adendo no sentido de que nós estamos aprovando a oitiva de seis, mas serão ouvidos apenas quatro, e os dois serão, depois, excluídos da pauta de convocações que será colocada pelo Sr. Presidente.

Portanto, o meu parecer, Sr. Presidente, em relação à apresentação desses requerimentos é nesse sentido.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Na verdade, sob o aspecto formal, o Eleazar, de fato, integrou o BNDES no ano de 2003. Embora a CPI aborde as gestões de 2003 a 2015 e ele tenha permanecido por apenas 10 dias, parece-me injustificável a sua convocação. É injustificável, até porque ele poderá falar sobre os 10 dias de sua permanência frente ao BNDES. É politizar, de certa forma, um pouco, a CPI.

Eu fiz um apelo aos Deputados para que nós convocássemos os Presidentes e os ex-Presidentes que, de fato, podem trazer subsídios para o bom andamento da CPI. Convocar um ex-Presidente que falará sobre 10 dias me parece excessivo.

Por isso, nós fizemos um apelo ao Relator para que tirasse da pauta essa convocação. Foram essas as nossas razões.

Sob o aspecto formal, está absolutamente correto: os 10 dias estavam dentro do exercício de 2003. Por essa razão houve a convocação. Sob o aspecto do que soma isso, na verdade, é praticamente zero. Não soma nada para a CPI nem para os subsídios que a CPI pode colher durante esse processo. Acho que não há nenhuma razão para a sua convocação. E, se houver contratos, e se houver a



necessidade, nós temos tempo hábil para, nas próximas deliberativas, fazer a convocação, desde que haja razões para isso, assim como faremos com outros ex-diretores, diretores ou agentes que poderão ser convocados.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Zarattini.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, para mostrar a boa vontade nossa, vamos convocar, vamos conhecer esses contratos assinados durante os 10 dias, mostrar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Muito bem, Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - ... a nossa boa vontade, que a gente quer apurar, de fato...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O.k.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado, Deputado João Gualberto.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Parabéns a V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - O Deputado João Gualberto dá uma demonstração de que quer ajudar nos trabalhos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu só quero aqui...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Eu tive que registrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É elogiável, inclusive, o posicionamento dele.

Deputado Relator...

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu só queria — desculpe-me — ajudar nos trabalhos, e fazer isso é convocar, de fato, quem pode subsidiar a CPI; ajudar nos trabalhos não é convocar alguém que vai poder dar uma contribuição relativa a 10 dias de gestão.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Sr. Presidente...

O senhor imagine os valores dos contratos que o Presidente assinou.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Ilustre Vice-Presidente Haddad, quando fizemos aqui o acordo sobre esta pauta, existia mais um ex-Presidente a ser convocado, que era — nem convocação seria, mas convite — o Mendonça de Barros. E foi feito um acordo em que retiramos o nome Mendonça de Barros, porque não estava no período de 2003 a 2015, e deixamos o Eleazar, que ficou como Presidente do banco durante 10 ou 15 dias, salvo melhor juízo.

Portanto, foi um acordo feito. Vamos manter o acordo, para que outros acordos sejam mantidos.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - E honrados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Vamos tocar.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Relator, mas V.Exa. sabe que nós não temos nem acesso a esses contratos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Mas vamos ter.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Então, quando a gente discute...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Mas nós vamos ter.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, questão de ordem. Presidente...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - ... a aprovação de requerimentos relativos a contratos, nós temos dificuldade para aprovar. E quando a gente discute que há um Presidente que ocupou o cargo por 10 ou 15 dias, tem Deputados que têm ciência de que há contratos assinados e quais são esses contratos.

Então, realmente, nós temos que ter um encaminhamento sério e firme desta CPI, porque isso não foi um acordo. O escopo dela é investigar fatos ocorridos entre 2003 e 2015. Qualquer membro que fosse chamado, convocado ou convidado para responder por período anterior a esse sairia desse escopo legal. Agora, essa boa vontade nós devemos tê-la ampla e irrestrita quando houver a necessidade de documentos e também de convocações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente, permita-me.



Só em relação à proposta do Deputado Jordy de excluir dois diretores da relação de convocados, eu sugiro que sejam excluídos o Requerimento nº 128, que trata do Diretor Social de Meio Ambiente, José Henrique Paim Fernandes, e o Requerimento nº 133, que trata do Diretor de Recursos Humanos, Fernando Marques Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Relator, poderíamos aprovar os requerimentos de convocação de 4 diretores...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Só um pouquinho, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - ... e, posteriormente, acordaríamos quais os diretores seriam convidados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eu estou sugerindo que já fiquem excluídos esses dois diretores, dentro da proposta do Deputado Jordy...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Veja bem...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Espera aí, espera aí. Deixe-me falar um pouquinho também. Só você quer falar?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Relator, mas, se pudéssemos convocar quatro diretores, depois, nós, em um acordo, poderíamos decidir que diretores que seriam convocados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - É uma sugestão do Relator...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas o que V.Exa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Agora, não tenho nada contra o que vier em contrário dos Srs. Parlamentares.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - E deixaríamos em aberto quais os quatro diretores que poderiam estar aqui conosco.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Mas nós temos que decidir, Deputado Baldy — me desculpe —, hoje, para que a pauta seja...

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Nós temos que aprovar a pauta como foi acordada.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, de minha parte...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Vamos aprovar a pauta da maneira como ela se encontra e depois nos discutimos esse pormenor.

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES - Vamos aprovar a pauta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Senão, nós não vamos avançar.

Com a palavra o Deputado Edson.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - De minha parte, nenhuma objeção...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Edson.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - ... à sugestão de exclusão de dois diretores.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - O pessoal que quer falar aí, só eles é que querem falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Isso porque nós fizemos um acordo na terça-feira, não é?

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Então, se não tivesse acordo, imagina. A melhor coisa que tem é cumprir acordo. É a melhor coisa que tem. Dá tudo certinho.

Eu acho também que é cedo para tirar alguém da pauta.

O lance é o seguinte: nem começou a andar ainda, o pessoal já está querendo atropelar. O que acontece? O passo tem que ser dado um de cada vez, senão você tropeça na perna. A verdade é essa. Por isso que eu digo: cada dia com a sua agonia. Vamos aprovar a pauta e depois nós... Vai desenvolver, vão vir os contratos, nós vamos analisar, aí nós podemos até tirar esse pessoal que a gente acha que deve tirar. Eu não sei para que essa correria toda, essa afobação. Vamos devagarzinho. Senão, se não formos devagar, a gente vai cair. E eu quero chegar a algum lugar. Eu quero chegar a algum lugar. Não se pode ficar atropelando.

Então, vamos cumprir o acordo que foi feito. Na última vez, eu saí daqui, V.Exa. falou que ia cumprir o acordo, que ia seguir o acordo rigidamente, e assim espero. Estou aqui para isso.

Toca para frente, Presidente. Senão, nós vamos ficar amassando barro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V. Exa.

Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, é rápido. Vamos colocar em votação. Essa questão dos 10 dias é apenas uma questão de bom senso, mas não vai ser motivo para que a gente não aprove o requerimento do Presidente. No processo, vamos analisar se convocamos ou não convocamos, se chamamos ou não chamamos, se é dispensável ou não.

Mas acho que nós estamos gastando uma energia enorme com questões acerca das quais nós podemos, depois, chegar a um entendimento.

Então, vamos colocar em votação os requerimentos e ouvir o Presidente Luciano Coutinho, que é o fundamental nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Em votação os Requerimentos da Ordem do Dia desta quinta-feira, de autoria do eminente Relator, Deputado José Rocha, constantes dos Itens de 1 a 11.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Item 17 da pauta.

Requerimento nº 94, de 2015, do Sr. Arnaldo Jordy, que *“requer seja convidado o Sr. Ricardo Lião, Secretário-Executivo do Conselho de Controle de Atividades Financeiras — COAF”*.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, Deputado Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Bom, Sr. Presidente, esta proposição está dentro do que nós acordamos na terça-feira acerca da convocação de membros do COAF e do Tribunal de Contas da União.

Portanto, este requerimento é apenas a expressão daquilo que foi debatido nesta Comissão e acordado por todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Consulto se alguém deseja encaminhar contra o requerimento do Deputado Arnaldo. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira encaminhar, coloco em votação.



As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 18 da pauta.

Requerimento nº 157, de 2015, do Sr. Miguel Haddad e outros, que “*requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convocação do Sr. Julio Marcelo de Oliveira, do TCU*”.

Para encaminhar, concedo a palavra ao autor, Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Sr. Presidente, o Tribunal de Contas da União já vem se manifestando em relação ao BNDES. Há uma série de informações e subsídios que muito podem contribuir com a CPI, razão do meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Consulto se alguém deseja encaminhar contra o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera encaminhar, coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Enquanto aguardamos a chegada do nosso convidado, indago se alguém do Plenário deseja fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Concedo a palavra ao Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Apenas quero fazer um entendimento sobre os procedimentos.

Nós temos vários Deputados inscritos e, certamente, muitas perguntas serão feitas. É preciso deixar combinado entre nós como será o desenrolar desses questionamentos. Teríamos duas opções: fazer blocos, e o Presidente responde, ou fazer perguntas e respostas.

Eu quero dizer que sou simpático à segunda opção, a de fazer perguntas e respostas, porque certamente as perguntas serão complexas, e aí dará tempo para o Presidente desenvolver e nós complementarmos os questionamentos.



Eu gostaria de perguntar a V.Exa. como seria esse procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu não tenho problema algum em adotar o procedimento que desejar e necessitar a maioria dos integrantes da Comissão.

Nós vamos conceder a palavra ao Presidente por 20 minutos; depois, vamos conceder a palavra ao autor, Deputado Miguel Haddad; e, em seguida, vamos conceder a palavra ao Relator.

Eu acho que a gente poderia, se for o desejo de V.Exas., estipular um tempo razoável, de 5 minutos, para cada Parlamentar fazer a sua explanação e os questionamentos. Penso, Deputado Betinho Gomes, que, para que otimizemos o tempo, talvez possamos fazer blocos de três Parlamentares.

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Individual é melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Então, nós vamos fazer blocos de 3 minutos. Cada Parlamentar terá direito a 3 minutos e nesse tempo fará os seus questionamentos. Fará a pergunta e ouvirá a resposta com o Presidente.

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Perguntas e respostas.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Três minutos é pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu só peço a compreensão de V.Exas., porque 3 minutos não é um tempo razoável para que a gente possa desenvolver o nosso raciocínio, mas nós não podemos perder de vista que hoje teremos a Ordem do Dia antecipada e, exatamente por conta disso, vamos precisar otimizar os trabalhos aqui.

Então, peço as V.Exas., encarecidamente, que, para que todos possam se manifestar, seja cumprido o prazo estipulado, de 3 minutos, com pergunta e resposta do Presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, 3 minutos não dá nem para tapar o buraco do dente. Estou acostumado a interrogar por 10 horas, 15 horas. O que vou fazer em 3 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a inteligência e poder de síntese de V.Exa., não tenho dúvida alguma de que vai se adequar aos 3 minutos. *(Risos.)*



O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - São 3 minutos para perguntas. Depois, nós vamos ouvir o Presidente. Vai contando o tempo por pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Solicito a quem não se inscreveu que o faça, porque, assim que começar a explanação do Presidente, nós vamos suspender as inscrições.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever. Por gentileza, cadê a relação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Vou solicitar ao apoio que passe de bancada em bancada para coletar as assinaturas.

Iniciaremos agora a audiência pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito, resultado da aprovação do Requerimento nº 01, de 2015, do Sr. Miguel Haddad.

Informo que durante a fala do convidado não haverá apartes.

Os Deputados interessados em interpelar o convidado deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria da Comissão.

Convido o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, para sentar-se à mesa. *(Pausa.)*

Agradeço a presença ao Presidente Luciano Coutinho e, mais uma vez, externo o nosso sentimento, o nosso pesar, a nossa solidariedade pela perda da sua genitora.

Concedo a palavra ao Sr. Luciano Coutinho, pelo tempo de 20 minutos.

Declaro neste momento encerradas as inscrições.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Muito bom dia, Exmos. Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Vice-Presidentes, Srs. Sub-Relatores. Quero expressar a minha disposição de esclarecer, de prover todas as informações que esta CPI considerar necessárias. A nossa atitude é de colaboração e de transparência, que é a nossa política.

Eu vou fazer uma breve exposição, que talvez ajude numa melhor compreensão do funcionamento da instituição.

Eu até preferia fazê-lo de pé. Não sei se há um microfone portátil.

(Segue-se exibição de imagens.)

Muito bem. Queria antes explicar como funciona a instituição. Serei descritivo.



O BNDES é uma instituição que está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e presta contas e é supervisionada por muitas instituições. Ela é frequentemente auditada pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria-Geral da União e está submetida a regulamentos do Conselho Monetário Nacional; do regulador, que é o Banco Central; da Comissão de Valores Mobiliários; aos normativos da Receita Federal. Está também submetida ao Tesouro Nacional, que é o nosso principal e único acionista; à Superintendência de Seguros Privados, no que diz respeito a operações de seguro; e, obviamente, ao Ministério da Fazenda, que tem o comando sobre essas duas Secretarias e a liderança do Conselho Monetário.

O banco é uma instituição que funciona através de decisões colegiadas.

Eu quero mostrar os principais colegiados do banco, por onde transitam todas as decisões de concessão de apoio.

O Comitê de Enquadramento, Crédito e Mercado de Capitais é formado por superintendentes de carreira da instituição; é um comitê fundamental, porquanto por ele passam todas as operações, tanto de crédito quanto de renda variável e de comércio exterior. Essas operações são enquadradas e aprovadas nesse Comitê.

Há um Comitê Gerencial, de superintendentes também, um pouco mais amplo. É um comitê que decide sobre políticas, especialmente as políticas operacionais, a calibragem das condições de crédito, das condições de participação, respondendo aos desafios do País e à conjuntura específica em cada momento de política macroeconômica.

E há também o Comitê de Assuntos Financeiros, que zela pela saúde financeira da instituição, pelo atendimento às regras de Basileia, pela manutenção de condições saudáveis de capitalização da instituição.

Dois outros comitês são mistos, porque reúnem diretores e superintendentes. O Comitê de Planejamento, que estabelece um plano de capital de 3 anos, que é uma exigência do regulador, o Banco Central, e também um planejamento de longo prazo, de 10 anos, indicativo de grandes prioridades.

O segundo comitê misto é o Comitê de Orçamento, que segue as diretrizes do Comitê de Planejamento, mas lida com o dia a dia. O Comitê de Orçamento trabalha com o mês seguinte, com o trimestre seguinte e com o semestre seguinte. Ele



gerencia o fluxo de caixa da instituição e a programação financeira e orçamentária da instituição, área por área.

Todas as decisões relevantes da instituição são tomadas a partir desses Comitês. À Diretoria cabe aprovar, finalmente, a contratação, a aprovação de operações e a contratação de políticas.

Todo esse processo, especialmente as linhas de planejamento, precisa ser referendado pelo Conselho de Administração, que tem como principal missão estabelecer e referendar o planejamento de longo prazo da instituição.

Além disso, há os Comitês de Auditoria e o Conselho Fiscal, do Conselho de Administração.

O banco tem um amplo espectro de atuação: ele financia da indústria e infraestrutura ao agronegócio; projetos de investimento, chamados *projects finances*, especialmente em infraestrutura.

Ele apoia a comercialização, através da FINAME, de venda de máquinas, equipamentos, tratores, colheitadeiras e muitos outros bens de capital da indústria.

O banco dispõe de um cartão de crédito dedicado à pequena empresa, o Cartão BNDES, um produto muito importante e bem-sucedido.

Além disso, tem aumentado de forma muito marcante o apoio à inovação.

Temos o apoio à exportação e à inserção internacional de empresas e à exportação de serviços, que é um dos temas relevantes e de interesse desta Comissão.

Além disso, há linhas de capital de giro; apoio à inclusão social e produtiva, feito, em parte, com recursos não reembolsáveis; e também apoio cultural e esportivo, em que o banco se notabiliza, especialmente na área cultural, pela qualidade das suas políticas de suporte à cultura.

Mais recentemente, nós temos empenhado grande esforço no apoio à sustentabilidade ambiental.

Eu quero agora mostrar como o processo decisório de um projeto típico, de um crédito, se procede na instituição.

O interessado, seja uma empresa ou uma instituição, vai apresentar o projeto ao banco. Esse projeto vai passar por uma avaliação inicial quanto à sua aderência às políticas do banco, que são explícitas. Uma vez que esse projeto tenha aderência



e possa ser examinado, esse departamento vai remetê-lo ao Comitê de Enquadramento e, paralelamente, a uma análise na área de risco de crédito do banco, uma área segregada, que atribui, após uma análise do balanço e das condições cadastrais da empresa, um *rating* de crédito àquele projeto, atribui um risco — quem analisa e desenvolve o projeto não calcula o risco. É calculado separadamente, segregadamente. Além disso, a área de planejamento estabelece critérios mínimos de qualidade de análise e de qualidade do projeto. Uma vez que passa por esses Comitês, o projeto é entregue à área operacional, que vai detalhar o projeto com ajuda do interessado — há aqui um processo de interação. Quando o projeto está maduro, ele, tendo a aprovação do Comitê, vai para o nível de Diretoria. Na Diretoria, ele passa pelos assessores dos diretores, para verificarem a consistência, e a diretoria pode aprová-lo ou não. Frequentemente, a Diretoria estabelece condições adicionais ou pode fazer ajustes. Uma vez aprovado, o projeto vai ser contratado. Uma vez contratado, o projeto vai ser implementado. Na implementação do projeto, a equipe técnica fica obrigada a acompanhá-lo.

Os recursos não são adiantados, os recursos são liberados *pari passu*, à medida que o projeto se desenvolve e que se comprova a execução dos gastos. Uma vez comprovada a execução dos gastos, o desembolso é paulatinamente efetuado, até a conclusão do projeto. Uma vez concluído o projeto, o acompanhamento permanece, para verificar se o projeto está apresentando a *performance* que foi imaginada, que foi planejada.

Esse processo, portanto, é um processo que envolve vários comitês, em geral envolve várias equipes separadas; mais de 50 pessoas, no mínimo, participam de um processo decisório para a aprovação de um crédito.

No caso das operações de comércio exterior, existem dois processos simultâneos: um processo dentro do banco, que é aquele que eu já expliquei, e um processo fora do banco, porque, nas operações de comércio exterior, é necessário um seguro de crédito, especialmente quando nós estamos tratando de operações com riscos mais altos e que demandam um seguro.

Operações comerciais tipo aeronaves exportadas para um mercado altamente desenvolvido, como é o caso dos Estados Unidos, prescindem desse tipo de aprovação, mas um projeto normal de comércio exterior começa com a consulta do



exportador. O exportador precisa ter obtido um contrato para obras, prestação de serviços e equipamentos no exterior. Ele vai demandar ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações — COFIG, que é um comitê de secretários da Casa Civil, Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional, Relações Exteriores, Planejamento e MDIC — Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que o preside, para verificar se esse projeto tem mérito para receber o seguro de crédito à exportação.

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. — ABGF tem o papel técnico de examinar as condições e estabelecer o risco de crédito, avaliar, calibrar o risco, fixar o risco. No passado, essa função era feita pela SBCE — Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação S.A., hoje é feita pela ABGF. Uma vez calculado esse risco, o seguro pode ser atribuído e a SAIN — Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda é encarregada de operacionalizar a concessão do seguro.

Esse é um seguro muito importante. Ele é lastreado em um fundo garantidor, que é um fundo garantidor do Tesouro Nacional, e que dá plena segurança para o BNDES em relação à operação.

Simultaneamente, se esse financiamento tem alguma equalização de juros através do Programa de Financiamento às Exportações — PROEX, essa negociação é feita junto ao Tesouro Nacional, para atribuir o nível de equalização. O PROEX é administrado pelo Banco do Brasil.

Finalmente, uma vez que todo esse processamento que envolve vários organismos está concluído, o BNDES, então, pode dar início à sua análise. O BNDES, tendo aquela preliminar, vai proceder à análise normal interna, passando por todo o crivo que eu já expliquei.

Portanto, a operação de comércio exterior é algo mais complexo, que envolve esferas de Governo mais altas, das quais, nessa esfera que o banco acompanha, mas não vota, o banco é um participante passivo, digamos assim, desse processo.

No caso da exportação de um serviço, é muito importante entender que não há transferência de moeda estrangeira para o exterior, ou seja, quando se apoia uma obra, um projeto para um País no exterior, não existe a transferência de moeda estrangeira, de dólares, do BNDES para o País no exterior. O que é que se passa?



Passa-se, primeiro, a produção de bens e serviços no País que serão exportados. Essa produção é auditada, auditorias independentes, passo a passo, e, à medida que ela vai se concretizando e as exportações vão sendo realizadas, o BNDES desembolsa em reais no Brasil ao exportador. Essa exportação vai gerar do importador, pode ser uma empresa ou um País, uma obrigação de pagamento a longo prazo, feita, sim, em moeda forte.

É relevante mostrar que o BNDES, diferentemente dos concorrentes, não financia gastos locais no exterior. Nós só financiamos gastos, ou seja, produção para exportação no Brasil, que gere emprego e renda no Brasil. Portanto, a nossa política é bem mais restritiva do que a política de vários concorrentes que, além de apoiar a exportação de bens e serviços próprios, apoiam também as obras locais, os gastos locais no exterior, diferentemente do BNDES. Portanto, essa é uma explicação importante para entender a mecânica da exportação de serviço.

Eu quero, então, mostrar aqui alguns números, rapidamente, sobre o desempenho econômico-financeiro do banco. Primeiro, quero mostrar o BNDES, uma instituição sólida e prudente do ponto de vista financeiro. Nosso Índice de Basileia, que fechou agora em 31 de junho, estava em 17%. É o índice de capitalização total, muito acima do mínimo exigido, de 11%. Desses 17%, 11,3% é capital principal, capital base, mostrando que nós temos mantido índices de capitalização extremamente satisfatórios. A nossa exposição cambial é baixa, é rediada. A nossa exposição ao setor público está bem abaixo do teto, e os nossos índices de imobilização também estão muito abaixo. Portanto, o Banco cumpre com folga todas as regras do regulador.

Em relação à qualidade da carteira, o BNDES tem uma carteira de altíssima qualidade. A carteira do BNDES é de qualidade muito superior à média das instituições financeiras nacionais privadas e públicas: 99,7% da carteira é entre AA e C, portanto, uma carteira na qual o banco pode operar, quando a média do sistema nacional é de 92,9%; das instituições privadas é de 91,6%, etc. Por isso, a participação de *ratings* de baixa qualidade no BNDES é muito pequena: 0,3%.

Essa qualidade da carteira se reflete numa baixíssima inadimplência. O BNDES tem a mais baixa inadimplência do Sistema Financeiro Nacional. O último número é 0,05%, baixíssima inadimplência, quando comparada à inadimplência do



sistema financeiro em geral, que está em 2,5%, 3%. É 0,05%, muito baixa a inadimplência.

O banco tem um ativo total hoje de 911 bilhões de reais, um patrimônio líquido de 38 bilhões de reais, um lucro líquido, no 1º semestre, de 3,5 bilhões de reais. Teve lucro em 2013 e 2014, de 8,5 bilhões de reais. Então, é uma instituição rentável, com carteira de alta qualidade e que opera com *spreads* muito baixos.

Quando comparamos o BNDES com outros grandes bancos, o China Development Bank, o KfW, que é o grande banco de desenvolvimento alemão, tem um papel extraordinário na economia alemã, nós vemos que, por carteira de crédito, o BNDES seria o terceiro banco de desenvolvimento do mundo. Se nós olharmos por lucratividade e por inadimplência, nós vamos ver que o BNDES se qualifica de uma forma muito favorável, como um banco rentável de baixíssima inadimplência, quando comparado com outros grandes bancos de desenvolvimento no mundo, como o banco japonês, como a instituição italiana ou como o KDB, da Coreia do Sul.

O BNDES também é importante pelo seu peso no sistema de crédito. Por exemplo, a carteira de crédito do BNDES como proporção do PIB é de 11%, mas ela é inferior, por exemplo, ao peso da carteira do KfW alemão sobre a economia alemã, que é de 14,5% ou do China Development Bank, que é de 12,2%. Portanto, o BNDES é o terceiro, mas comparado a um grande banco de país em desenvolvimento, a China, e a um grande banco estatal de país desenvolvido, que é o KfW alemão.

Além disso, nós temos a estrutura de fontes de fundo do passivo do banco. Hoje, o Tesouro Nacional representa 57% do passivo; o FAT, 22,6%, e várias outras fontes de captações externas, o PIS/PASEP, operações de mercado, debêntures compõem a estrutura de capital.

Essa estrutura permite uma operação com razoável flexibilidade, porque o retorno das operações, na medida em que os clientes vão pagando, amortizando, ocorre de maneira que, em 2015, até o 1º semestre, 93% dos nossos recursos vieram do retorno de operações passadas.

Com uma carteira de alta qualidade, baixa inadimplência, o retorno ajuda a reemprestar e a disponibilizar recursos, além da contribuição do FAT e de outras



operações de renda variável, retornos por que nós optemos para levar o banco adiante.

Há sempre uma pergunta sobre o custo desses recursos do Tesouro. Eu apresentei aqui um exercício, mostrando o seguinte: foi feito um exercício do custo dos recursos do Tesouro projetados para os próximos 40 anos. Seria de 180 bilhões de reais, nos próximos 40 anos.

Mas esse custo apenas levava em consideração o lado do custo, a diferença entre a TJLP e a SELIC, ou o custo de captação do Tesouro. Se levarmos em conta o benefício gerado pelas operações do BNDES, ou seja, se levarmos em conta que o BNDES é uma instituição lucrativa que paga dividendos e paga tributos, paga Imposto de Renda, nos últimos 5 ou 6 anos, o BNDES pagou mais de 100 bilhões de reais, entre dividendos e Imposto de Renda, por exemplo; se nós deduzíssemos o pagamento de dividendos, tributos e retenção de lucros projetados para esses próximos 40 anos, essa conta cairia de 180 para 44.

Se nós considerássemos que o BNDES alavanca investimentos, pelo menos uma parcela importante do investimento não aconteceria sem o crédito de longo prazo do BNDES, e que esse investimento gera tributos na hora em que ele se realiza e deduzíssemos da conta, nós teríamos, então, uma contribuição positiva e não negativa. Vale dizer, dependendo das premissas, e se a SELIC vier a cair, como é e deve ser desejo de todos nós — que a SELIC possa cair para níveis civilizados ao longo do tempo —, este custo vai-se reduzir, e os benefícios produzidos pela atuação do banco geram essa contribuição positiva e não negativa para as finanças do País.

Obviamente isso é apenas uma tabela, mas existe um estudo técnico que teremos muito prazer em disponibilizar.

Podemos seguir adiante? Não sei se eu já estourei o tempo.

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Presidente, o senhor já estourou o tempo, e eu pediria que V.Exa. pudesse otimizar um pouco mais, porque nós temos pouco tempo para o início da sessão deliberativa.

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Sr. Presidente, ele vai passar um *folder* disso que foi exposto aqui para a Comissão?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ele já se prontificou, inclusive, a fazê-lo agora. Isso depois será publicado também na página da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Peço ao Presidente Coutinho que finalize a sua apresentação.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Vou acelerar aqui.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui temos o resultado da BNDESPAR. A BNDESPAR tem tido um resultado muito importante, contribuindo com 40% do lucro. É uma subsidiária extremamente rentável. Opera em bases de mercado. Aqui está o lucro da BNDESPAR. Ela tem, portanto, um papel relevante na contribuição para o lucro da instituição.

Eu quero falar um pouquinho de transparência, porque o BNDES tem um compromisso profundo com a transparência. Nós estamos hoje disponibilizando todos os dados, desde 2002 a 2015, de todas as operações do banco no *site* do BNDES na Internet. Qualquer cidadão pode conhecer quem são os beneficiários, quais são as taxas de juros, quais são os prazos e quais são as garantias de todas as operações; qual é a operação, onde ela está localizada, quem é o beneficiário. Idem para os financiamentos à exportação de obras e serviços no exterior desde 2002: quem são os beneficiários, quais são as taxas, prazos, prazos de carência, garantias, etc. Temos também estatísticas de desembolso mais antigas, para quem quiser pesquisar, desde 1995, por região, Estado, porte de empresa, produto e assim por diante.

Temos buscado contratar relatórios independentes sobre a efetividade do papel da instituição, feitos por outras entidades independentes. Cumprimos com regras rigorosas de governança e de observância de *compliance* na instituição: código de ética, processos de decisão, regras de prevenção à lavagem de dinheiro e outras regras. Estamos em processo permanente de aperfeiçoamento dessas regras, temos os nossos demonstrativos econômico-financeiros, serviços de informação ao cidadão e assim por diante.

É uma instituição extremamente transparente. Se nós compararmos o BNDES com outras instituições, nós vamos ver que o BNDES é, dentre os bancos de desenvolvimento, aquele que fornece de maneira mais ampla e transparente informações sobre todas as suas operações na Internet. Então, ele é hoje uma



instituição exemplar em matéria de transparência, não só em suas operações internas, mas também em suas operações externas. Neste momento, nós temos inclusive mais transparência do que o EXIM Bank americano com relação às informações. Nós temos orgulho disso e nós temos e teremos muita satisfação em mostrar isso a esta Comissão e em atender a todas as demandas desta Comissão informando aquilo que for de interesse.

Eu já disse que o banco está sujeito a órgãos de controle. Nós tivemos 1.090 demandas de auditoria do TCU, 1075 da CGU nos últimos anos, e 90% disso foram atendidos nos prazos. O que não foi atendido, depois foi satisfatoriamente cumprido. E observamos todas as orientações dos órgãos de controle.

Eu vou passar muito rapidamente pela contribuição ao desenvolvimento do País. O BNDES ajudou a aumentar os investimentos em infraestrutura e na geração de emprego. Essas curvas mostram isso. O aumento do desembolso do BNDES adicionou nos últimos anos mais 3 pontos de percentagem do PIB em investimentos a cada ano. Entre 2004 e 2006, se tomarmos mais para trás, o investimento total sobre o PIB, o investimento macroeconômico sobre o PIB, oscilava em torno de 16%, 17% — 16,5%. A partir de 2007, o investimento passou a oscilar acima de 20%, em torno de 19% e 20%. Ou seja, saímos de 16,5% para 20,5%, agregando 3 pontos de percentagem ao ano na formação bruta de capital. Dessa forma, o BNDES ajudou a elevar o patamar de investimento do País.

Aqui está a contribuição à infraestrutura, que é parte disso.

O BNDES também ajudou a aumentar um pouquinho o peso do Brasil na exportação internacional de bens e serviços. Nós tínhamos uma *market share* de 1,2 em 2004 — temos hoje de 2,4, mas ainda estamos muito longe de vários concorrentes.

Nós temos, portanto, na nossa carteira de serviços de engenharia, uma carteira muito rentável. Desde 2007, essa carteira rendeu 2 bilhões de reais a mais. Se ela fosse remunerada à SELIC, ela teria rendido menos do que rendeu nesse período. É uma carteira remunerada à variação cambial mais *spreads*. É uma carteira rentável e é uma carteira na qual não há inadimplência.

Temos um orgulho muito grande de apoiar a pequena empresa. Se eu excluir a infraestrutura e a administração pública, em que predomina a grande empresa,



todo o resto é mais ou menos meio a meio: pequena e média empresa e grande empresa. São 57 bilhões de reais para micro e pequena empresa no ano passado, em que o cartão teve um peso muito relevante.

Não é verdadeiro que o BNDES apoia uma meia dúzia de empresas favoritas. Das mil maiores empresas, nós apoiamos 804. É uma instituição aberta, que apoia quem bate à sua porta e tem bons projetos.

Outro ponto que nos dá orgulho é que nós conseguimos aumentar de maneira relevante a participação do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, melhorando a distribuição regional do BNDES: diminuindo o nosso desembolso no Sudeste, mantendo-o no Sul e aumentando-o nas regiões em desenvolvimento. E queremos fazer mais nesse capítulo.

Aqui temos a carteira da BNDESPAR. São quase 300 empresas investidas, 47 fundos. Ela tem um papel relevante no avanço da governança corporativa, no avanço nas práticas das empresas investidas.

É este, em síntese, o papel do BNDES. É uma instituição técnica, com decisões colegiadas, com decisões impessoais. A liberação de recursos está sempre condicionada à execução física e financeira dos projetos depois de auditados. É uma instituição prudente, sólida, rentável. É uma instituição transparente. É uma instituição cujo escopo de instrumentos permite ajudar o desenvolvimento do País e nos permite, com muito orgulho, enfrentar novos desafios, o desafio da inovação, da inclusão social, da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento do mercado de capitais.

O BNDES tem sido a principal mola propulsora do mercado de capitais, e temos hoje uma agenda muito relevante, que é a agenda das debêntures corporativas e das debêntures de infraestrutura, junto com o mercado de capitais, para criar meios privados de financiamento de longo prazo junto com o BNDES.

Sr. Presidente, desculpe-me por ter estourado o tempo, Sr. Relator, Srs. Deputados, mas era importante dar essa visão geral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa., Presidente Luciano Coutinho.



O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra, para uma questão de ordem, o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, agradeço a exposição ao Dr. Luciano Coutinho, mas é bom compartilhar com os colegas que o Presidente do BNDES está aqui hoje na condição de convidado. Evidentemente, nessa condição, não há obrigação de fazer o juramento nem de responder a todos os questionamentos que serão feitos aqui, no decorrer da nossa reunião, mas é bom alertar também que isso não vai tirar de nós a prerrogativa de uma convocação futura. Aliás, já anunciamos que a nossa bancada vai apresentar requerimento de convocação, porque acho importante, ao final de todos ouvidos, que nós possamos ter aqui, novamente, o Presidente, para de tirar dúvidas levantadas no processo, como, por exemplo, dúvidas sobre a composição do Conselho Administrativo, que não tem um membro do setor produtivo, mas tem Presidente da CUT, e dúvidas sobre a questão do balanço semestral. Acho importante fazer esse alerta, para que possamos ter a melhor resultante desse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. e peço que formalize o pedido, e nós vamos obviamente deliberar sobre ele.

Sras. e Srs. Parlamentares, nós vamos passar a palavra ao autor do requerimento, Deputado Miguel Haddad. Depois, nós vamos ouvir o Relator, serão feitos os questionamentos ao Presidente, ele responderá, e passaremos, então, a palavra aos inscritos.

Informo a V.Exas. que há 23 Parlamentares inscritos, é por isso que nós haveremos de ser rigorosos na manutenção dos 3 minutos.

Informo ao Presidente Luciano Coutinho que, depois de ouvidos o autor e o Relator, nós haveremos de fazer perguntas e respostas. Os Parlamentares farão os seus questionamentos, o Presidente responderá a esses questionamentos, e assim sucessivamente.

Com a palavra o autor do requerimento, o eminente Deputado Miguel Haddad.



O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Eu queria inicialmente cumprimentá-lo, Dr. Luciano Coutinho, e agradecer a presteza com que aceitou o nosso convite.

Em função do pouco tempo que tenho, serei objetivo nas minhas questões.

A primeira questão é que a Polícia Federal realizou gravações, inclusive autorizadas pela Justiça, de conversas telefônicas de Alexandrino Alencar, ex-Diretor da Odebrecht, que está preso por atos de corrupção na PETROBRAS, e uma dessas conversas foi com o ex-Presidente Lula. Nessa conversa, Presidente, os dois trataram de assuntos do BNDES. A imprensa procurou o BNDES para saber que assuntos eram esses, e o BNDES respondeu que se tratava de um seminário sobre exportação.

O senhor saberia dizer por que razão o ex-Presidente Lula estaria preocupado com esse seminário, tendo em vista que o ex-Presidente não ocupa mais nenhuma função pública? O senhor sabe explicar por que ele estava tratando do BNDES com o Diretor da Odebrecht, que foi preso poucos dias depois? Essa é a minha primeira indagação.

Em relação às operações de crédito do BNDES envolvendo as empresas investigadas no âmbito da Operação Lava-Jato, o senhor poderia dar uma estimativa do valor que o BNDES emprestou a essas empresas para obras no Brasil e no exterior? Como o BNDES vem tratando essas operações? O BNDES considera essas operações como ainda em vigor? O banco as considera legais? Alguma dessas operações está sob auditoria especial? O senhor determinou a reavaliação dos riscos de crédito associados a elas? O BNDES vem liberando normalmente os desembolsos para as operações já aprovadas de empresas envolvidas na Operação Lava-Jato? Essas empresas vêm pagando normalmente os financiamentos? O BNDES vem enquadrando e aprovando normalmente novas operações para empresas envolvidas na Operação Lava-Jato?

Por fim, para respeitar exatamente os 3 minutos do meu tempo, eu gostaria de saber se o BNDES financiou os movimentos sociais; se afirmativo, quais foram os valores e como isso será restituído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço e cumprimento V.Exa., Deputado Miguel Haddad, pelo cumprimento do tempo.

Passo a palavra ao eminente Relator, Deputado José Rocha.



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Ele não vai responder?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Acho que senão se perde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Já que nós convenciamos isso, Deputado José Rocha, para que não haja distinção, vou pedir ao Presidente Luciano Coutinho para que possa responder aos questionamentos do Deputado Miguel Haddad e, depois, aos questionamentos do Relator.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Terei muito prazer em responder primeiro à questão relativa a gravações da conversa do... Pelo que eu pude ler, na imprensa, relativamente à degravação da conversa, ela versava em torno de um seminário público que foi realizado, organizado, pelo jornal *Valor Econômico*, pela Associação Brasileira de Exportadores e outros patrocinadores, a respeito do transcorrer do seminário, das posições e das discussões. É o que transpareceu da leitura dessa degravação, e não nos cabia fazer outro comentário a não ser este: de que foi este o teor da degravação.

Em relação à segunda questão, Deputado, primeiro, queria esclarecer que o BNDES não tem a exposição direta a empreiteiras. A exposição do BNDES é a projetos em que eventualmente essas empresas possam ser sócias junto com outras, em geral, na forma de sociedade com propósito específico. Mas não há um crédito direto do banco para empreiteira A, empreiteira B e empreiteira C enquanto desvinculada de um projeto. Os créditos são a projetos relacionados a concessões ou a infraestrutura.

Em relação às operações externas, é importante sublinhar que o mutuário dessas operações, o beneficiário dessas operações, é o importador, seja um país, seja empresa compradora — no caso de uma aeronave, a operadora que comprou a aeronave, etc. No caso da exportação dos serviços, é o país responsável e mutuário pelo pagamento do projeto, onde aquelas exportações foram incorporadas.

Portanto, as empresas de construção não são as beneficiárias do crédito e, sim, intervenientes. Elas são apenas intervenientes exportadoras.



O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Mas estão sob suspeição na execução.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, nós vamos autorizar a interpelação? Senão a gente vai...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não. Nós não vamos autorizá-la, e isso foi convencionado no início dos questionamentos.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Então, a empresa construtora é uma interveniente exportadora, o mutuário é o país. Essas operações são absolutamente legais, normatizadas, passam por todo um processo, têm um seguro, elas são regulamentadas, têm um risco de crédito calculado pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias e têm um seguro que, do ponto de vista do nosso balanço, nos protege de forma altamente satisfatória, porque é o Fundo de Garantia à Exportação, um fundo do Tesouro Nacional, que representa risco Tesouro do ponto de vista do BNDES.

Dada a legalidade dessas operações, as operações já contratadas têm tido curso normal e estão todas em dia, não há histórico de inadimplemento em operações de exportação, desde que essas operações começaram a ser efetuadas. Não há nenhum inadimplemento nessas operações até a data de hoje.

Sobre a questão do financiamento a movimentos sociais, nós apoiamos amplamente, com patrocínios, a realização de eventos, congressos e seminários, desde o agronegócio, passando por eventos científicos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, passando por eventos culturais, passando por dezenas de eventos empresariais de associações de classe que nos pedem apoio e frentes de Prefeitos. Apoiamos também alguns movimentos sociais, uma vez que o BNDES apoia a pequena agricultura familiar e a pequena cooperativa de assentamentos.

Portanto, nós não fazemos um controle ideológico desses apoios, e esses apoios são republicaneamente distribuídos para a sociedade amplamente, contemplando todos os segmentos, principalmente os segmentos empresariais.

Então, não há uma motivação político-ideológica nesses patrocínios a eventos.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Nós vamos conceder 3 minutos aos Parlamentares e 3 minutos para que o senhor possa dar a resposta.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Quando um Parlamentar faz as perguntas para o Dr. Luciano, é natural que ele até se esqueça de algumas perguntas. Isso é supernormal, e, nesta CPI, quem fez a pergunta não pode ficar sem poder perguntar de novo, pedir mais esclarecimento, como quis o Deputado Davidson. Quando o Deputado Miguel quis mais esclarecimentos, ele pediu a palavra. Não pode? Pode, sim. Claro! A CPI foi criada para investigar, e é natural...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Se V.Exa. quiser utilizar 1 minuto do seu tempo para fazer uma pergunta e 2 para contraditar a resposta, V.Exa. vai...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Cada um vai ter 3 minutos, só utilizar da melhor maneira possível.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O Deputado Miguel Haddad fez uma pergunta que acabou não sendo respondida, porque o volume de perguntas dele foi bastante grande, que diz respeito a se as empresas da Operação Lava-Jato continuam tendo novos contratos nos financiamentos do banco e qual o procedimento que o banco vem adotando em relação a essas empresas. Parece-me que o senhor fez essa pergunta e me parece interessante essa resposta, Sr. Presidente Luciano Coutinho.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Eu quero ir ao encontro do Deputado Carlos Zarattini, agradecer a anuência do Deputado, mas quero também me resguardar do direito de indagar aquilo que eu entendo que o convidado não



respondeu. Da mesma forma que o Deputado Carlos Zarattini o faz, embora em contribuição às minhas indagações e, agora, o Deputado também concorda, felizmente, porque não houve uma resposta quando eu perguntei: *“Dr. Luciano, como é que o senhor entende que o ex-Presidente Lula... Quais são as razões pelas quais ele estaria discutindo sobre o seminário?”*

Permita-me terminar. Eu não quero extrapolar, mas o senhor não me respondeu. E também sobre a Operação Lavo-Jato.

Essa é a minha contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O Presidente Coutinho tem a palavra.

Eu pediria, Presidente, que V.Sa. pudesse, num tempo razoável de 3 minutos, dar também a resposta aos outros questionamentos, para que possamos conceder a palavra a todos os Parlamentares.

Com a palavra V.Sa.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Eu creio que o Instituto Lula explicou ou veio a público para comentar esse evento, e não me cabe responder em nome do ex-Presidente.

Agora, em relação às empresas Lava-Jato, o banco adotou um procedimento de grande cautela dentro da lei, primeiro, reexaminando as condições de *rating* e de capacidade econômico-financeira de cada uma dessas empresas, tendo em vista que, até que as empresas sejam julgadas, tenham o seu direito de defesa, sejam condenadas, e que, eventualmente, venham a ser declaradas inidôneas, ficariam impedidas.

Então, nós não podemos, enfim, julgar inidôneo antes que a Justiça o faça. Porém, obviamente, por dever de cautela, nós temos que rever as condições cadastrais e as condições econômico-financeiras dessas empresas, de forma que, em alguns casos, a deterioração das condições econômico-financeiras dessas empresas impede que, por razões de prudência bancária, nós possamos operar com elas.

Em outros casos, é preciso separar de maneira muito clara qual o CNPJ específico que esteve envolvido em práticas de corrupção, separando dentro do



grupo aqueles CNPJs que estão envolvidos em prática de corrupção daqueles CNPJs que não estão envolvidos.

Considerando que essas empresas têm, em vários casos, uma configuração heterogênea... Em vários casos, nós temos empresas com vários outros sócios, são empresas abertas e, portanto, nós temos que dar um tratamento cauteloso caso a caso, dentro da lei e dentro dos normativos que nós somos obrigados a obedecer, por parte dos nossos reguladores.

Portanto, nós teríamos, Deputado, que responder caso a caso a essa questão. Eu, por razões de delicadeza quanto à situação de cada empresa, preferia que numa sessão reservada pudéssemos discutir esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Passa-se agora aos questionamentos do Relator.

Com a palavra o eminente Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Marcos Rotta, Sr. Vice-Presidente, Miguel Haddad, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Luciano Coutinho, eu quero primeiro, Presidente, apresentar as minhas condolências pelo falecimento da sua genitora e também registrar que V.Sa., em carta, se ofereceu a vir a esta Comissão prestar seus esclarecimentos, que estava marcada para uma data anterior e, em função do ocorrido com o falecimento da sua genitora, foi remarcado para a data de hoje. E estamos aqui a ouvi-lo.

Esta Comissão foi criada por requerimento apresentado pelos Deputados Rubens Bueno, Carlos Sampaio, Mendonça Filho e outros, no sentido de ter como finalidade investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público.

Certamente V.Sa. haverá de responder os questionamentos que aqui terei a oportunidade de fazer, tendo como colaboradora a Consultoria desta Casa. Em diversas reuniões que tivemos, nós tivemos apoio para iniciar estes nossos trabalhos.



Eu me proponho a realizar um trabalho de maneira técnica. E é em função disso que a maioria das minhas perguntas vai se cingir ao conteúdo dos requerimentos aqui apresentados até o momento pelos Srs. e Sras. Parlamentares.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Não. Eu, como Relator, acho que não tenho tempo limitado.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Não. Eu, como Relator, não posso ter o tempo limitado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Eu concordo com V.Exa. que o Relator e os Sub-Relatores não tenham tempo limitado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Lógico!

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Então, vamos embora! Vamos ficar fazendo o que aqui?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Assim, eu encerro aqui agora. Se for o caso, eu encerro agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Relator José Rocha, apenas para...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - O Relator sempre tem um tempo livre, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - ...que possamos seguir o Regimento, tanto o autor quanto o Relator têm 3 minutos. Vamos ampliar esse tempo em mais 1 minuto.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - O Relator tem 3 minutos?

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Não, não é possível!

(Não identificado) - Não! Não existe tempo para Relator.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Aí é mutilar a investigação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miguel Haddad) - Bem, vamos lá. Vamos fazer o seguinte, vejam bem: isso não é uma convocação, é um convite. O Relator tem 3 minutos. Nós vamos ampliar por mais 1 minuto para o Relator fazer as suas considerações.



Por favor, com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Não, não pode ser, Presidente.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Não tem Regimento, não!

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, minha primeira pergunta será nos termos do seu Estatuto. O Conselho de Administração do BNDES é composto por 12 membros e delibera por maioria de votos. Dez dos seus componentes, inclusive o Presidente do Conselho, são indicados por Ministros de Estado — arts. 11 a 13 do Estatuto. Já a Diretoria do Banco é formada por 9 membros, todos indicados pelo Presidente da República e demissíveis por vontade dele — art. 14 do Estatuto. Diante desse quadro, é possível que decisões importantes tomadas pelo BNDES tenham fundamentação política? V.Sa. considera as regras de governança do BNDES adequadas?

Sobre a relação entre o BNDES e a construção da Refinaria Abreu e Lima, pergunto a V.Sa.: o BNDES firmou contrato de crédito para financiar a Abreu e Lima em 2009, antes da conclusão do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica da Refinaria? Quais são as providências usualmente adotadas pelo Banco para averiguar se os projetos que financia não apresentam irregularidades, como superfaturamento, por exemplo?

Nos vários perdões de dívidas de países africanos ocorridos na última década, há empréstimos do BNDES envolvidos? De quanto foi o montante perdido? Houve análise de risco país para o financiamento a esses países?

A Lei de Acesso à Informação não trata propriamente de sigilo bancário, mas se refere ao sigilo em razão de preocupações com a segurança nacional, as relações internacionais do País e a estabilidade financeira. Qual é o fundamento para que operações firmadas pelo BNDES tenham sido classificadas como secretas em 2012?

Após a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no Mandado de Segurança nº 33.340, que determinou a submissão dos atos do BNDES ao controle dos órgãos estatais, qual é a posição do BNDES acerca da *(ininteligível)* de sigilo



das suas operações de crédito? Quais critérios foram utilizados para a escolha dos países beneficiados com empréstimos do BNDES? Há avaliação de risco país na concessão dos financiamentos pelo Banco? Nos vários perdões de dívidas de países africanos ocorridos na última década, há empréstimos do BNDES envolvidos? De quanto foi o montante perdido?

O Frigorífico Independência, apenas alguns meses antes de apresentar o pedido de recuperação judicial, teve seu pleito atendido, quando recebeu investimentos do BNDES, que adquiriu ações da empresa. Houve avaliação da situação financeira do Independência, antes de se decidir pela participação acionária? Há algo em comum entre esse caso e aquele envolvendo o Grupo EBX? De que maneiras a avaliação dos empréstimos financiados pelo BNDES, especificamente pela BNDESPAR, pode ser aprimorada?

No período de 2003 a 2015, como foram definidos os objetivos que orientam a situação da BNDESPAR? A partir das polêmicas envolvendo as atuações dessa subsidiária, como, por exemplo, aquelas envolvendo o Grupo EBX e o Frigorífico Independência, o BNDES tem revisto as estratégias e diretrizes que orientam os seus investimentos?

Quais são os critérios adotados pelo BNDES para indicar membros de conselhos de administração, conselhos fiscais e diretorias das empresas nas quais mantém participação acionária por meio da BNDESPAR?

Quais são os elementos e critérios que pautam a atuação do Comitê de Enquadramento e Crédito e Mercado de Capitais — CEC do BNDES?

Quando avalia candidatos a obter financiamento, o BNDES analisa a capacidade da empresa de se financiar no mercado brasileiro ou em outros países, de forma a viabilizar maior disponibilidade de recursos a quem não pode fazê-lo?
(Pausa.)

O objetivo dos financiamentos concedidos pelo BNDES a projetos no exterior é apenas investir em empresas nacionais, ou essas operações também alimentam a expectativa de ampliar as relações comerciais entre o Brasil e os países beneficiados ou almejam alcançar outros resultados vantajosos? Caso o objetivo das operações envolva também outros propósitos além do investimento em empresas



nacionais, que instrumentos contratuais de Direito Internacional são utilizados para garantir que isso ocorra?

Há uma orientação ideológica no crescimento do apoio a obras em países amigos do Governo, como Venezuela, Cuba, Equador, República Dominicana e Angola?

Os financiamentos no exterior não têm requisitos mais frouxos do que no Brasil? O BNDES fiscaliza esses projetos? Não pode estar havendo problemas, desde trabalho escravo até desvios de recursos para campanhas políticas?

Nos financiamentos às exportações destinados a projetos de infraestrutura, por que as construtoras não oferecem garantias ao BNDES? Quais garantias são usualmente exigidas?

Como se explica o financiamento do porto em Cuba, quando nosso sistema de portos está ruim? E os aeroportos em Cuba, que vão ser reformados com dinheiro do contribuinte brasileiro? Houve recursos brasileiros cedidos a fundo perdido para Cuba?

Por que o povo brasileiro não tem direito de saber os detalhes das operações do BNDES — taxas de juros, prazos, garantias, etc.? Por que o BNDES não adota o mesmo padrão de transparência do Banco Mundial, que tudo divulga? Por se tratar de um banco público, como o BNDES explica o fato de negar-se a divulgar informações sobre operações e beneficiários, alegando sigilo?

Bem, Sr. Presidente, tenho muito mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Mas eu acho que já está bom.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Peço a palavra, por gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tem V.Exa. a palavra, para a sua questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Eu acho que seria bom ordenar o processo, porque o Relator fez umas 30 ou 40 perguntas. Aqui não é o *Se Vira nos 30!* Como o Luciano vai poder responder?



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado, eu acho que o Presidente Coutinho pode sintetizar as respostas ao Relator, mas pode também enviá-las por escrito.

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Não, não!

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Não, Sr. Presidente!

Tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ele vai responder aos questionamentos do Relator. O Relator, com a importância e a inteligência que tem, quase que monopolizou os questionamentos. Então, para que...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, por uma questão de bom senso, eu acho que V.Exa. deveria...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Peço a palavra para uma questão ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu acho que o Presidente poderia responder, se for de sua vontade, parte também por escrito a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Não vamos aqui inovar demais também. As perguntas de qualquer um dos Deputados é de interesse de todos ouvir. Não adianta responder reservadamente, a não ser aquilo que o próprio Presidente considere como sigiloso ou coisa do tipo.

Eu queria que V.Exa., apelando ao poder de síntese do Presidente do BNDES, estabelecesse um prazo a mais do que os 3 minutos, porque seria impossível ele responder nesse prazo, e ele tentasse responder a bom termo, para darmos andamento aos nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Afonso Florence.



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, o art. 57, inciso VII, estabelece prazos para perguntas e respostas. O acordo de procedimento, no inciso XI, também, mas para convocado. Há omissão regimental no que diz respeito a convidado. Nós estamos numa condição muito especial. V.Exa. está conduzindo os trabalhos com a serenidade e a parcimônia necessária, mas quero fazer um apelo para que nós combinemos basicamente o seguinte: que as perguntas... Vejam, eu estava presidindo a reunião da Comissão que analisa a MP 678 e, quando cheguei aqui, já se havia encerrado a inscrição. Não vou recorrer disso, não vou recorrer disso. Vou ficar sem o direito de falar. Tudo bem! Agora, nós temos que garantir que o Relator, os requerentes e, principalmente, o convidado, o Presidente Luciano Coutinho — que inclusive, como disse o Relator, antecipou-se, colocando-se à disposição, antes mesmo do procedimento formal acertado pela Comissão de convidá-lo —, e os inscritos possam usar, no mínimo, o tempo regimental. E o tempo regimental está no acordo de procedimento, só que é para convocado, não é para convidado. Mas nós temos que ter um parâmetro para permitir que os Parlamentares perguntem e, principalmente, para que ele possa responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Afonso, nós estamos em uma audiência pública...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Espera aí, espera aí. Eu quero respeito ao que eu estou falando. Eu cheguei depois, mas eu cheguei no prazo para a inscrição, antes de o Presidente Luciano Coutinho acabar de fazer a exposição.

Então, o Presidente vai responder a minha questão de ordem, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Afonso, nós estamos numa audiência pública, e o § 5º do art. 256 diz o seguinte:

“Art. 256

§ 5º Os Deputados inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos (...).”

O prazo é de 3 minutos. O Regimento Interno fala isso, no art. 256, § 5º. V.Exa. pode ler.



O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Art. 57 — Comissões. Esse é o parâmetro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Mas nós não estamos em discussão, Deputado Afonso.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, eu estou tentando ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu também quero ajudar.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Eu só estou fazendo uma questão de ordem. V.Exa. respondendo, eu vou acatar.

Com base no Regimento, estou pedindo que nós venhamos a garantir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu quero garantir a todos a oportunidade de falar.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - V.Exa., inclusive, foi muito tolerante com o tempo dado...

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Já está respondido. O Presidente já respondeu.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - V.Exa. quer virar Presidente, querido?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O que o Deputado Afonso está propondo já foi acordado aqui na Comissão. Por favor, não vamos perder tempo. Vamos avante, Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Ele chegou atrasado. Ele mesmo confessou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É usual — não é regimental — que o Relator, pela importância que tem...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Cheguei atrasado, mas o Presidente Luciano Coutinho estava começando a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Pela importância que tem o Relator, é usual — não é regimental — que ele tenha um tempo a mais. Mas, para que possamos oportunizar a palavra a todos, eu vou conceder ao Presidente Coutinho um prazo de 5 minutos, o que eu acho que é um prazo razoável, para que ele possa atender ao pleito diferenciado do Relator.



Então, concedo a V.Sa. o tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem — art. 57 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tem a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - O art. 57 diz o seguinte:

“Art. 57. No desenvolvimento dos seus trabalhos, as Comissões observarão as seguintes normas:

.....
VII - durante a discussão na Comissão, podem usar da palavra o Autor do projeto, o Relator, demais membros e Líder, durante quinze minutos improrrogáveis, e, por dez minutos (...).”

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas nós não estamos discutindo uma matéria aqui.

(Não identificado) - Mas aqui é uma audiência pública, e o autor já obteve o prazo de 3 minutos e acatou isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - A todo Líder é dado o direito de falar por 10 minutos, em qualquer Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado José Rocha, vou passar a palavra ao Presidente, para que ele possa responder aos questionamentos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eu quero só que V.Exa. atente ao que diz o inciso VII do art. 57, em relação ao Relator.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Garanta a palavra para a resposta ao Presidente Coutinho. Está redondo.

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - O objetivo aqui é esclarecer. O Presidente tem que ter tempo para responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu vou conceder a palavra ao Presidente.

Indefiro a questão de ordem de V.Exa., porque nós não estamos aqui discutindo nenhum projeto. Nós estamos aqui numa audiência pública. Então, eu creio que nós estamos embasados no art. 256 do Regimento Interno desta Casa.



Então, abro esta concessão para que o Presidente Coutinho possa responder aos questionamentos do Relator pelo período de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO AGUINALDO RIBEIRO - Presidente, como ele vai responder em 5 minutos o que se levou 15 para perguntar?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Já perdemos mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Já perdemos mais de 20 aqui, só questionando.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, dê o tempo necessário para o Presidente responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O Presidente Coutinho tem a palavra.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Bom, vou fazer o possível, porque, realmente...

Bom, a primeira pergunta é sobre o Conselho de Administração e sobre a Diretoria-Executiva. Lá estão Ministros de Estado, representantes da sociedade, e o Conselho não decide sobre créditos, apenas sobre a estratégia. E não toma decisão com orientação política.

A Diretoria-Executiva é composta por membros, metade funcionários de carreira com perfil estritamente técnico e a outra metade também com pessoas de formação acadêmica e técnica. As decisões do Banco são pautadas, como eu mostrei, por um processo rigorosamente impessoal, de análise técnica, sem qualquer motivação política.

No caso da Refinaria Abreu e Lima, o Banco financiou, numa circunstância especial, em 2009, quando o sistema mundial de crédito havia entrado em colapso, um crédito de grande porte para o Sistema BNDES, no qual se incluiu um crédito de aproximadamente 10 bilhões de reais para a RNEST, a Refinaria Abreu e Lima.

Essa refinaria, na época, tinha um certo perfil — óleo leve e óleo pesado —, esse perfil depois foi modificado, mas, na época em que foi feito o financiamento, o Banco monitorou e acompanhou, inclusive, observando recomendações do TCU. E, findo esse crédito, não houve nenhum acréscimo. Portanto, todo o aumento... nenhuma parcela dos aumentos do orçamento da Refinaria foi financiada pelo BNDES.



Sobre a questão dos perdões de dívidas na África, não houve nenhuma incidência. Os perdões de dívida não afetaram nenhuma operação do BNDES a países africanos, que foram feitos em condições de segurança e de garantia satisfatórias, tanto que estão adimplentes, perfeitamente adimplentes.

A questão de classificação de Cuba e Angola como sigilosas foi feita numa esfera ministerial acima, e ela já foi revista e desclassificada. Neste momento, essas operações estão na Internet, são todas públicas, e esse problema foi superado.

A decisão do Supremo a respeito do sigilo dizia respeito ao BNDES frente ao TCU. Como a lei constitutiva do TCU não reza a obrigatoriedade de guardar sigilo, nós tínhamos uma dúvida jurídica sobre se poderíamos fornecer informações cobertas por sigilo ao TCU sem nos colocar em risco de que uma empresa privada pudesse depois acionar o BNDES por ter disponibilizado um sigilo para uma instituição que não tem a obrigação de guardá-lo.

Essa discussão originou uma consulta nossa ao Supremo, e o Supremo decidiu que o TCU tem a prerrogativa de receber essas informações, com a obrigação de guarda do sigilo.

O SR. DEPUTADO HEULER CRUVINEL - Com a transferência.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Com a transferência do sigilo. Então, isso nos deu segurança jurídica. Uma vez que a Turma do TCU decidiu, nós estamos cumprindo... Desculpem, a Turma do STF decidiu, não nos cabe discutir, nós estamos cumprindo, agora, sim, com toda a segurança.

Sobre a questão da avaliação de risco país, em todas as operações externas é feita avaliação de risco. Ela é feita, inclusive, por agência brasileira de riscos e garantias, que, por sua vez, atribui uma taxa de risco que permite cálculo de seguro.

No caso do Frigorífico Independência, houve avaliação prévia? Houve, sim. Houve uma avaliação de balanço, uma avaliação da situação econômico-financeira da empresa, respaldada por auditores externos, e o que ocorreu depois foi uma rápida deterioração e uma preocupação nossa de que aquelas demonstrações que haviam sido originalmente apresentadas talvez não fossem fidedignas. Mas nós podemos comentar depois, porque isso deu origem a uma arbitragem, a um processo de arbitragem. Mas o Banco, por definição, jamais faz nenhuma operação sem avaliar todas as condições de balanço e todas as condições cadastrais.



Não há paralelo com a questão do Grupo EBX. No caso do Grupo EBX, o Banco... O Grupo EBX teve seus problemas originados da falência, da ruína da OGX, que era a empresa de petróleo. Para essa empresa, o BNDES não contribuiu; o BNDES não emprestou para essa empresa. O BNDES emprestou para vários outros projetos: portos, infraestrutura logística, minas e projeto de térmicas. Esses projetos, para várias outras empresas do Grupo — LLX, MPX, MMX — foram créditos garantidos por fianças, ou garantidos corporativamente pelo Grupo, e esses créditos foram devidamente renegociados, na medida em que outros novos investidores, e, em vários casos, investidores muito qualificados, adquiriram as empresas do Grupo, e, portanto, o nosso crédito migrou para novos controladores, de forma que nós não tivemos prejuízo nas operações de crédito com o Grupo EBX. Então, é feita uma análise criteriosa, e o Banco sempre se cerca das melhores garantias.

A BNDESPAR se cerca sempre de critérios técnicos. São feitas avaliações. A BNDESPAR é uma empresa altamente rentável. A BNDESPAR teve 29 bilhões de lucro no período entre 2003 e 2014 — lucros acumulados —, dos quais 24 bilhões de lucro no período entre 2007 e 2014. É uma empresa altamente rentável, que contribui para o lucro do Sistema BNDES e permite que possamos ter *spreads* mais baixos para inovação, para pequena empresa, para desenvolvimento regional, porque nós temos um banco de investimento que é lucrativo e se tem mostrado muito eficiente e lucrativo.

Ele segue os critérios do Comitê de Enquadramento e Crédito. São critérios técnicos, que olham a capacidade de pagamento, a consistência, o mérito e o enquadramento do projeto nas políticas, a contribuição ao desenvolvimento do País. É uma análise eminentemente técnica. É um Comitê de superintendentes de carreira do Banco.

Os projetos no exterior, em geral, visam principalmente à exportação de bens e serviços do País e à criação de empregos no País, mas também olham a possibilidade de promoção do comércio. É claro que, em certos casos, alguns projetos ajudam a promover mais comércio, especialmente projetos que têm relação com infraestrutura.



Não há orientação ideológica de parte do BNDES na concretização desses apoios aos projetos de comércio exterior. Nós olhamos capacidade de pagamento, olhamos garantias, olhamos a prudência dos nossos créditos — estão todos em dia — e somos rigorosos nos requisitos. Ao contrário, nós somos mais rigorosos e temos inclusive garantias adicionais do fundo garantidor. Olhamos com cuidado a auditoria independente para verificar se as faturas correspondem ao material exportado, se foi produzido no Brasil e se foi exportado.

Não há dinheiro a fundo perdido para Cuba. Os empréstimos foram feitos com taxas competitivas, com taxas internacionais, para o Porto de Mariel, que é um *hub* portuário que será importante no futuro, inclusive agora que Cuba reata relações com os Estados Unidos e passa a se inserir no comércio internacional. E o Banco tem dado todos os detalhes sobre essas operações. Principalmente depois que foi levantada a classificação secreta para Cuba e Angola, o Banco tem dado total transparência a essas operações. Todos os subcréditos estão na Internet, com prazos de carência, taxas de juros e condições de garantia, para todos os subcréditos e para todas as operações de Cuba e de Angola.

Acho que eu consegui, não sei se foi em 5 minutos, mas consegui, sinteticamente, fazer o melhor possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Sa.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu estou inscrito e queria a prerrogativa de Líder. O requerimento já está na Mesa de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Pela delegação feita pelo Deputado Rubens Bueno, Líder do PPS, concedo a palavra a V.Exa. pelo tempo de 3 minutos, Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente Luciano, bem-vindo à nossa Comissão. Eu queria fazer, rapidamente, três perguntas.

O senhor esteve, em abril, no Senado, e foi perguntado sobre os contratos de Belo Monte, baseado em reportagens que havia saído na época. E, na oportunidade, o senhor respondeu que não tinha conhecimento das reportagens, portanto, não tinha muito o que dizer.



Hoje, com o aprofundamento da Operação Lava-Jato, nós temos várias delações dizendo que houve superfaturamento nesses contratos e nas obras. Mais do que isso, o Sr. Dalton Avancini, Presidente da Camargo Corrêa, declarou que teve que pagar 102 milhões de propina para partidos políticos da base do Governo, para poder obter 16% do contrato. Agora o Sr. Milton Pascowitch também disse que pagou — está lá, na delação premiada — 532 mil reais também de propina para obter participação naquele consórcio com todo aquele problema. Houve uma desistência inicial, depois, um rearranjo do consórcio. Eu quero saber o que o senhor tem a dizer sobre isso, inclusive sobre a matéria que foi publicada fartamente na imprensa dizendo que o BNDES alterou o contrato de Belo Monte para livrar o consórcio de pagamento de uma multa de 75 milhões. O que o senhor tem a dizer sobre essas questões?

Segundo: há uma coincidência da data inicial de liberação de recursos do Banco com o aumento de volume de doações do Grupo JBS para partidos políticos. O Ministro Toffoli esteve nesta Casa, na Comissão Parlamentar que tratava da reforma política, e disse que o Grupo JBS é o campeão de doações, inclusive boa parte delas para o Partido dos Trabalhadores: mais de 500 milhões — o Grupo JBS é disparadamente o campeão de doações para campanhas eleitorais. Isso coincide, segundo dados...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - E 140 Deputados.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Cento e quarenta Deputados e Governadores e outras coisas.

Desde que os recursos começaram a ser liberados, em 2015...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - De muitos partidos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - ...o Grupo...

Por favor, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Queria garantir a palavra ao orador inscrito. Por gentileza, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu respeitei aqui todos os oradores. Gostaria que V.Exa. deduzisse essa interrupção do cômputo do meu parco tempo, que já está adiantado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. está com a palavra.



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Desde 2005, o Grupo JBS repassou mais de 500 milhões nos processos eleitorais. Eu queria saber o que o senhor acha dessa coincidência de fluxos entre os empréstimos e os financiamentos do BNDES e esse fluxo de financiamento para partidos políticos.

E chego à última pergunta. V.Sa. tem reconhecido ultimamente que, depois dessa falsa bonança ocorrida nos últimos anos, em que o Banco recebeu aportes do Tesouro da ordem de 400 bilhões, entre 2008 e 2014, agora, evidentemente, as circunstâncias são outras. Eu quero saber de V.Sa., diante dessa nova realidade de ajuste fiscal, o que muda na estratégia do BNDES.

Essas são as perguntas que eu queria que V.Sa. respondesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Arnaldo Jordy.

Passo a palavra ao Presidente Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Muito obrigado, Deputado Rubens Bueno, pelas perguntas.

Primeiro, vem a questão de Belo Monte. Eu queria esclarecer, primeiramente, a questão da multa. É perfeitamente normal, quando é justificado, no acompanhamento, com antecedência — há um prazo —, por razões justificadas, um determinado evento físico de construção, por razões... Eu não tenho aqui a razão técnica. Poderei depois esclarecer. Mas, uma vez justificado tecnicamente que há um atraso, o Banco pode antecipadamente mudar o marco físico, postergar o marco físico. Portanto, não houve um perdão de multa. O que houve foi um pedido de que o marco físico fosse alterado, por razões justificadas, e isso é normal em projetos grandes, complexos. Se não me falha a memória, é uma casa de força pequena dentro do projeto, que, por razões justificadas, teve o seu marco físico modificado.

O conhecimento das delações premiadas a respeito de Belo Monte é recente, e isso certamente é considerado neste momento, porquanto nós somos obrigados a rever a classificação cadastral e a classificação do empreendimento, olhando todos esses aspectos. Então eu gostaria de fornecer-lhe mais detalhadamente essa ponderação, uma vez que se trata de um empreendimento importante, a respeito dessa incidência da delação de propinas no projeto.



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, permita-me só um adendo.

Se V.Sa. puder me esclarecer, essa questão do aditamento feito pelo BNDES, livrando o consórcio de Belo Monte da ordem de 75 milhões, já foi depois do conhecimento de 22 ações do Ministério Público Federal, denunciando irregularidades na aplicação e no cumprimento, inclusive, do contrato. Não é possível que o BNDES não tenha tido conhecimento a tempo, à época, dessas 22 ações promovidas pelo Ministério Público Federal sobre irregularidades na prática e no cumprimento do contrato. Como todo o rigor do Banco — eu fiquei impressionado com a exposição de V.Exa., quase proponho o cancelamento da CPI —, como é que o BNDES não considerou...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Jordy, por favor, finalize.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Nós vamos mudar o procedimento, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Ele não respondeu.

(Não identificado) - Está pertinente a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Jordy...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu estou perguntando se ele pode...

O SR. DEPUTADO HEULER CRUVINEL - Sr. Presidente, há uma lista de inscritos. Vamos obedecer à lista.

(Não identificado) - Ele sequer terminou de responder, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ele está falando como Líder, e eu peço a ele que por gentileza finalize sua participação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Com relação à questão de Belo Monte, eu imaginei que ele já tivesse respondido às duas provocações. Por isso estou voltando ao tema, antes que ele passe às demais respostas. Se ele puder responder como é que o BNDES...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, nós vamos mudar a forma de...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Jordy, por gentileza, finalize.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - É só isso. Como é que o BNDES não previu, quando havia 22 ações no Ministério Público Federal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Presidente Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Deputado, eu creio que poderei não ser perfeitamente preciso e, por isso, gostaria de poder complementar, eventualmente, ou corrigir, eventualmente, por escrito. Mas é o seguinte: essas ações do Ministério Público dizem respeito a vários... o projeto é um projeto muito grande e muito complexo.

Esse aditamento a que fazemos referência diz respeito a uma casa de força pequena para a qual foi solicitada, dentro do prazo contratual, uma reprogramação do marco físico, e esse aditamento foi feito antes que os atrasos se concretizassem. E este ponto específico não tem relação direta com todas as outras ações, que são muito abrangentes e dizem respeito a vários outros aspectos do projeto.

Eu tenho certeza, Deputado, que nós conseguiremos lhe esclarecer detalhadamente esse ponto. Inclusive porque se tratava de uma casa de força de pequena importância, de pequena potência dentro do conjunto.

Quanto a sua questão a respeito da JBS, as operações relevantes do BNDES com a JBS datam de 2011, 2012. Desde então, o BNDES apenas acompanha o desempenho do Grupo. Eu não tenho aqui, de memória, a última grande operação, mas não houve nenhuma operação relevante em 2013, 2014, com o Grupo. Diga-se de passagem, no último balanço da JBS, que é público, a dívida em termos de crédito — estamos falando de dívida e não da posição acionária do Banco na empresa — é uma dívida diminuta, é uma dívida abaixo de 40 milhões. É uma dívida muito pequena. Portanto, o Grupo JBS, nos últimos tempos, não tem recebido desembolsos do BNDES, e, portanto, essa tese de que houve uma coincidência...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O que é que o senhor chama de últimos tempos? Se o senhor puder esclarecer...

O SR. LUCIANO COUTINHO - Os últimos 2 anos. Eu poderei lhe dar depois, para não ser impreciso, quando foi a última operação importante de aumento de



capital da JBS, da qual nós participamos. A última operação importante já data de alguns anos. E, no período mais recente, nos últimos 2 anos, pelo menos, não houve nenhuma operação de crédito de monta significativa para o Grupo. Portanto, não há essa coincidência, em 2014, entre desembolsos do BNDES e doações efetuadas pelo Grupo. Mas eu terei prazer em lhe esclarecer sobre esse ponto com precisão. Eu quero fazer essa ressalva porque eu não quero — e não posso — dar uma informação imprecisa, mas eu lhe asseguro de que em breve nós lhe daremos essa informação.

A última questão de V.Exa. é relativa ao ajuste do Banco à nova realidade de cessação dos aportes do Tesouro ao BNDES. Essa foi uma política discutida com a nova equipe econômica — com o Ministro Levy e com o Ministro Nelson Barbosa —, já em dezembro do ano passado e em janeiro deste ano. Nós havíamos nos preparado para essa política.

O que é que nós fizemos, Deputado? Nós reduzimos de maneira significativa a participação do BNDES em um grande conjunto de projetos. Aqueles que nós financiávamos até 80% nós baixamos para 50%; os que nós financiávamos até 70%, nós baixamos para 40%, 45%; os que nós financiávamos até 50%, nós baixamos para 25%; os que nós financiávamos até 30%, nós baixamos para 15%. Ou seja, nós reduzimos a participação da moeda TJLP, dos recursos em TJLP, em quase todas as linhas da instituição, preservando muito pouca coisa. Preservamos as infraestruturas de longo prazo, na quais, ainda assim, nós baixamos de 80% para 70%; preservamos a inovação tecnológica, que é pequena, mas muito relevante do ponto de vista qualitativo; preservamos a pequena empresa, especialmente o cartão, que é o crédito mais barato do sistema, de maneira que nós buscamos racionalizar a utilização da TJLP dentro dos recursos do BNDES.

Fizemos, por outro lado, um maior esforço de captação no mercado, de maneira que continuamos oferecendo financiamento, só que com menos TJLP e mais moeda de mercado.

Mas, a partir de maio, em conjunto com o Ministério da Fazenda e em conjunto com a associação brasileira de bancos de investimento, a ANBIMA, nós desenvolvemos uma proposta de ajuste da nossa política de forma a estimular muito o uso de debêntures de infraestrutura e debêntures corporativas. Essa política criou



um incentivo, de maneira que a empresa que emitir debêntures ganha um pouco mais de TJLP, ganha um *mix* mais favorável, de forma a estimular o mercado de capitais, com o objetivo de criar — na medida em que, esperamos, a SELIC venha a cair no futuro, não sabemos exatamente quando — a possibilidade de que o mercado de capitais possa compartilhar com o BNDES o financiamento de longo prazo. Nós entendemos que essa é a avenida mais promissora, o mercado de capitais, na medida em que empresas de seguro, fundos de pensão e poupadores busquem alternativas a títulos do Tesouro, na medida em que os juros venham a cair, e busquem títulos privados. E essa oportunidade poderá criar uma parceria intensa do BNDES com o mercado de capitais.

Esse processo está em curso, apesar de a taxa de juros, no momento, estar muito alta. Nós temos trabalhado intensamente para fomentar a emissão dessas debêntures. Essa é a política. Esse é o ajuste mais relevante nas nossas políticas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tem a palavra o Deputado André Fufuca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Presidente, respeitando todos os Deputados inscritos, eu peço a V.Exa. que seja mais criterioso no que diz respeito ao tempo, tanto do convidado como dos outros Deputados. No começo da sessão, V.Exa. falou que cada Deputado teria 3 minutos para fazer suas indagações e que o convidado teria 3 minutos para respondê-las. Porém, nós estamos no primeiro inscrito, e foram gastos mais de 20 minutos. Há mais de 20 pessoas inscritas. Então, em respeito aos que estão por vir, em respeito às perguntas que haverão de ser respondidas, eu peço a V.Exa. que seja mais criterioso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Seremos, Deputado Fufuca. Agora, eu peço também a anuência de V.Exas., porque, se não houver a consciência de cada um e de todos, fica difícil o papel do Presidente. Houve aqui a participação do autor, do Relator e do Deputado Jordy, que falou como Líder do seu partido. Então, penso que agora já haveremos de seguir a ordem de inscrição, e cada Parlamentar terá a consciência de que tem 3 minutos para fazer os seus questionamentos.



Passo a palavra ao eminente Deputado Heuler Cruvinel, primeiro orador inscrito.

O SR. DEPUTADO HEULER CRUVINEL - Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta; Sras. e Srs. Deputados; Sr. Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, os olhos do Brasil se voltam para esta Comissão, neste momento em que começamos a analisar, dentre esses últimos anos, os aportes feitos pelo BNDES.

O BNDES é uma empresa pública federal e é hoje o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos, em todos os segmentos da economia.

Minha primeira pergunta, Sr. Luciano: o senhor afirmou, diversas vezes, que o BNDES não teria investido recurso algum na Sete Brasil, em resposta a uma das perguntas que lhe foram feitas, na CPI da PETROBRAS. No entanto, o *site* do BNDES, no dia 16 de janeiro de 2014, fala sobre esse assunto. E no segundo parágrafo diz: *“O BNDES aprovou apoio financeiro, no valor de 8,8 bilhões, aproximadamente, para a Sete Brasil, além de dar o sinal verde para a sua empresa de participações, a BNDESPAR, subscrever até 1,2 bilhão de debêntures conversíveis em ações a serem emitidas pela holding Sete Brasil Participações S/A”*. A resposta que o senhor deu, na outra CPI, em relação a essa clara e manifesta contradição, foi que o BNDES não investiu recurso nenhum na Sete Brasil. Pois bem, o Sr. Pedro Barusco disse que recebeu propina também por ter sido dirigente da empresa, após deixar a PETROBRAS. *“A fonte de financiamento principal de tal projeto foi o BNDES”* — diz trecho da delação do Sr. Pedro Barusco.

O senhor então confirmou que, dentro do projeto inicial da Sete Brasil, o BNDES seria o principal financiador, mas disse que nenhum desembolso chegou a ser feito.

A minha pergunta é: o senhor desmente a delação premiada do Sr. Pedro Barusco? Sim ou não?

O outro ponto é sobre o financiamento de campanha, especificamente de empresas que foram definidas, em outro momento, como empresas campeãs.

Eu sou do Estado de Goiás. O senhor não pode imaginar, Sr. Luciano Coutinho, o prejuízo que o BNDES provocou aos produtores rurais do Centro-Oeste. O monopólio a tais empresas campeãs que vocês criaram arruinou as condições de



competitividade que antes existiam. Todas as plantas frigoríficas em Goiás foram fechadas, porque o BNDES elegeu a JBS como a empresa campeã. A JBS transferiu para as campanhas eleitorais 368 milhões, no ano de 2014. Para o PT foram 144 milhões.

Diante desses fatos, eu pergunto: o BNDES tem 27% da JBS, e a Caixa Econômica, 10%. Quando a JBS resolveu doar mais de 300 milhões de reais, o Conselho de Administração se reuniu, e o representante do BNDES concordou que, em vez de distribuir esse lucro entre todos os acionistas da JBS, ele abriria mão desses 300 milhões, uma vez que o BNDES tem 27% da JBS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO HEULER CRUVINEL - A última pergunta, Sr. Presidente, diz respeito ao Sr. Ricardo Pessoa...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - *(Ininteligível.)* ...eu vou embora.

O SR. DEPUTADO HEULER CRUVINEL - Diz respeito ao Sr. Ricardo Pessoa, da UTC, que fez delação premiada. Delatou que, antes do segundo turno, ele foi lá ao seu gabinete para fazer uma reunião com o senhor, quando, ao longo de toda a conversa, o senhor disse para ele procurar o tesoureiro de campanha da então candidata Dilma Rousseff, o Sr. Edinho Silva, que doou, no segundo turno, 3,5 milhões de reais da UTC. Que fique claro que tudo isso está registrado. A soma é de 14 milhões reais, já doados no primeiro turno da campanha. É verdade ou não que ele foi ao seu gabinete no segundo turno da campanha?

E a última pergunta que eu quero fazer, Sr. Presidente, é se o ex-Presidente da República, Lula, exerce ainda influência sobre o BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O Presidente Luciano Coutinho está com a palavra.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Bom, Deputado, em relação à Sete Brasil, eu queria esclarecer, como fiz na CPI da PETROBRAS, que o BNDES aprovou um financiamento em dezembro de 2013 para oito sondas. Esse financiamento esteve disponível para a contratação durante todo o ano de 2014. Não obstante, diante das dificuldades e da complexidade do processo, a Sete Brasil não conseguiu reunir as



condições de documentação, de concordância de operadores, de estaleiros, de seguradores, todos os participantes da operação — que é bastante complexa —, de forma a comparecer ao BNDES e poder assinar o contrato.

Dessa maneira, decorreu todo esse período e esse contrato, embora aprovado, não foi assinado. Nós tentamos ajudar para que ele pudesse ser assinado, mas infelizmente, em fevereiro de 2015, agora, com as delações premiadas, revelando o pagamento de propina por parte de estaleiros, e também pelo fato de que um dos estaleiros romper unilateralmente o contrato com a Sete Brasil, toda essa situação obrigou uma reestruturação do projeto.

Então, o que eu quero esclarecer é o seguinte: esse contrato, esse crédito nunca se realizou, nunca se materializou, de forma que hoje as tratativas para reestruturar a Sete Brasil, reduzindo o número de sondas, etc., continuam em curso. E, no momento em que todo o processo estiver reorganizado, saneado, o BNDES poderá oferecer, através dos agentes financeiros, suporte ao projeto.

Mas eu creio que o Sr. Pedro Barusco... Eu não li o teor da sua delação nesse ponto, e não me recordo, mas ele presumiu que o BNDES teria concretizado a operação, que, na verdade, não se concretizou. Então, é assim que eu explico, mas eu mantenho a mesma explicação dada na CPI da PETROBRAS.

Em relação à questão de doação de campanha do Grupo JBS, outra vez aqui, essa matéria não transitou pelo conselho de administração da companhia, foi uma decisão dos controladores. Eu recebi, Deputado, em alguns momentos a ABRAFRIGO e me disponho a compreender a situação dos pequenos, porque o apoio às grandes empresas não é feito em detrimento dos pequenos. Nós temos obrigação também de zelar pelos pequenos, e eu me disponho, com V.Exa., a entender e a compreender a situação dos pequenos frigoríficos.

Creio que a participação hoje do BNDES no Grupo JBS está em torno de 24%. Então, acho que com isso eu respondo. Diga-se de passagem, eu aproveito aqui para esclarecer um ponto, Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Arnaldo Jordy, Presidente.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Desculpe, Deputado. Mil perdões. A última operação relevante foi em 2010. Então, desde 2010, não há nenhuma operação relevante em termos de aporte ao grupo.



Eu já esclareci também — e o faço novamente — que não participei de financiamento de campanha. A reunião que tivemos com a presença do Sr. Ricardo Pessoa e outros empresários do Consórcio Viracopos cingiu-se à conclusão do projeto do aeroporto e ao equacionamento do projeto, nada tendo a ver com a questão de contribuição à campanha.

Em relação ao Presidente Lula, eu posso afirmar que o Presidente jamais solicitou e interferiu no BNDES, perante mim, como Presidente, ou a qualquer diretor, a respeito de qualquer projeto específico. Mesmo quando Presidente, ainda como Presidente, eu não me recordo de o Presidente Lula ter me inquirido ou perguntado a respeito de projetos específicos. Como ex-Presidente, posso lhe afirmar que em nossas conversas — poucas conversas — jamais tive, por parte do Presidente, nenhuma intervenção ou questão relativa a projeto no BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo orador é o Deputado Betinho Gomes.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, eu gostaria de retomar aqui por onde terminou o último inscrito. Quero insistir nessa questão da reunião com o Sr. Ricardo Pessoa.

A exatos 8 dias da realização do segundo turno, houve uma reunião em que o BNDES estipulou a viabilização dos recursos para o Aeroporto de Viracopos. Segundo reportagem da *Veja*, de 4 de fevereiro de 2015, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, informou ao Dr. Ricardo Pessoa que Edinho Silva, então tesoureiro, iria procurá-lo para garantir a viabilização de recursos para a campanha. Aqui, inclusive, nós temos os comprovantes de depósito de financiamento à campanha da Presidente da República. Eu queria saber se essa orientação, de fato, foi dada pelo Presidente de que o Sr. Edinho Silva iria procurar Ricardo Pessoa.

Queria também retomar a questão de Abreu e Lima. Segundo a Resolução 3.615, de 2008, do Conselho Monetário Nacional, foi flexibilizada a posição do BNDES com a empresa do setor petrolífero estatal. Eu queria indagar: o empréstimo do Tesouro para o BNDES já vinha com a parcela carimbada para aportes exclusivos em projetos da PETROBRAS, como é o caso da Refinaria Abreu e Lima? Foi iniciativa do BNDES a proposta de flexibilização da exposição do banco com empréstimos ao setor petrolífero estatal, que culminou na edição da Resolução



3.615, de 2008, do Conselho Monetário Nacional? E, aí, é bom fazer o registro de que o Presidente afirma que o recurso de financiamento — em torno de 10 bilhões de reais — não estaria sendo direcionado para o superfaturamento, obviamente. Mas, aí, se estabelece uma contradição, porque o início do projeto da Abreu e Lima previa um projeto de 4 bilhões. Terminamos com a refinaria custando 20 bilhões, ou seja, 10 bilhões, financiados pelo BNDES, inevitavelmente foram utilizados no superfaturamento, mesmo que não tenha sido, naturalmente, uma orientação do banco.

Queria também perguntar: de que forma esses empréstimos foram analisados pelo BNDES? Por se tratarem de projetos da PETROBRAS, empresa que tinha, à época, um *rating* muito positivo, as formas de análises foram todas estritamente seguidas ou o exame seguia uma rotina simplificada? Houve pressão de autoridades do Governo Federal para aprovar rapidamente as operações? Quais autoridades fizeram essas pressões?

Por fim, quero saber se em algum momento das etapas de enquadramento, análise, contratação, acompanhamento e fiscalização do financiamento da RNEST foi levada em consideração pela equipe do BNDES alguma suspeita sobre o superfaturamento e outras distorções na construção da refinaria que compreendeu mais de 300 aditivos em relação ao projeto original inicial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. pelo cumprimento do prazo, Deputado Betinho, e passo a palavra ao Presidente Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Reitero em relação à primeira pergunta: não, não tratei com o Sr. Ricardo Pessoa. Já expliquei que a reunião cingiu-se ao consórcio Viracopos e à conclusão do projeto. E não, portanto, a resposta é não. Não me dirigi a qualquer relação com o tesoureiro Edinho.

Em relação à questão de empréstimos, o empréstimo à PETROBRAS, em 2009, esse empréstimo — precisamos caracterizá-lo — é um empréstimo que se realizou em um momento de praticamente paralisação do sistema mundial de crédito. O sistema de crédito fechou completamente. A alternativa seria descontinuar e paralisar todos os projetos da PETROBRAS ou apoiar a PETROBRAS, e este apoio foi feito conjuntamente com o Tesouro Nacional.



O Tesouro Nacional naquele momento ofereceu um crédito de 100 bilhões ao BNDES e, dentro desses, 25 bilhões em condições de mercado. Foi um crédito feito em moeda estrangeira, dólar, variação cambial, mais um *spread* — se não me falha a memória — em torno de 1,5%, um *spread* de mercado, até bastante alto para a época, apesar do *rating* da PETROBRAS, mas refletindo as condições de escassez de crédito. Não foi, portanto, um empréstimo subsidiado. E foi feito através da transferência de títulos cambiais do Tesouro para o BNDES, e do BNDES para a PETROBRAS. Esse empréstimo foi alocado em três partes. Uma parte para a Refinaria Abreu e Lima, outra parte para o sistema de gasodutos da Transportadora Associada de Gás, e outra parte para a exploração e produção.

O projeto de Abreu e Lima era um projeto, naquele momento, com um orçamento em torno desse valor, um pouco a mais do que esse valor — o BNDES nunca financia 100%. O Banco acompanhou a aplicação desses recursos nos 2 anos que se sucederam. Inclusive nesses anos houve auditorias do TCU que nós observamos.

Finda a utilização desses recursos, o Banco não mais participou de nenhum aditivo, de nenhum processo relativo à RNEST, a Refinaria Abreu e Lima. Portanto, não temos elementos para avaliar os sobrepreços que se sucederam após esse estágio.

A outra questão feita por V.Exa. é sobre a resolução do Banco Central que flexibiliza. Essa foi uma resolução do Banco Central feita em função do aumento da exposição, o aumento da exposição do BNDES à PETROBRAS. E o processo de capitalização da PETROBRAS, feito em 2010, elevou a exposição do BNDES à PETROBRAS. A maneira de viabilizar essa exposição foi solucionada pelo Banco Central, flexibilizando por CNPJ a exposição do grupo PETROBRAS, de maneira que nós cumprimos a regulação emitida pelo regulador, pelo Banco Central. Essa é a explicação.

Não sei, Deputado, se omiti algumas das questões ou se respondi todas. Creio que sim.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Presidente, é evidente que compreendemos que nem todas as perguntas conseguem ser respondidas, mas eu queria inclusive dizer que vou mandar por escrito as perguntas que acho que são



essenciais. E fica claro que o Banco, o BNDES, mesmo sem ser de maneira deliberada, acabou sendo sócio do superfaturamento das obras, porque a obra é 4 bilhões, financiaram-se 10 bilhões e terminou-se uma obra com 20 bilhões.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Isso é ilação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo orador é o Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, eu gostaria que crescesse o tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Antes do Deputado João, por gentileza.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Eu gostaria, já que o Deputado fez uma ilação, eu gostaria de dizer o seguinte: realmente nós vamos mandar por escrito, Deputado, e o orçamento inicial, esse orçamento de 4 bilhões, era uma mera estimativa. O orçamento de que nós tomamos conhecimento era um orçamento superior, e nós teremos toda a satisfação de lhe mandar por escrito os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exas.

Próximo orador, Deputado João Gualberto.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Que se acrescente o tempo de Líder, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não. Já houve tempo de Líder para outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Sobre a mesa ofício do Deputado Carlos Sampaio.

Concedo a palavra ao eminente Deputado João Gualberto pelo tempo de 8 minutos: 5 como Líder e mais 3 como integrante da CPI.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, Sr. Luciano Coutinho, é crescente, Sr. Luciano, a suspeita da sociedade brasileira sobre a importância dos empréstimos para países como Cuba, Venezuela, Angola, Argentina, Bolívia etc. São 11 países que, de 2007 até 2015, receberam 15 bilhões de dólares de empréstimos do BNDES. E essa suspeita vem porque foram utilizados



recursos do FAT, os empregos não são gerados aqui no Brasil, porque as taxas são vantajosas em relação às taxas aqui no Brasil, com suspeita de tráfico de influência do ex-Presidente Lula. Tudo isso aumenta ainda a suspeita porque, quando o atual Governador de Minas, Sr. Fernando Pimentel, em 2012, quando era Ministro do Desenvolvimento, classificou secretos os financiamentos para Cuba e Angola. Aumenta mais ainda a suspeita em função da Resolução nº 3.512, de novembro de 2007, quando o Conselho Monetário Nacional autorizou a CAMEX a dispensar o oferecimento de garantias do beneficiário de operação de financiamento à exportação de bens e serviços nacionais.

Chama-me a atenção também, Sr. Luciano Coutinho, a coincidência nos países atendidos pelos financiamentos do BNDES para exportação de serviços e os países priorizados pelo Instituto Lula, que foi criado, entre aspas, “para aprofundar a cooperação com os Países africanos e promover a integração latino-americana entre outros objetivos.” Aparentemente, o BNDES só financia países compreendidos naquele universo com os quais o Instituto Lula pretende cooperar.

Vêm as perguntas, Sr. Luciano Coutinho: V.Sa. pode explicar as razões dessas coincidências?

Qual o papel do ex-Presidente Lula na viabilização dessas cooperações entre o BNDES, empreiteiras brasileiras e países da América Latina e da África?

O ex-Ministro José Dirceu, condenado por participar do mensalão e preso por participar do petróleo, tem notória ligação com o Governo dos Castro, de Cuba. Ele intermediou alguma decisão de financiamento das obras para o Porto de Mariel? V.Sa. tem também conhecimento do fato de o ex-Ministro intermediar alguma decisão de financiamento de obras do metrô de Caracas? O senhor sabe se José Dirceu teve alguma participação nas tratativas que pretendiam que o BNDES financiasse a participação da Venezuela na construção da Refinaria Abreu e Lima?

O senhor tem conhecimento de quem foi a iniciativa e a motivação que resultou na edição da Resolução nº 3.512, de 2007, do Conselho Monetário Nacional, que deu à CAMEX — Câmara de Comércio Exterior — a competência para dispensar o oferecimento de garantia do beneficiário da operação de financiamento das exportações? O senhor tem conhecimento de quais as principais



operações do BNDES foram feitas com base nessa dispensa de garantia autorizada pela CAMEX?

O BNDES participa diretamente do processo de negociação com os países-alvo das exportações brasileiras, ou tudo fica a cargo das empresas interessadas nos projetos? O BNDES participou com o Governo cubano em relação ao Porto de Mariel, por exemplo?

Nas operações de financiamento de exportação de serviços, o BNDES, por acaso, faz exigência relacionada com a exportação de máquinas e equipamentos? Porque existe a informação do Senador Blairo Maggi de que os equipamentos para o Porto de Mariel, em sua maioria, são chineses.

Por enquanto, vou usar este tempo. Se precisar, eu tenho mais 3 minutos mais para frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Presidente Luciano Coutinho.

Lembro que S. Exa. tem 3 minutos e 30 segundos ainda.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Exmo. Deputado João Gualberto...

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Presidente, eu só quero uma questão de ordem, se o tempo dele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Davidson, o terceiro na inscrição era o Deputado João Gualberto. Há sobre a mesa um requerimento para que ele fale o tempo da Liderança.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Não. Não estou discutindo isso, não. Eu estou discutindo o seguinte: quando é que ele vai usar esse tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ele vai usar agora, depois do Presidente Luciano Coutinho.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Ah, beleza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu não posso também colocar V.Exa. nessa lista de prioridades. Então, V.Exa. fala os 3 minutos e 30 segundos logo após a explanação do Presidente Coutinho, a quem concedo a palavra.



O SR. LUCIANO COUTINHO - Primeiro, Deputado, eu não sei se entendi bem, mas os empréstimos a Cuba, Angola e Venezuela somam aproximadamente 6 bilhões.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não. Eu falei os 11 países; 15 bilhões para os 11 países: Moçambique, Argentina, Equador, etc.; 15 bilhões para os 11 países.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Eu vou lhe providenciar a tabela com todos os saldos para nós nos entendermos. Mas, enfim, o país mais importante nas exportações são os Estados Unidos, com 14 bilhões. Segue-se Argentina, Angola, Venezuela, República Dominicana e, depois, cai o valor.

A política de exportação é uma política de busca de mercado pelos exportadores brasileiros, pelas empresas brasileiras que buscam os mercados. O BNDES não participa de tratativas no exterior para obtenção de contratos. Os contratos são obtidos pelo setor privado. O BNDES aguarda um processamento na esfera do COFIG — Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações, da CAMEX, do Ministério da Fazenda, etc., a concessão de garantias para iniciar internamente a sua análise e o seu processamento. Acompanhamos o processo e fazemos, com todo o rigor, o reforço das garantias dos projetos.

Na América Latina, há uma garantia adicional extremamente importante, que é o convênio de créditos recíprocos, um convênio entre bancos centrais que permite cursar os títulos de dívida dos países nesse convênio, o que dá grande liquidez aos papéis. Nunca houve inadimplemento, e essa é uma das razões de segurança para esses empréstimos.

Nunca houve interferência do Presidente Lula nesses processos, junto ao BNDES. As questões relativas às atividades do Presidente, do ex-Presidente, suas palestras, etc., foram esclarecidas pelo Instituto Lula e devem ser remetidas àquela instituição. Eu não posso responder pela instituição. O que posso dizer é que não há relacionamento nem ingerência no BNDES.

Em relação ao ex-Ministro José Dirceu, posso dizer também que não há ingerência do ex-Ministro em nenhum dos projetos ou tratados no BNDES. Não sei aqui, porque... Durante o seu período como Ministro-Chefe da Casa Civil, eu não poderei informar, porque naquele momento eu não estava no BNDES. Eu não



saberia dizer se, enquanto Chefe da Casa Civil — porque a Casa Civil participa do COFIG —, se ele participou de algum processo. Eu não poderia esclarecer isso, mas posso lhe dizer que, enquanto... O BNDES avalia estritamente em bases técnicas a consistência, o risco, a capacidade de pagamento e as garantias dos projetos.

Em relação à resolução, à Circular nº 3.512, do BACEN, se não me falha a memória, ela diz respeito ao PROEX, que é o programa de equalização, e eu pediria a V.Exa. que possa lhe mandar uma resposta por escrito. Por razões de precisão, não saberia lhe informar com detalhe sobre esse tema.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sobre os equipamentos no Porto de Mariel...

O SR. LUCIANO COUTINHO - Ah, sim...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - ... há denúncia de que são equipamentos chineses. E já que quem emprestou o recurso foi o povo brasileiro, deveria exigir-se a compra de equipamentos brasileiros.

O SR. LUCIANO COUTINHO - O BNDES sempre trabalha para maximizar a participação de equipamentos produzidos no Brasil, mas, obviamente, o importador pode preferir comprar de outra fonte, e, com isso, você termina eventualmente reduzindo o crédito e a participação, ou substituindo equipamentos por outros equipamentos, mas há uma lista importante de equipamentos produzidos no Brasil no Porto de Mariel. E eu também peço a V.Exa. a oportunidade de esclarecer por escrito que, além dos serviços de engenharia, também há uma lista importante de equipamentos.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Quanto à coincidência dos países que têm recebido empréstimo, esses 11 países que receberam 15 bilhões de dólares, e os países assistidos ou que tenham feito convênio com o Instituto Lula, o senhor não tem nada a falar sobre essa coincidência?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Eu não conheço e não poderia responder, porque eu não tenho conhecimento de que o Instituto Lula tenha convênios com países. Não posso responder sobre hipóteses nem sobre um assunto do qual não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor acha que hoje, como Presidente do BNDES, é mais importante, realmente, emprestar dinheiro para



infraestrutura de Cuba, Venezuela, Equador, Bolívia do que priorizar as obras de infraestrutura no Brasil?

Por exemplo, na Bahia e no Brasil há várias obras paradas. Na Bahia, o Deputado José Rocha, o nobre Relator, sabe que a Ferrovia Oeste-Leste está parada; o Porto de Ilhéus, sequer começou; do Eixo Sul da transposição do Rio São Francisco nem se concluiu os projetos que iam beneficiar a Bahia. Em nada da transposição do Rio São Francisco foi beneficiada a Bahia. O senhor acha...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Esse balanço aí não procede, não. Está todo errado.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O que está errado?

Ele está me interrompendo. Ele fala na época dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Afonso, eu queria só garantir a palavra ao Deputado João Gualberto, que está dentro do seu limite de tempo.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - É porque eles acham que tirar foto do licenciamento, ainda do licenciamento do Porto de Ilhéus, isso já é início de obra. Talvez, o Deputado do PT ache isso.

Vá lá na Bahia e verifique se está toda parada a Ferrovia Oeste-Leste ou não, Deputado Afonso Florence. Se estiver funcionando...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Não, não está parada.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não está parada? O.k., o povo da Bahia sabe avaliar o que o senhor está falando.

Voltando à pergunta, o senhor acha mais importante emprestar para Cuba do que investir na infraestrutura do Brasil?

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - O metrô, que estava parado no Governo do PSDB, foi retomado.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Afonso, eu vou pedir a V.Exa., que é um homem educado, a gentileza de não interromper o orador. V.Exa. depois pode se manifestar pelo seu partido, pela Liderança do seu partido, mas, por enquanto, eu garanto a palavra ao Deputado João Gualberto.



V.Exa. tem mais 1 minuto e 30 segundos para fazer o seu questionamento.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Eu queria essa resposta. Eu queria somente esta resposta: o senhor acha mais importante investir na infraestrutura de Cuba, Venezuela, Argentina, ou investir na infraestrutura do Brasil? Onde o senhor acha mais importante?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Primeiro, Deputado, eu queria dizer o seguinte. Uma coisa...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Eu gostaria que o senhor respondesse, só isso.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Eu vou responder.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor tem respondido a todo mundo aqui. O senhor responde o que o senhor quer. Eu queria saber onde o senhor acha mais importante, só isso; se investir na infraestrutura de Cuba ou...

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Não vamos cercear a resposta do nosso convidado.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu estou definindo o tempo e o cronograma aqui.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO PAULÃO - O Deputado quer pautar o convidado, Sr. Presidente! Vamos seguir a ordem.

(Não identificado) - É porque o Deputado quer entender...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Vamos respeitar a palavra de quem está orando. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu acho que nós estamos precisando de muita oração, Deputado Caio Narcio.

Presidente Coutinho com a palavra.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Deputado, tenho o lhe dizer o seguinte: olhemos os números. O BNDES desembolsou, em infraestrutura no Brasil, 55 bilhões nos últimos anos. Na operação direta, de 30 a 30 e tantos bilhões contra um



valor de 1,5 bilhão a 2 bilhões de dólares na operação de exportação e, para esses países, menos.

Os números dizem: a infraestrutura no Brasil é muito mais importante. O apoio à exportação de serviços representou, nos últimos anos, menos de 2% do desembolso total do BNDES. Os desembolsos, no País, de infraestrutura são essenciais, e eles não estão atrasados por falta de recursos do BNDES. Nós reservamos e honraremos todos os nossos contratos.

Enfrentamos, no Brasil, dificuldades no avanço das nossas infraestruturas, por várias razões: licenciamento, desenvolvimento insuficiente de projetos, planejamento... São coisas que, todos juntos, precisamos melhorar no País. Precisamos melhorar a preparação de projetos, aperfeiçoar e tornar mais céleres os mecanismos de licenciamento de maneira a acelerar as obras de infraestrutura, acelerar os investimentos em infraestrutura.

Então, está respondido.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor acha mais importante do Brasil?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - E por que priorizaram Cuba e Venezuela?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Porque... Eu não estou entendendo a sua pergunta.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - São 15 bilhões!

O SR. LUCIANO COUTINHO - Nós priorizamos o Brasil.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - E essas obras paradas são culpa de quem? É falta de recursos ou falta de projetos?

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, aí também não dá!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ele está dentro do tempo dele. Ele está dentro do tempo dele. Ele está respondendo e questionando dentro do tempo dele.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Depois eu vou pedir acréscimo, eu vou pedir acréscimo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ele tem mais 1 minuto para fazer seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ele está no direito da pergunta dele! O que é isso? O tempo é dele! Ele pergunta o que quiser!

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Já passou mais de 3 minutos... Não pergunta o que quer não!

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ele está dentro do tempo dele.

Deputado João Gualberto, V.Exa. tem mais 1 minuto para concluir, eu estou marcando aqui.

Deputado João Gualberto, V.Exa. tem 1 minuto para concluir.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O tempo de todo mundo é igual!

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Volta para orar, rapaz!

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Todo mundo foi eleito.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Vai orar!

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Quem está precisando orar é você!

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - É você! Chega atrasado e ainda quer fazer confusão!

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O tempo vai ser acrescido, Sr. Presidente? Veja quantas vezes eu fui interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu estou marcando aqui. V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Deputado, 15 bilhões no período de 2013 a 2014...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - De 2007 a 2015, de 15 bilhões.

O SR. LUCIANO COUTINHO - De 2007 a 2015. Nesse período, o banco desembolsou mais de 800, 900 bilhões. Nós temos que ter isso na devida conta. Então, o volume que o banco desembolsou em infraestrutura no Brasil é incomparavelmente maior do que o volume da exportação de serviço.

E eu quero dizer que essa exportação de serviço de engenharia gera emprego e renda no Brasil. Ela não é uma transferência de recursos para o exterior;



é a produção, no Brasil, de bens e serviços, que serão exportados. Está contribuindo também para o desenvolvimento do País.

Eu gostaria de lhe mandar comparativos para mostrar que a infraestrutura no Brasil, de longe, pelo seu peso e importância, é a grande prioridade do nosso banco.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Presidente, o senhor fala desses números todos e o povo brasileiro não consegue enxergar essas obras. O que se enxerga são várias obras paradas, desde refinarias a ferrovias e estradas. As estradas concluídas são todas pedagiadas — todas pedagiadas! Portos, aeroportos... Só ficaram prontos, na verdade, os estádios de futebol, porque alguém teve interesse; o resto está tudo parado. Eu acho difícil alguém aqui do Governo, que vai falar depois, falar quais obras foram concluídas. A transposição do Rio São Francisco estava prevista para ser inaugurada em 2010, depois, em 2014 — sempre em época de eleição —, e agora fala-se em 2017.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado João Gualberto, o tempo de V.Exa. está expirado.

Passo a palavra ao Presidente Luciano Coutinho, se quiser fazer alguma consideração sobre a explanação do Deputado João Gualberto, ou eu posso passar para o próximo orador.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não, eu respeito o Deputado João Gualberto. Eu acho que, da mesma forma que existem obras em atraso, existe uma vasta quantidade de obras concluídas. Eu terei o prazer de lhe informar também sobre a grande quantidade de obras concluídas no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo orador é o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, eu peço a atenção de V.Sa., porque eu gostaria de fazer pergunta e resposta.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Pois não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Primeiro, V.Sa. foi convidado aqui e não está sob juramento. Portanto, o que V.Sa. falar nesta situação não será tido como um crime. Eu gostaria de saber se V.Sa. poderia fazer esse compromisso mesmo não sendo obrigado a fazê-lo.



O SR. LUCIANO COUTINHO - Sim, Deputado, eu vim aqui para falar a verdade. Não tenho nenhum constrangimento em falar a verdade.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Então, V.Sa. faz o compromisso de poder falar como se tivesse sido convocado?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sim? O.k.

Eu vou falar alguns nomes aqui, Presidente, e gostaria que V.Sa. dissesse qual tipo de relação... O Sr. Fábio Luís da Silva, o Lulinha, V.Sa. conhece?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Tem relações...

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - ... correntes?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Já fez reuniões?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Considera amigo?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Lula, Luiz Inácio Lula da Silva, V.Sa. conhece?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Sim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Tem relações correntes?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Esporádicas.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Já fez reuniões?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Estive algumas vezes no Instituto Lula discutindo conjuntura econômica.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Considera amigo?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Tenho estima pelo Presidente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Fernando Pessoa, V.Sa. conhece?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Fernando Pessoa?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não.

(Não identificado) - Está errado isso aí.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ricardo Pessoa, *(risos.)* V.Sa. conhece?
(Não identificado) - Todos nós amamos muito Fernando Pessoa. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - V.Sa. conhece?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Conheci, sim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Tem relações correntes?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Já fez reuniões?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Sim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Considera amigo?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - José Dirceu, V.Sa. conhece?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Sim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Tem relações correntes?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Já fez reuniões?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Como Presidente do BNDES, não. Anos atrás, quando era Chefe da Casa Civil, acho que fiz uma reunião.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Considera amigo?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não?

Paulo Okamoto, V.Sa. conhece?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Sim.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Tem relações correntes?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Já fez reuniões?

O SR. LUCIANO COUTINHO - No Instituto Lula, ele estava presente em algumas das reuniões de conjuntura econômica.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Considera amigo?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu gostaria, então, Presidente, como um encaminhamento, como nós assumimos que V.Sa. está falando aqui a verdade, de propor um requerimento para quebrar o sigilo do seu telefone, para ter acesso, para



saber se V.Sa. teve contato direto por telefone com essas pessoas citadas. V.Sa. se opõe?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Olha, eu...

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - É uma questão...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu peço que respeitem a minha palavra...

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, não há motivo, com todo o respeito!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu peço que respeitem a minha palavra. Eu estou inquirindo, eu peço que respeitem a minha palavra.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É uma pergunta... Se o Presidente não quiser responder...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Essa é uma decisão da CPI.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O Deputado Caio Narcio está dentro do tempo dele. Aliás, o tempo de S.Exa. já expirou. Fica a critério do Presidente Coutinho responder ou não o questionamento do Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu peço que respeitem a minha palavra e peço que o Presidente... O Presidente, pode responder com tranquilidade. Eu pedi, fiz uma solicitação. Ele pode dizer que não quer, ou pode dizer que não há problema.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Mas a decisão não é dele. Quem quebra...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu estou perguntando.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Quem quebra aqui somos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Caio Narcio, para encerrar.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu peço que mantenha a minha palavra. Por favor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Para encerrar, para encerrar, por gentileza.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Ele pode, inclusive, escutar o assessor para ver qual é a melhor maneira que está indicando, que está à disposição.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O... Já falou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Presidente Coutinho, V.Sa. tem a palavra.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Olha, eu dei a minha palavra, e a minha palavra é de verdade. Eu creio que é uma faculdade que os senhores têm de, se quiserem, quebrar meu sigilo telefônico. Então, é faculdade dos senhores. A CPI tem a...

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - O senhor autoriza. É só o senhor autoriza.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ele já respondeu.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Espera aí, espera aí. Quem fez a pergunta fui eu. Então, eu é que tenho que decidir se estou atendido ou não.

V.Sa. permite ou não?

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, espera aí, espera aí.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - A palavra está com o Presidente Coutinho. Eu vou esperar a palavra do Presidente Coutinho e passo a palavra ao próximo orador.

Com a palavra o Presidente Coutinho.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Espera aí, o Presidente.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Essa é uma decisão de V.Exas.; não é uma decisão minha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Bom, está respondido. Então, V.Exa...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, para concluir.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Então, V.Exa., se quiser...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não, para concluir, deixa-me concluir, deixa-me concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa., se quiser...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Deixa-me concluir porque faltavam 30 segundos, me interromperam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Não, o tempo já acabou.

(Não identificado) - Caio, o Presidente está na condução...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não é constrangimento. Deixa-me concluir, porque faltavam 30 segundos, me interromperam e eu quero concluir.

(Não identificado) - O seu tempo já acabou, Caio. O Presidente está na condução *(ininteligível)*. Isso é um constrangimento.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não é constrangimento. É esclarecimento de fatos. Não é constrangimento. Se ele se colocou aqui e diz que está falando a verdade... Quer dizer, nenhuma pessoa que você não conhece, não tem relações correntes, não fez reuniões e não considera amiga, deve ter uma relação com o seu celular pessoal, e é isso que eu estou perguntando, para nós verificarmos se isso realmente não ocorreu. Se ele se sente confortável ou não, se pode fazer ou não pode. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O Presidente já respondeu. V.Exa. pode formalizar o pedido junto à esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Vou formalizar, então. Vou pedir à assessoria para formalizar o pedido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Caio Narcio.

O próximo orador inscrito é o Deputado André Fufuca.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PT.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Pela Liderança do PT há um requerimento aqui designando o Deputado Carlos Zarattini, a quem concedo a palavra pelo tempo de 6 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eu gostaria de falar em seguida ao Deputado André Fufuca, que V.Exa. já chamou.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Sub-Relator Fufuca com a palavra.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Exmo. Sr. Presidente Marcos Rotta, excelentíssimo senhor convidado, Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, eu aqui irei focar na missão que foi dada, pela CPI, a minha pessoa: os empréstimos estaduais.

Presidente Luciano, se assim puder chamá-lo, a primeira indagação que eu faço é a seguinte: quais são as condições impostas pelo BNDES para aportar recursos aos entes federados e quais são as grandes prioridades na concessão de créditos para os Estados? Essa é a primeira pergunta.

Segunda pergunta: V.Sa. e o BNDES acompanham os reflexos desses investimentos nos Estados, no caso, do Estado do Maranhão, assim como nos outros entes federativos?

Falo isso porque tive acesso a esse projeto feito pela COBRAPE, empresa gerenciadora do empréstimo no Estado do Maranhão, e há, na descrição do projeto, o Programa Viva Maranhão, programa esse começado 3 anos atrás e que visava a ampliar e modernizar a infraestrutura social e econômica do Estado e a combater a pobreza e a extrema pobreza. Foram 3,8 bilhões, financiados pelo BNDES, investidos no Estado, sendo o maior investimento público já realizado naquele lugar.

Os recursos seriam destinados aos setores de gestão territorial, gestão pública, educação, saúde, saneamento básico, ambiental, segurança pública, infraestrutura rodoviária, assistência social e mobilidade urbana, com a geração de mais de 40 mil empregos diretos. Esse era o grande sonho feito por esse empréstimo. Porém, o que temos hoje no nosso Estado são obras paradas; são várias e várias construtoras pequenas quebradas pela paralização das obras e pela falta de pagamento.



Eu aqui lhe faço a terceira pergunta: após outubro de 2014, não se teve acesso atualizado ao andamento das obras, do que foi repassado. O que foi gasto nesse período está pendente. Eu gostaria de saber: V.Sa. poderia passar a esta Comissão, de outubro de 2014 até agora, o que foi mandado para o Estado do Maranhão e em que foi gasto? Essa é a terceira pergunta.

A quarta pergunta. No mês de maio, o Estado do Maranhão recebeu 180 milhões de reais, e eu lhe pergunto: se foram recebidos 180 milhões de reais, por que encontramos mais de 500 obras paradas no Estado do Maranhão?

Quinta pergunta. A SEPLAN, Secretaria de Planejamento do Estado, é muito clara quando diz, em nota oficial, que culpa o Governo anterior e admite que só conseguirá investir no segundo semestre os recursos proveniente do empréstimo do BNDES. Eu lhe pergunto: a culpa é da gestão passada ou da atual gestão? Até porque, no dia 31 de dezembro, a mesma empresa gerenciadora disse que não haveria irregularidades no empréstimo do BNDES com o Estado do Maranhão. Por que hoje dizem que há?

Presidente, eu lhe peço 1 minuto para terminar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Trinta segundos.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Presidente, 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Quarenta. Deputado André, por gentileza.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Presidente, por favor, eu peço que seja um momento. *(Risos.)* Estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Em comemoração ao aniversário de V.Exa., eu acho que ninguém vai se opor a dar 1 minuto a mais para V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Obrigado. Eu lhe agradeço.

Terminando o raciocínio, são palavras da Secretaria do Planejamento — abre aspas: *“O redesenho do programa vai garantir, já a partir do segundo semestre, o investimento de quase R\$ 1 bilhão ainda disponível para novas obras, bem como para dar celeridade às obras que já haviam sido contratadas.”* Eu lhe pergunto: houve alguma mudança no projeto inicial para a execução desses recursos? Se houve, peço que V.Sa. também passe à CPI.



Para encerrar, a última pergunta que lhe faço é uma pergunta que causou alvoroço no nosso Estado. O Secretário de Segurança do Estado foi à imprensa e disse que haviam sumido com 300 milhões de reais do BNDES, dinheiro esse liberado e que havia sumido no Maranhão, inclusive com obras 35 vezes aditivadas. Porém, eu estou com ofício do Deputado Aluisio Mendes, que foi Secretário de Segurança do Estado, e ele demonstra, o próprio BNDES, que, no Estado do Maranhão, o projeto inicial teria 103 milhões. Desses 103 milhões, apenas 24 milhões foram liberados. Eu lhe pergunto: esses 200 milhões foram liberados e sumiram ou realmente só existiram nas bravatas do Secretário?

São essas as perguntas que lhe faço. Gostaria da sua resposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. e passo a palavra ao Presidente Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO – Caro Deputado André Fufuca, teremos grande satisfação em lhe fornecer informações sobre os empréstimos estaduais.

Primeiro, quero dizer que o BNDES só pode emprestar aos Estados com autorização da Secretaria do Tesouro Nacional, dentro de um Plano de Ajuste Fiscal, o PAF de cada Estado. O espaço fiscal para que os Estados possam contrair dívida é determinado dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo Tesouro Nacional. O BNDES não tem autonomia para emprestar aos Estados por sua própria vontade.

No caso do Estado do Maranhão, em função de critérios anteriores de programas como o PROINVESTE, o Estado do Maranhão fez jus, dentro do PROINVESTE, realmente, a empréstimos de escala considerável. V.Exa. mencionou aí o volume de 3,8 bilhões. Esse programa foi aprovado; parte dele foi executada, parte foi interrompida, e a mudança de governo levou o novo Governo a solicitar, primeiro, uma reavaliação e a questionar sobre a possibilidade de realocar alguns dos programas.

O nosso comportamento normal em circunstâncias desse tipo é concluir obras em estágio avançado e dar liberdade a novos governos, que tenham o mandato conferido pela população, eventualmente, de remanejar saldos existentes para novas prioridades.



Eu não saberia esclarecer a V.Exa., aqui neste momento, a respeito da questão da Secretaria de Segurança. Eu me comprometo a informá-lo sobre esse tema brevemente, assim como a informar a respeito dos desembolsos realizados em 2015.

V.Exa. fez referência a uma autorização de 180 milhões e a tratativas de remanejamento efetuadas pelo novo Governo. Não temos nenhuma dificuldade em lhe fornecer todas as informações. Mas, realmente, neste momento, eu não tenho em detalhe e fico com o compromisso de lhe fornecer.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Quero fazer só uma pergunta, porque isso causa inquietação na população do nosso Estado. Hoje, no Maranhão, essas obras seriam hospitais, que atenderiam pessoas que precisam, seriam escolas de ensino médio, seriam viadutos, seriam estradas que ligariam lugares que nunca foram ligados por estradas, enfim, seriam obras de grande porte para o nosso Estado, e essas obras encontram-se paralisadas.

Eu lhe pergunto: qual é a razão para a paralisação de mais de 500 obras em um Estado tão pobre como o Maranhão?

É só essa a pergunta que faço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado André Fufuca.

Com a palavra o Presidente Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO - A questão tem que ser dirigida ao Governo do Maranhão, porque, na verdade, o novo Governo assumiu, fez uma reavaliação, decidiu remanejar e replanejar. Dessa forma, o que nós poderemos lhe fornecer são as informações — e o faremos. Entendemos que é da filosofia de trabalho do BNDES, por racionalidade, concluir obras que se encontram em curso. É inteiramente indesejável deixar obras no meio do caminho.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - No caso, seria a gestão atual, então.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Concluir obras que se encontram em curso nos parece desejável e racional.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA - Só para terminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado André Fufuca, agradeço a V.Exa. e agradeço ao Presidente.



Consulto se o Deputado Carlos Zarattini vai usar o tempo da Liderança.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Uma questão de ordem. O Deputado Carlos Zarattini não é Vice-líder do PT. Está aqui na relação do *site* da Câmara.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Acabei de ser nomeado.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Hoje? V.Exa. foi nomeado hoje? Parabéns, então, pela assunção de V.Exa. a Vice-liderança do PT, já que V.Exa. foi nomeado!

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Parabéns, Deputado Carlos Zarattini!

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Há um requerimento do Deputado Sibá Machado, Líder do PT.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini, pelo tempo de Liderança do Partido dos Trabalhadores, por 6 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho, que é uma personalidade no nosso País, um acadêmico. Durante sua vida acadêmica sempre defendeu o desenvolvimento do nosso País, o desenvolvimento com soberania, com distribuição de renda. É o que vem fazendo ao longo dos anos como dirigente público do BNDES e outros cargos públicos que ocupou. Quero parabenizá-lo.

Gostaria de fazer algumas perguntas que julgo importantes para o esclarecimento desta Comissão.

Em primeiro lugar, Presidente, V.Sa. falou que o comitê de enquadramento é composto de funcionários de carreira da instituição. Depois V.Sa. citou a diretoria de aprovação das operações.

Nós gostaríamos de saber quem compõe essa diretoria de aprovação das operações? Quais são as pessoas? Como é feita essa avaliação?

Depois, também, é feita a operação de risco. Quem faz a avaliação de risco dentro do banco? São funcionários de carreira? Como é composta essa equipe de avaliação de risco?



Também gostaria de saber a partir de qual limite de financiamento é necessária a aprovação do comitê de enquadramento da diretoria de aprovação e da avaliação de risco? É qualquer operação? Ou operações acima de um limite determinado? Qual seria esse limite? Até porque esta Comissão solicitou todos os financiamentos do BNDES acima de 100 mil reais. Então, nós gostaríamos de ter esse parâmetro que existe no BNDES.

Sr. Presidente, nós também gostaríamos de saber se a política de financiamento às exportações é uma política dessa gestão que o senhor preside ou é uma política que foi iniciada em gestões anteriores. Desde quando existe a política de financiamento a exportações de bens e serviços no BNDES? E, se o senhor puder nos responder, em que momento foi aprovado o financiamento ao metrô de Caracas? Se foi uma decisão tomada após 2003 ou antes de 2003, essa decisão de colaboração com o Governo bolivariano da Venezuela.

Nós também gostaríamos de ter outra informação. O senhor deve ter conhecimento de que a Lei Anticorrupção proíbe às empresas condenadas o financiamento de bancos públicos. Nenhuma empresa ainda foi condenada na Operação Lava-Jato pela Lei Anticorrupção. Mas várias estão enquadradas nessa lei.

Existe um projeto que ainda não teve início de obras, mas já foi licitado, que é o projeto da PPP Linha 6 Laranja, do Metrô de São Paulo. O consórcio, a SPE — Sociedade de Propósito Específico, provavelmente, que conduz esse projeto, que foi vencedora da licitação, chama-se Move São Paulo, é composta pela Odebrecht, pela Queiroz Galvão, pela UTC e por um FIP — Fundos de Investimento em Participações, de que eu não tenho aqui o detalhamento de quem o compõe.

Nós gostaríamos de saber se esse projeto da Linha 6 Laranja do Metrô com financiamento firmado pelo Governo do Estado de São Paulo com o BNDES, cujas empresas são essas empresas, vai ter continuidade ou se o BNDES está aguardando para realizar esse financiamento.

Então, nós gostaríamos de ter essa informação sobre esse projeto específico.

E existem também projetos em andamento: a Linha 5 do Metrô de São Paulo, a compra de trens do Metrô de São Paulo e também a Linha 4 do Metrô São Paulo.



Então... Mas esses já estão em andamento. Então, um é um projeto que... Ainda não foram iniciadas as obras; portanto, imagino eu, não há nenhum desembolso. E outros projetos que já estavam em andamento quando do início da Operação Lava-Jato.

Então, nós gostaríamos também de ter essa informação sobre esses contratos específicos, se o senhor nos puder fornecer agora.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Sr. Presidente, só uma questão de ordem, antes de o Presidente Luciano responder aos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Betinho.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Eu não interrompi o Deputado Zarattini porque houve o precedente de outros companheiros usarem o tempo de Líder para fazerem questionamentos. Mas, regimentalmente, o tempo de Líder não pode ser usado para fazer questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Concordo com V.Exa.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - É só para o posicionamento da bancada. Então, que a partir de agora seja respeitado esse aspecto do Regimento da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu concordo com V.Exa. E passo a palavra ao Presidente Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Bom, caro Deputado Zarattini, agradeço as perguntas.

Esclareço que o Comitê de Enquadramento e Crédito é um comitê formado por superintendentes de todas as áreas operacionais do banco. Se não me falha a memória, cerca de 17 superintendentes fazem parte do Comitê. E eles avaliam cada projeto proposto pela equipe técnica da área operacional correspondente.

O Comitê avalia a capacidade de pagamento, as condições de solidez financeira dos empreendedores, as condições cadastrais, avalia as condições de mercado e a solidez da projeção do fluxo de caixa para capacidade de pagamento, leva em consideração a taxa de risco atribuída, e a análise de balanço, atribuída pela área de crédito, que produz a avaliação de risco e recomenda o enquadramento e o prosseguimento ou não da operação.



Muitas vezes, o Comitê pode rejeitar a operação, sugerindo ajustes ou modificações, e, outras vezes, o Comitê pode simplesmente negar a operação por considerá-la de alto risco ou inadequada às prioridades. Mas é uma avaliação estritamente técnica. E esse filtro técnico é um filtro multidisciplinar, um filtro onde várias áreas se dedicam a olhar aquele projeto, o que nós consideramos muito valioso para a instituição, porque reduz qualquer viés que possa existir da equipe que está diretamente envolvida, que pode se entusiasmar pelo projeto. Então, ele passa por esse crivo muito frio, muito objetivo desse Comitê. É um comitê multidisciplinar, é um comitê muito importante.

A avaliação de risco de crédito é feita segregadamente. Dentro da área de crédito existem vários departamentos. Uns departamentos analisam riscos da área bancária financeira, outro departamento analisa o risco de empresas industriais, outros departamentos analisam, então, especializadamente, o risco de todas as empresas clientes. E também utilizam, por pesquisa e por informação privilegiada, própria do banco, informações cadastrais a respeito dos controladores das empresas. Então, esta avaliação também, quando se trata de operações de exportação, tira proveito de convênios com as grandes empresas classificadoras de risco internacional, as três grandes, e utiliza outras bases de dados de classificação de risco para formar o nosso próprio juízo a respeito das condições de risco em cada operação. Essa é, portanto, a sistemática. E é uma sistemática... V.Exa. fez uma questão a respeito de operações de menor porte. As operações de menor porte no banco, abaixo de 20 milhões, são feitas através da rede bancária comercial. Nesse caso, o risco da operação é assumido pelo agente repassador, pelo banco repassador. Como ele assume o risco perante o BNDES, ele é quem tem a obrigação de calcular o risco da operação. O BNDES é informado, mas não é diretamente o BNDES que calcula o risco das operações indiretas. O BNDES também faz, em casos excepcionais, programas como inovação, faz operações abaixo de 20 milhões diretamente. Nesse caso, nós seguimos a mesma sistemática. Ainda que seja uma operação de menor porte, nós fazemos cautelosamente toda a análise de risco, como se fora uma operação de grande porte, de maneira que, quando a operação é indireta, ela é feita dessa forma.



Em relação à política de exportação de serviços de engenharia, essa é uma política que teve seus normativos estabelecidos por volta de 1995/96, com a criação do FAT cambial, que é uma parcela do FAT, remunerada a dólar mais LIBOR, com a constituição do PROEX Equalização, para permitir, e do PROEX Financiamento. Ou seja, o arcabouço para as operações de exportação de serviços foi montado na segunda metade dos anos 1990. Especificamente, a primeira operação de financiamento ao metrô na Venezuela, se não me falha a memória, foi de 1998 — se não me falha a memória. De maneira que as operações de comércio exterior precederam o Governo do Presidente Lula, e a estrutura normativa dessas operações foi criada naquele período. Em relação ao Metrô Linha 6 de São Paulo, que é uma PPP, há uma parte do Governo do Estado de São Paulo e uma parte para a PPP, para o setor privado. O valor total, se não me falha a memória, está em torno de 4,5 bilhões dos financiamentos. Eles estão aprovados, os financiamentos, e há um... Se não me falha a memória... Eu poderei lhe dar informações mais detalhadas, mas, se não me falha a memória, o início de canteiro de obras já teve lugar nesse empreendimento. As empresas são essas que V.Exa. mencionou, e elas, através de subsidiárias, não estão impedidas legalmente nesse estágio. Então, é preciso... Entretanto, eu gostaria de lhe dar uma informação mais precisa, porque cada caso... São várias empresas aqui e as situações são distintas entre elas.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, só para complementar. Queria saber se... No caso dessas empresas, elas provavelmente serão condenadas pela Lei Anticorrupção, por tudo que já foi revelado na sua prática e na sua... Se existem questões de doação, as campanhas do Governador Geraldo Alckmin e a campanha a Presidente de Aécio Neves também receberam recursos dessas empresas citadas aí na Operação Lava-Jato. Existe alguma preocupação ou cautela do banco no exame desses contratos? Porque da mesma forma como muitas vezes se questiona a cautela do banco em relação a contratos com essas empresas, onde elas fazem parte de SPEs ou fazem parte de consórcios, ou são contratadas por empresas do Governo Federal, no caso, ELETROBRAS ou ELETRONUCLEAR, se nesse caso existe também ou existirá essa cautela do banco no exame desse financiamento.



O SR. LUCIANO COUTINHO - Sem dúvida nenhuma, o banco adota cautela, e a cautela vale para todos e em todas as situações. Nesse caso, é preciso distinguir as condições cadastrais, as condições econômicas e financeiras de cada uma das empresas envolvidas, verificar sua capacidade de honrar os compromissos, que é uma primeira e elementar prática de prudência bancária, que precisa ser observada; e, em segundo lugar, observar, à luz do arcabouço legal, se essas empresas estão legalmente impedidas, em função dos dispositivos legais. O banco é estrito no cumprimento dos dispositivos da lei e estrito no cumprimento das regras de prudência bancária.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Vale para todos os contratos em que essas empresas estejam participando.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Sem dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Próximo orador inscrito, Alexandre Baldy.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Bom tarde, Sr. Presidente; Miguel Haddad; caro Relator, Deputado José Rocha; Presidente Luciano Coutinho. Eu gostaria aqui de perguntar a V.Sa., Sr. Presidente Luciano Coutinho, sobre as supostas irregularidades, em termos de influências, que foram realizadas dentro do BNDES por parte de atores que muitas vezes foram colocadas a público pela mídia.

O ex-Ministro Fernando Pimentel, que era Presidente do Conselho do Banco, ele atuava diretamente nas decisões sobre as operações de crédito. Não é isso, Presidente?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não. O Ministro Pimentel, como Presidente do Conselho de Administração, nunca interferiu em decisões privativas da diretoria, que são as decisões de aprovação das operações, cumprido todo o rito cuidadoso...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Perfeito! A esposa do atual Governador, ex-Ministro Fernando Pimentel, ela trabalhou com V.Sa. na Presidência do banco?

O SR. LUCIANO COUTINHO - A Sra. Carolina Oliveira foi parte da assessoria do banco, lotada em Brasília, à disposição do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio como assessora de imprensa. É uma tradição de muitos anos, de meados dos anos 1990, que os Ministros de Desenvolvimento



Indústria e Comércio utilizem assessores do BNDES para algumas posições: assessoria de imprensa, assessoria econômica, assessoria internacional. E a Sra. Carolina foi contratada nessa condição, para prestar apoio ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor já teve contato ou conheceu o Sr. Benedito Rodrigues?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor já teve relação com alguma empresa ou tratou, por parte do banco, com ações, mesmo em níveis de contratos, ou principalmente com investimentos na área de publicidade e propaganda, a empresas ligadas seja ao Sr. Benedito, seja ao Sr. Mário Rosa ou seja à Sra. Carolina?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor não tem ciência de nenhum contrato ou de nenhum recurso destinado a uma das empresas por parte desses agentes?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Então, há um fato público que é... Agora me falha a memória... É uma empresa subcontratada pela agência de publicidade Nova SB para prestar um serviço, e essa empresa foi contratada depois de uma tomada de preço seguindo os trâmites normais. Mas eu não tenho, Deputado, conhecimento direto desse assunto. Mas terei prazer em lhe fornecer as informações.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - V.Sa. sabe que a Polícia Federal coloca em um parecer e com razões para acreditar que o verdadeiro beneficiado desses recursos aos quais eu pergunto ao senhor, Presidente, foi o Ministro de então, Fernando Pimentel. V.Sa. tem o dever legal de cumprir, enquanto Presidente dessa instituição respeitada... Hoje, por onde passamos pelo Brasil, os brasileiros perguntam se é uma verdadeira caixa preta. Isso é uma pergunta banal. Praticamente todos com quem temos contato hoje fazem esse tipo de pergunta e se o BNDES seria motivo de escândalo maior do que o da PETROBRAS. Isso não sou eu, mas de fato, os brasileiros com os quais convivemos no dia a dia.

Enquanto dever legal, como Presidente da instituição, o senhor criou alguma sindicância ou algum tipo de investigação interna sobre essas denúncias de



empresas que foram beneficiadas pelo banco e que contrataram empresas que trabalhavam para o banco?

O SR. LUCIANO COUTINHO - A informação, Deputado, que eu terei prazer de lhe passar as mãos é de que essa empresa subcontratada, cujo nome me escapa agora, teve todos, desde a sua contratação até a prestação dos serviços... Foi devidamente verificada para comprovar a efetiva execução dos serviços, dentro de parâmetros de preço de mercado, a entrega dos serviços. Desde a sua contratação até a entrega dos serviços, todas as informações que temos é de regularidade absoluta. E teremos muita satisfação em lhe providenciar essas informações. Eu não quero, nesse sentido, corroborar nenhuma ilação em relação ao ex-Ministro e atual Governador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Para concluir, por favor Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor teria sido indicado pelo ex-Ministro Fernando Pimentel para a Presidência do banco?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não. A minha presença na presidência do banco antecede a chegada do Ministro Pimentel. Fui indicado à presidência do banco, em abril de 2007, pelo então Ministro Miguel Jorge.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - O senhor teria alguma oposição a fazer à abertura da agenda e aos eventos dos quais o senhor participou enquanto presidente do banco ao conhecimento da nossa Comissão?

O SR. LUCIANO COUTINHO - A minha agenda?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Isso.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não há nenhuma dificuldade. A minha agenda é pública. A minha agenda não é uma agenda... Então, não há dificuldade.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Perfeito!

O SR. LUCIANO COUTINHO - Gostaria, entretanto que houvesse uma formalização desse pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Baldy, para encerrar.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Perfeito! O senhor teve participação direta com o ex-Ministro Antonio Pallocci na não concretização da



compra de um grupo formado pelo Pão de Açúcar e o Carrefour nessa junção que criaria um supercampeão do varejo nacional?

O SR. LUCIANO COUTINHO - O Ministro Pallocci não participou, à época, de nenhuma tratativa em relação a esse tema.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - E o senhor teve participação?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Essa foi uma operação que não se realizou por falta de observância de condições básicas que haviam sido estabelecidas. E as tratativas foram feitas diretamente com os empresários ou seus representantes, bancos devidamente constituídos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas o senhor teve tratativas diretas com qualquer uma das partes interessadas?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Eu não tive tratativas negociais. Eu acompanhei alguns dos momentos importantes, mas não pessoalmente nas tratativas de negociação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Baldy.

O próximo orador inscrito é o Deputado Sérgio Vidigal.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Já em várias oportunidades, na CPI da PETROBRAS e na CPMI, as nossas audiências públicas, oitivas, muitas vezes iniciando-se às 9, 10 horas da manhã, prolongaram-se até as 17 horas, até as 19 horas.

Estou vendo que agora, coincidentemente na hora do almoço, nós estamos momentaneamente com o plenário menos cheio do que estive no início; e, em muitas oportunidades, nós mesmos saímos. Eu vou sair agora na hora do almoço, tenho uma audiência e vou voltar.

Na oportunidade em que o Presidente Coutinho esteve presente na CPI da PETROBRAS, ele saiu às 19 horas. Foram noticiadas 10 horas consecutivas e vi — permita-me dizer, Sr. Presidente — um nível de quase desfalecimento, em decorrência das condições físicas de continuidade ininterrupta de uma sessão tão prolongada e, obviamente, com certa tensão.



Minha questão de ordem vai no seguinte sentido: sugerir que nós suspendamos a reunião por 40 minutos para dar tempo de podermos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Estou me dirigindo ao Presidente, pedindo que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Para finalizar, Deputado Afonso, por gentileza.

O SR. DEPUTADO BETINHO GOMES - Muito sensível, Deputado! Só fiz um gesto.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Não me reporte a V.Exa. Não fiz gesto, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Afonso, a proposta de V.Exa. é de suspensão da reunião...

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - ... por 40 minutos, para dar tempo de as pessoas todas irem e voltarem juntas, organizadamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu acho que, pela quantidade de inscrições e pela ausência de alguns Parlamentares, esse vai ser o tempo que nós vamos levar para encerrar a sessão.

Eu acho que 40 minutos, 50 minutos pela ordem de inscrição, nós poderemos encerrar. Mas nós vamos convencionar que, se até às 14 horas nós não terminarmos, a gente pode suspender a sessão, então.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, só uma breve intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Edio.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Eu indago a V.Exa. se o Deputado inscrito, ao ser chamado, em não estando presente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Chamado, não retomará a palavra. Esse foi um procedimento inicial, inclusive, que nós adotamos. Uma vez chamado, e o orador inscrito não estando presente, não terá mais direito à palavra.

Próximo orador, Deputado Sérgio Vidigal.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Boa tarde, Sr. Presidente Marcos Rotta, saudando também o nosso Relator, José Rocha, e o nosso Vice-Presidente,



Deputado Miguel Haddad. Quero cumprimentar também o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

Evidentemente, não podemos deixar de registrar que o BNDES é uma instituição que orgulha muito o povo brasileiro, tal qual a própria PETROBRAS.

Sr. Presidente, eu gostaria só de fazer uma pergunta muito mais para esclarecimento, até porque alguns questionamentos já foram feitos aqui. Talvez esse esclarecimento, talvez o Presidente já possa ter dito e eu não tenha prestado muita atenção, Sr. Presidente. Mas olhe bem: o País, ele hoje tem, como principal gargalo do Brasil para melhorar a sua competitividade, exatamente a infraestrutura e a logística, tanto que recentemente a Presidente Dilma lançou um programa, chamado PIL — Programa de Infraestrutura e Logística, com investimentos da ordem de 180 bilhões de reais.

Nós temos observado que, das fontes de recursos que utilizam o BNDES para financiamento, 80% são exatamente do Tesouro mais o FAT. Os dois juntos representam mais de 80% de todos os recursos fonte de financiamento do BNDES.

Aí eu queria, Sr. Presidente, fazer uma pergunta, um esclarecimento. Eu vi recentemente — talvez eu possa estar equivocado — que o valor que será praticado em média para essas operações do PIL será em torno de 7% ao ano. Nós também temos informações de que aqui no País as taxas que são praticadas nos financiamentos dentro do País sempre são acima de 6% ao ano.

Eu queria perguntar ao Sr. Presidente: por que esses recursos são para financiamento em outros países? A gente observa que os recursos são também, na sua grande maioria, para infraestrutura e logística — evidentemente, esses países estarão aumentando sua competitividade. A informação que nós temos é de que a taxa praticada é, em média, 4,4%, algumas taxas até menores do que 4,4%. Somos sabedores de que hoje o Tesouro, para buscar recursos, o custo desse dinheiro é bem maior do que o que hoje é praticado. Eu até tenho brincado: é como se a gente tivesse pegado o dinheiro do cheque especial e emprestado para um amigo por um juro menor.

Então, eu queria perguntar ao Presidente: primeiro, se isso procede; segundo, Sr. Presidente, quais são as vantagens para o País em fazer essa prática de taxas menores para outros países.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Vidigal, sobretudo pelo cumprimento do prazo e do tempo estabelecido.

Presidente Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Deputado, eu queria, primeiro, esclarecer que as taxas aplicadas nas operações externas, elas são em moeda estrangeira. Então, é 4, 4,5% em dólar. Isso significa que é a variação do dólar mais esses *spreads*, mais Libor e mais o *spread* de risco. Com a depreciação frente ao dólar, especialmente no ano passado e neste ano, essas operações têm dado um grande resultado para a carteira. Olhando em reais, essas operações, na verdade, têm se revelado operações muito recompensadoras para o BNDES e para o Tesouro, em última instância, na medida em que o BNDES é uma entidade 100% do Tesouro. As operações de infraestrutura e energia priorizadas no Brasil, as hidroelétricas, as energias renováveis, o programa de envolvimento em logística, esses programas, eles têm hoje taxas que variam, dependendo da modalidade, de 7,5, 8 a 11, 12. Dependendo da emissão de debêntures, esse custo pode cair um pouco, pode se tornar um pouco mais baixo, de forma que os custos mais altos, neste momento, refletem duas opções: primeira opção é interromper os empréstimos do Tesouro ao BNDES, o que obrigou o BNDES a reduzir a sua participação relativa na cobertura a esses projetos; segundo, a nossa tentativa de trazer o mercado de capitais para complementar os financiamentos do BNDES. Porém, na conjuntura atual, com a SELIC mais alta, a emissão de debêntures também fica mais onerosa. Esperamos, porém, que este seja um momento de transição, porquanto tão logo a inflação comece a cair, já no ano que vem, será possível que em algum momento o nosso Banco Central sinalize uma trajetória de queda das taxas de juros, e, nesse momento, se abrirá um grande espaço para emissão dessas debêntures a custos mais favoráveis. Com isso, esperamos compatíveis com a taxa de retorno dos projetos.

Devemos lembrar também que o Governo realisticamente, na modelagem dos projetos, adotou premissas mais folgadas para a taxa interna de retorno dos projetos, de forma a compatibilizar e tornar viável os empreendimentos e atrativo o número de empresas interessadas. Portanto, eu queria dizer que não é adequada a



comparação direta entre taxas em moeda estrangeira e taxas em reais, por essas razões, por conta da variação cambial. Mas não há dúvida nenhuma de que tanto a logística quanto a infraestrutura e a energia são grandes prioridades de consenso do nosso País.

Muito obrigado pela sua questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, Deputado Rotta, Sr. Presidente Coutinho, nós temos insistido no cuidado e no zelo para que nós pudéssemos dividir aquilo ou separar aquilo que é objeto específico de investigação desta CPI, e aquilo que é de interesse nacional, de interesse do Estado brasileiro, que deve estar acima de tudo. E uma das questões com que nós temos nos debatido muito aqui é quanto ao conceito daquilo que é sigilo, não dos contratos que o BNDES firma com os seus tomadores de empréstimo, mas com aquilo que as empresas entregam de informações ao banco, para que o banco possa formar o seu juízo final na operação de crédito.

A maioria dos membros desta Comissão, Sr. Presidente, certamente não tem nenhuma familiaridade com as definições, com as palavras e os termos que são de domínio do mundo dos bancos. E eu pergunto ao senhor se, ao requerermos que nos entreguem, que entreguem a esta CPI o dossiê completo de análise de crédito de uma operação com uma empresa privada, se nós poderíamos eventualmente estar aqui quebrando o sigilo da empresa. Então, gostaria que o senhor nos informasse, até para que nós pudéssemos pacificar essa questão dentro desta Comissão.

Eu quero fazer uma segunda pergunta: desde quando o BNDES financia projetos no exterior? O senhor falou já *en passant*, e eu gostaria de ter uma informação bem mais definida.

Terceira pergunta: quanto aos valores destinados ao financiamento de projetos no exterior, se o senhor teria, de memória, os valores dos últimos 4 anos; e qual o percentual desses valores, objeto de financiamentos a projeto no exterior com relação aos projetos de financiamento internos aqui no Brasil. A mesma pergunta também, se o senhor poderia dizer quais foram os valores que o BNDES contratou



para financiamento de infraestrutura interna, no mesmo período — 2011, 2012, 2013, 2014.

Por último, Sr. Presidente, uma das questões que volta e meia vem à baila, vem à discussão. Eu pergunto qual a opinião do senhor: se os financiamentos que o BNDES faz a governos ou a projetos no exterior não deveriam ser previamente referendados ou analisados pelo Congresso Nacional.

Essas são as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Antes de eu passar a palavra ao Presidente Coutinho, o Relator queria a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Olha, Presidente, houve um equívoco na elaboração de alguns requerimentos com relação a convite e convocação. Eu queria dizer que o requerimento foi no sentido de convocação, e está escrito convite. Eu queria contar com o apoio...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Apoiado, Relator!

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - ... de todos os Srs. Deputados para que assim fosse transformado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Há concordância do Plenário para que a gente faça essa retificação?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente, este foi o entendimento o tempo todo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu inclusive estive com V.Exa. há pouco questionando essa questão, até porque há requerimentos de convocação de minha autoria, e acredito que de outros Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É verdade, é verdade. Houve um confronto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - E houve uma coisa. Então, a própria imprensa ficou muito confusa com isso. Mas eu digo: olha, os que apresentamos têm que ser, a meu juízo, de convocação por uma simples questão — não é para ser mais duro ou menos duro com ninguém, mas é para que as pessoas venham aqui com o compromisso de juramento diante da verdade. Está certo? Esse é um compromisso que eu acho que é regimental e é do ordenamento jurídico, o que para



nós é absolutamente valioso, para que a gente não tenha que convocar depois os convidados, como ocorrerá em alguns casos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa. e peço à assessoria, então, que promova essa retificação: nós aprovamos convite; leia-se convocação dos ex-presidentes do BNDES.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente, uma pequena questão de ordem. Eu acho que seria importante V.Exa. explicar ao Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, a diferença entre convite e convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Veja, no caso específico do Presidente Coutinho, o próprio autor do requerimento, Deputado Miguel Haddad, fez essa concessão, em retribuição, inclusive, à própria gentileza feita pelo Presidente, que se colocou, através de um ofício, à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, houve aí uma retribuição de gentilezas, por conta disso.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Esclarecido, Sr. Presidente, eu retiro a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao eminente Presidente Coutinho, para que responda aos questionamentos feitos pelo eminente Deputado Edio Lopes.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Exmo. Deputado Edio Lopes, agradeço as suas questões. A questão relativa ao relatório de análise e a questão do sigilo bancário são muito bem colocadas. Devo esclarecer que, no relatório de análise, a equipe técnica utiliza informações relativas à intimidade financeira da empresa, fornecida em confiança ao BNDES para o cálculo do seu *rating*, para o cálculo de sua margem de crédito, de maneira que essas são informações sensíveis. As empresas, ao pleitear crédito ao BNDES, precisam abrir todas as suas informações, para que o Banco possa preparar uma avaliação de *rating*, uma análise de balanço e uma análise de cadastro, contenciosos, etc.

Esses aspectos constam do relatório. Além disso, no contato com a empresa, é feita uma análise da estratégia de negócios. Por quê? Porque todo o projeto se insere num determinado mercado, que tem concorrentes, e a empresa faz um determinado investimento, inspirado numa certa estratégia. Ele vai buscar um determinado nicho de mercado, ele vai justificar que aquele mercado poderá lhe



oferecer uma taxa de retorno mais atrativa, e essa estratégia comercial, essa estratégia de negócios é também um tema muito sensível, porque é um conhecimento da intimidade, digamos assim, estratégica do negócio, que não pode ser revelado, não deve ser revelado para o mercado, sob pena de produzir um dano, uma vez que os seus concorrentes passarão a ter conhecimento da estratégia daquele participante.

Esses relatórios contêm elementos muito sensíveis na análise. Contêm também uma avaliação da equipe do banco, com base na sua experiência, a respeito dos riscos e dos benefícios do projeto, de maneira que eu acredito que o conteúdo dos relatórios de análise, partes do relatório de análise deveriam ser ou são nitidamente matéria de sigilo bancário. O sigilo bancário é algo protegido por uma lei, a 105, uma lei complementar, e é uma obrigação qualquer instituição financeira observar.

O Banco Central tem normativos a esse respeito, e nós, enquanto instituição financeira, ficamos vulneráveis a ações de responsabilidade civil se nós liberarmos o sigilo bancário imotivadamente. Obviamente, é o seguinte: a CPI, o Tribunal de Contas, o Banco Central e a CVM têm direito a ter acesso a essas informações, porém essas informações deveriam ser fornecidas caso a caso, motivadamente, e a responsabilidade de guarda e manutenção do sigilo deveria ser observada. E, nesse sentido, eu creio, eu apelo à Comissão para que nós cheguemos a um bom entendimento, de forma que a lei seja observada. Da nossa parte não haverá óbice a informar tudo aquilo que a CPI necessitar, mas que observemos essas regras de cautela em relação ao setor privado. Essa é a consideração que eu faria. Eu não sei se isso já foi discutido e tal.

O segundo ponto diz respeito a desde quando se iniciaram as operações externas do BNDES. Os desembolsos, operações externas, começam no início dos anos 90. Eu poderei, depois, dar informações mais detalhadas. As operações de exportação vêm desde 1991 ou 1992. Posteriormente, para serviços de engenharia e construção, estruturou-se um conjunto de normativos e de ferramentas por volta de 1994 a 1996, e essas ferramentas, então, deram origem às primeiras operações de exportação do serviço de engenharia.



De lá para cá, o BNDES observa esses normativos. Eles não foram substancialmente modificados; eles foram aperfeiçoados, mas essencialmente são os mesmos normativos. Creio que, numa próxima audiência, eu poderei fornecer mais detalhadamente essa informação.

Em relação ao percentual, o apoio à exportação é dividido em duas partes: uma parte é o capital de giro, chamado pré-embarque, para a produção de bens de capital, equipamentos que têm um ciclo longo. Não é uma operação ao importador, ao comprador externo; é uma operação para produção, no País, de capital de giro, pré-embarque.

A operação de exportação propriamente, pós-embarque, que inclui o serviço de engenharia e inclui também bens, ela tem, nos últimos anos, um percentual em torno de 5%, 6%, no total. As operações de exportação de serviços e engenharia, abaixo de 2% — 1,5%, 2%.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LUCIANO COUTINHO - Em relação ao total de desembolsos do Banco para o mercado interno. Então, é uma fração pequena das operações do Banco, está certo? Eu terei prazer, Deputado, em lhe mandar uma tabela, porque eu estou lhe dando números de memória, ordens de grandeza, com algum grau de imprecisão. Eu pedirei a oportunidade de lhe dar essas informações com precisão.

A última pergunta de V.Exa. diz respeito a se essas operações deveriam ter referendo prévio do Congresso. Eu tenho dúvidas sobre se o Congresso deveria aprovar operação a operação, talvez o Congresso, a Comissão de Relações Exteriores ou outra Comissão, mas isso é uma opinião puramente pessoal, não me diz respeito, isso é matéria do nosso Ministério de Indústria e Comércio Exterior. Talvez o Congresso deva discutir grandes diretrizes para essa política. Não me parece que deva o Congresso descer à aprovação específica de operações. Mas isso é apenas uma opinião pessoal.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Só a título de esclarecimento, Presidente, os empréstimos internacionais são aprovados pelo Senado. As operações de crédito pelo BNDES não são internacionais, elas são feitas aqui internamente, correto?



O SR. LUCIANO COUTINHO - É. O desembolso é feito em reais, no Brasil, ao exportador brasileiro, que é um interveniente. O importador assume um compromisso de pagamento a prazo, em condições de financiamento. Na verdade, nós estamos vendendo, nós estamos exportando bens — aeronaves, hidrogeradores, etc. Como são bens de capital de alto valor, normalmente eles são pagos a prazo a um mercado mundial muito concorrido. Existem, na verdade, acordos internacionais em torno disso, taxas e condições, no caso das aeronaves, que é um mercado superconcorrido, e essas operações são feitas por vários países nessa modalidade. Ela não é um acordo entre países, um tratado entre países, um empréstimo de país a país; ela é uma operação de exportação que tem uma série de garantias e tem, em parte, uma natureza comercial e, em parte, uma natureza concessional, quando você tem alguma equalização de juros para países de maior risco, em geral países em desenvolvimento.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Mas não são contratos internacionais. É um contrato elaborado entre o Banco e o tomador aqui dentro do País.

O SR. LUCIANO COUTINHO - O contrato é feito com o tomador, com o importador, país ou empresa, no exterior. Ele é beneficiário e mutuário desse contrato. Se ele recebeu um bem, esse bem pode ser um lastro de garantia, além de outras garantias. Se é uma exportação de serviços e bens, tem outras formas de garantia. Mas, na verdade, é uma operação diferente de uma operação de empréstimo de país para país.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Edio, vamos finalizar. Nós já estamos na Ordem do Dia e vai começar o processo de votação.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, é só para que não paires dúvidas sobre a minha primeira pergunta. Pelo que entendi da fala do Sr. Presidente, informação dessa natureza, naquela questão do sigilo das empresas, o Banco só nos ofereceria, só nos forneceria se saísse daqui com o carimbo de pedido de quebra de sigilo. É o que entendi.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Perfeito. Formalmente, Deputado, é necessária a quebra do sigilo. Ela precisa ser motivada e ela precisa ser feita caso a caso, porque é assim que a lei estabelece.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - E nós vamos adotar, Presidente, aqui, e eu acho que até para que possamos ter o acautelamento necessário, o seguinte: nós não vamos pedir quebra de sigilo, nós vamos pedir transferência do sigilo para que essas informações, que serão inerentes a cada Parlamentar, possam ficar dentro da observação dos integrantes da CPI.

O próximo orador inscrito é o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Boa tarde, Presidente! Boa tarde, Presidente Luciano Coutinho! Primeiro, eu tinha dúvida em relação à importância desta CPI, mas confesso que, de fato, está sendo um bom momento para que o povo brasileiro conheça um pouco mais dessa importante instituição para o desenvolvimento do País, porque, de fato, talvez a diferença do crescimento do Brasil nos últimos anos tenha forte e marcante presença do BNDES. O Brasil tem preservado algumas instituições do passado, como preservamos bancos que ajudam na nossa estrutura, como a Caixa Econômica Federal, como os bancos que ajudam no desenvolvimento da agricultura, a exemplo do Banco do Brasil e dos bancos regionais, em especial o BNDES, do ponto de vista do fomento e do desenvolvimento.

Algumas economias desnacionalizaram-se totalmente, como alguns países irmãos da América Latina. Nós, no Brasil, através do BNDES, contribuimos com a internacionalização de algumas empresas e também com a consolidação de algumas empresas dentro do País. Mas, de fato, não é uma matéria de fácil compreensão. Quando nós vivemos neste momento da vida política brasileira, em que todo debate tem um pouco de verdade e um pouco de mentira, existem as meias verdades e as meias mentiras, isso, na verdade, acaba não prejudicando o Governo do Presidente Lula ou o Governo da Presidenta Dilma, mas prejudica também o País e o seu desenvolvimento. Então, alguns ataques ao BNDES realmente são baseados, a ampla maioria, em senso comum.

Eu acho que está sendo uma grande oportunidade — e eu quero parabenizar V.Sa., Sr. Presidente — para que possamos, de fato, como diz o Deputado e amigo Alexandre Baldy, falar de caixa-preta, para que possamos realmente mostrar ao povo brasileiro que não é uma caixa-preta. Pelo contrário, é uma instituição com



muita transparência e, acima de tudo também, ela é uma instituição de excelentes resultados do ponto de vista econômico.

Nos últimos anos, olhem o desembolso e a contribuição na geração de empregos — acho que é importante falar isso —, na manutenção dos empregos e na geração de empregos formais, na casa de 12%, um desembolso em que saímos, no Governo anterior, de 40 bilhões para quase 200 bilhões, ampliando, do ponto de vista proporcional, mais lucro agora do que no passado, saindo aí de um lucro de 1,4 para 8,9 bilhões de lucro/ano nas aplicações do BNDES, e também, do ponto de vista das políticas, no fortalecimento das empresas brasileiras na política de exportação de bens.

Às vezes, pegam, do ponto de vista simbólico, alguns países que julgam ter relação ideológica e política com o Brasil para fazer ataques. E o que eles utilizam mais, que é a Venezuela, é iniciado pelo Governo anterior. Mas as empresas exportaram para mais de 45 países, também tendo aí um forte aporte de recursos na exportação para os Estados Unidos, que em tese seria, ideologicamente, um outro viés ao nosso projeto político.

Então, no geral, também os investimentos em infraestrutura nos outros países, no último ano, 188 bilhões, não sei se eu estou enganado, 185 bilhões foram para o País. A metade dos investimentos foi para micro e pequenas empresas, o que também é uma boa e grata surpresa, porque a impressão que eu tinha é de que só as grandes, as megaempresas tinham direito. E essa questão dos serviços, no mundo inteiro, olhando aqui, seja Alemanha, sejam outros países, é de 5 a 3. Nós estamos acima da média, com 4 empresas dominando a questão dos serviços fora do País.

Então, eu poderia colocar vários outros critérios. Comparei e também estudei, Presidente, a participação dos bancos de desenvolvimento em vários países, seja no Japão, seja na Alemanha, e vi que o Brasil participa até com mais cautela em algumas áreas do que esses outros bancos em outros países.

Portanto, eu quero aqui dizer que vai ser uma boa oportunidade, de fato, para mostrarmos o papel e a importância do BNDES na vida do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço, Deputado Reginaldo. O próximo orador é o Deputado Mauro Pereira.



O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta, quero cumprimentar a todos os membros da Mesa, quero cumprimentar o nosso Presidente Luciano Coutinho, do BNDES, parabenizá-lo pela postura de ter se colocado à disposição desta Casa, e quero dizer também que me sinto contemplado pelas perguntas que já foram feitas até agora. Estou acompanhando desde o início as perguntas dos colegas Deputados e Deputadas e as respostas que estão sendo colocadas, e eu gostaria de fazer uma pergunta, Presidente Luciano Coutinho.

Nós estamos vivendo um momento muito difícil no nosso País, com a economia em retração — e bota retração nisso! Nós aprovamos nesta Casa uma renegociação da dívida dos caminhoneiros por 12 meses, uma carência, e as informações que têm chegado até mim e aos demais Deputados é que os bancos privados, como Itaú, Bradesco e outros, não estão repassando esse crédito, esse montante que foi acordado conosco. Somente o Banco do Brasil está repassando esses recursos, está dando essa carência para os caminhoneiros.

Ao mesmo tempo, eu gostaria de perguntar também se V.Sa. tem noção de quanto está a inadimplência dos setores do comércio, das micro e pequenas empresas, do setor de transportes, porque já há caso de diversas empresas que estão na Serasa, que estão com seu crédito cortado. Quero dizer que tivemos diversas reuniões no BNDES e sempre fomos muito bem atendidos, atendidos com muita cordialidade pela equipe. Porém, essa renegociação de dívida, eu gostaria de saber se ela existe, se está na pauta do BNDES, do Governo, para salvar essas empresas, para não deixar que nós percamos esses geradores de emprego.

E também uma terceira pergunta é se o BNDES pretende ou vai nos atender sobre liberação de linhas de crédito para bens como tratores, implementos, carretas, ônibus, com um percentual maior. Antes eram 100% e com juro subsidiado. Hoje, as empresas estão querendo que financie pelo menos até 90% com juros. Pode até ser os juros de mercado, mas que haja o financiamento que hoje não existe.

Então, eu quero dizer, Presidente, que é muito importante essa renegociação de dívida com essas empresas, com esses devedores, e também que seja cobrado desses bancos privados por que não estão respeitando o acordo que foi feito para ajudar os nossos caminhoneiros e também sobre a linha de crédito.



Era isso e, no mais, espero que as coisas aconteçam no nosso País, porque, enquanto nós estamos aqui debatendo, infelizmente, há milhares de empresários que não conseguem pagar a folha de pagamento, nem governadores também, porque o dinheiro do BNDES, o dinheiro que não chega à mão do empreendedor, que não chega às obras, faz falta no dia a dia da nossa economia.

Então, era isso. Quero parabenizá-lo mais uma vez por estar aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Mauro.

Passo a palavra ao Presidente Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Obrigado, Deputado Mauro. Quero me solidarizar aqui com a questão do Procaminhoneiro, dos caminhoneiros. Eu recebi uma comunicação de um dos Deputados aqui com o suporte de entidades do setor, e nós vamos estar em breve sensibilizando e nos reunindo com o sistema bancário privado para estimulá-lo e mobilizá-lo a colaborar com o processo de refinanciamento.

Gostaríamos, inclusive, Deputado, de retomar as nossas reuniões com o setor de transportadores para aquilatarmos a situação com dados mais recentes. Em relação ao refinanciamento de prestações atrasadas no setor transportador, da parte do BNDES, nós estamos com tudo pronto. Estamos ainda aguardando um sinal verde do Ministério da Fazenda, que deve estar em vias de nos liberar detalhes, para que nós possamos colocar essa alternativa imediatamente disponível.

Em relação ao aumento de 80% para 90%, nós estamos estudando. Nesta semana, amanhã, nós teremos, na reunião de Diretoria, este tema em pauta, e esperamos em breve poder ter condições de atendê-lo.

Portanto, Deputado, renovo aqui a minha disposição de dialogar com o setor, é nossa obrigação, e compreendo e vejo com muita angústia a situação de pequenos negócios na área de transportes. Devo dizer que nós já tomamos uma iniciativa importante, que foi a ampliação do PROGEREN, que é um programa de capital de giro, é um programa em condições de mercado, portanto não pressiona recursos do Tesouro, não tem subsídio, são custos de mercado, mas oferece um capital de giro de 60 meses, com 24 meses de carência, portanto é um capital de



giro que dá um oxigênio para o setor empresarial. O Programa tem uma dotação de 7,7 bilhões e está aberto a todo e qualquer setor da economia, inclusive ao setor de transportadores.

Portanto, essa é uma iniciativa muito recente, da semana passada, que nós gostaríamos também de poder compartilhar com os senhores.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Eu gostaria, Presidente Luciano Coutinho, de pedir a V.Exa. inclusive, se for possível, passar esse assunto para o nosso Ministro Joaquim Levy, porque é muito importante amolecer o coração do Ministro para que comece a olhar de outra forma a economia. Da forma como está, daqui a uns dias vai haver o dinheiro e o pessoal não vai ter mais o CPF liberado para poder buscar os créditos, porque a situação está difícil, não só no setor de transportes, mas no das micro e pequenas empresas também. Então, eu espero que o nosso Ministro Joaquim Levy olhe com mais carinho para esse setor, que é de muita importância.

Muito obrigado.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Quero dizer que o Ministro tem sido muito receptivo e tenho contado com o apoio dele para conseguir isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Goulart.

O SR. DEPUTADO GOULART - Boa tarde, Presidente Luciano Coutinho! É uma alegria estar aqui dialogando com V.Sa.

Eu gostaria de saber, em relação a algumas empresas, tipo as empresas do Eike Batista e alguns frigoríficos que vieram à falência, se as garantias dadas por esse... O Eike todos nós sabemos que era um grande vendedor de fumaça. O Banco já apurou o prejuízo que essas empresas que foram à falência e principalmente os frigoríficos deram? E as garantias cobrirão os valores que elas obtiveram através do BNDES?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tem a palavra o Presidente Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Deputado Goulart, primeiro, em relação ao Grupo Eike Batista, o Grupo EBX, o BNDES não participou, não emprestou para a empresa que originou a ruína do Grupo, que foi a empresa de petróleo OGX.



O BNDES apoiou vários projetos de energia e infraestrutura do Grupo. Eram projetos que tinham empreendimentos arrojados, mas empreendimentos consistentes, Superporto Sudeste, o grande empreendimento Porto do Açú, as usinas térmicas da MPX, empreendimentos de logística da LLX, enfim, nós apoiamos e o fizemos com garantias bancárias e com garantias reais.

No momento em que o Grupo entrou em sérias dificuldades, nós o ajudamos, de maneira a facilitar que novos compradores, que novos investidores pudessem levar adiante esses empreendimentos. Com isso, esses empreendimentos foram transferidos, comprados por outros grupos.

Nesse processo foi possível, portanto, preservar, não só pelas nossas garantias, mas pelo fato de que esses novos investidores de alta qualificação puderam levar adiante os empreendimentos sem perdas para as nossas operações de crédito. Apenas num caso, mas aí na entrada de uma grande empresa alemã — é a maior empresa alemã de energia na MPX —, é que, infelizmente, o desdobramento posterior não foi o esperado e os investidores que entraram nessa nova etapa tiveram perdas. Mas com o Grupo X, estritamente, nós pudemos, graças às práticas do BNDES, de cautela, evitar perdas nas operações de crédito.

Em relação a frigoríficos, nós apoiamos quatro frigoríficos: o JBS, o Bertin, a Marfrig e o Independência. O JBS se uniu, depois, ao Bertin e se transformou em um grande empreendimento de escala internacional, sendo bem-sucedido. A Marfrig é outro que se internacionalizou. Também é um empreendimento que se desalavancou, recentemente, vendendo ativos, e está em uma situação razoavelmente boa, está em boas condições. E o Independência é o único caso de insucesso, como já foi comentado aqui. Ele, infelizmente, nos levou a uma perda de 250 milhões, em função de uma deterioração muito rápida e inesperada da situação da empresa entre o fim de 2008 e fevereiro ou março de 2009. Isso deu origem a um processo de arbitragem, mas essa é a história, que é pública, conhecida do mercado, da nossa atuação em frigoríficos.

No balanço geral, se eu tomar o setor todo, nós temos ganhos de quase 6 bilhões de reais, líquidos do insucesso, porque o conjunto de apoios, além dos ganhos de valorização de capital para o Banco, além dos dividendos e dos juros



recebidos, eu creio que o apoio resultou num aumento muito grande do grau de formalização das atividades, numa melhoria de qualidade.

Certamente nos preocupa a questão dos pequenos. Eu disse aqui a alguns dos Deputados — se não me falha a memória, ao Deputado Alexandre Baldy — que nós estamos à disposição para discutir a situação dos pequenos, mas eu entendo que o apoio do BNDES a esse setor foi um apoio transformador, um apoio que teve efeitos, no balanço, muito mais positivos.

Creio que foram apenas essas as duas questões, então, Deputado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Goulart, V.Exa. ainda tem um tempo. V.Exa. está satisfeito?

O SR. DEPUTADO GOULART - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço V.Exa.

O próximo orador é o Deputado Fabio Reis.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Para uma questão de ordem, com a palavra o Deputado Miguel Haddad.

O SR. DEPUTADO MIGUEL HADDAD - Apenas quero esclarecer, em nome da bancada do PSDB, que, embora seja tênue a diferença entre a quebra de sigilo e a transferência de informação, nós temos que deixar claro o seguinte: nós somos a favor, absolutamente, de uma ação natural, comum, sem trazeremos nenhum prejuízo para nenhuma empresa. Mas não queremos abrir mão das informações necessárias para o bom andamento das investigações, da apuração da CPI.

Se necessário, vamos fazer a solicitação. Quando não necessário, naturalmente, o bom senso recomenda que não se solicite. Apenas quero deixar clara a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao eminente Deputado Fabio Reis.

O SR. DEPUTADO FABIO REIS - Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta, Sr. Relator, amigo José Rocha, caros colegas, convidados, eu inicio as minhas breves considerações cumprimentando o Sr. Presidente Luciano Coutinho por seu grande



conhecimento técnico e prático, que o fizeram conhecido nacional e mundialmente, bem como fizeram com que sua opinião fosse digna de nota e assuntos relacionados à economia.

V.Sa. preside, há 8 anos, um gigante financeiro. Ninguém permanece tanto tempo em uma função tão importante sem uma considerável competência e habilidade, características que também lhe são atribuídas com frequência. Acompanho algumas decisões de V.Sa., ouço-o falar em suas raras entrevistas, compreendendo grande parte do que V.Sa. fala e deixando de entender uma parte maior ainda do que é dito.

Não tenho formação econômica, e esta é uma área tão complexa para a maioria do povo brasileiro, o que provoca, a meu ver, um certo desequilíbrio de informação na economia. Poucos sabem muito, e muitos sabem bem pouco ou nada.

Sr. Presidente Luciano Coutinho, parte da sociedade brasileira não consegue compreender por que há tantos investimentos em outros países e não sentimos o mesmo aqui dentro do nosso País. Por que é feito um investimento bilionário no Porto de Mariel, em Cuba, enquanto os Portos de Santos e Paranaguá demandam tantos investimentos? Como fazer a sociedade brasileira entender que, pelo bem do desenvolvimento das empresas nacionais, os investimentos sejam dirigidos a outros países, em detrimento das necessidades nacionais?

Eu agradeço ao Sr. Presidente Luciano Coutinho pela gentileza de estar nesta Comissão e também agradeço aos nobres colegas.

Gostaria de fazer outras indagações, mas os nobres colegas já as fizeram. Então, agradeço mais uma vez ao nobre Presidente pela honra da sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Fabio e passo a palavra ao Presidente Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Deputado Fabio, muito obrigado pela questão. Eu vou lhe responder com números, até em suprimimento a uma questão do Deputado Edio Lopes a que eu não respondi.

Nos últimos 4 anos, o BNDES desembolsou 245 bilhões de reais, aproximadamente, para infraestrutura no Brasil e 14 bilhões de reais em exportação de serviços de engenharia no exterior. Portanto, é uma proporção pequena. A



esmagadora maioria do esforço de investimento em infraestrutura é feito no Brasil, inclusive na área portuária. Nós apoiamos todos os projetos portuários relevantes. Esperamos agora que, com o desbloqueio do novo programa de logística que o TCU permitiu ao setor portuário, nós possamos acelerar os investimentos no setor portuário brasileiro.

Eu quero lembrar também que esses investimentos não são projetos no exterior, transferidos para o exterior ou que estejam financiando uma obra no exterior. São bens e serviços fabricados ou desenvolvidos no Brasil, que geram empregos no Brasil e que são exportados para integrar uma obra ou um projeto no exterior. São desembolsados em reais, no Brasil, e geram um fluxo de recebimentos em moeda forte para a nossa balança de serviços.

Portanto, é um tipo de exportação praticada por todos os países desenvolvidos. Todos os países desenvolvidos têm bancos ou agências de exportação que praticam essa modalidade, tanto de seguro quanto de financiamento. É um mercado renhido, disputado; é um mercado de 550 bilhões de dólares no mundo; é um mercado grande. O Brasil tem 2,4% desse mercado, uma proporção muito pequena. E é um mercado altamente qualificado, porque é um mercado de bens de capital, de equipamentos e de engenharia. Ele não retira empregos do Brasil. Mas eu posso lhe dizer que a prioridade numérica de esforço do BNDES é o investimento na infraestrutura brasileira.

O SR. DEPUTADO FABIO REIS - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo orador é o Deputado Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Em primeiro lugar, quero cumprimentar o nosso Presidente, Deputado Marcos Rotta, o nosso Vice-Presidente e o nosso convidado de hoje, Dr. Luciano Coutinho, o nosso professor, que tenho imenso prazer em rever. Em primeiro lugar, quero expressar nossos sentimentos pelo passamento da sua mãe. Eu sei o que é isso, o quanto é duro, um dos momentos mais difíceis da nossa vida.

Tenho algumas rápidas perguntas que foram por nós preparadas. Vamos à primeira. Nesses últimos anos, de 2008 para cá, os desembolsos do BNDES ficaram em torno de 180 bilhões de reais por ano, mais ou menos, 130 bilhões, foram



subindo. Em 2007, eram 60 bilhões de reais, muito menos. O BNDES chegou a ser o terceiro do mundo em desembolsos, ou seja, de 2008 para cá houve um desembolso de 1 trilhão e 200 bilhões de reais.

Hoje nós temos um dado informado por V.Exa. de que isso contribuiu com 3% de crescimento na participação da formação de capital — não é do PIB, é na formação de capital. Ora, a participação da formação de capital no Brasil, desde 2007, está estável, em 17%, 17,11%. Não foge, não aumenta, ou seja, esses 3% evitaram que piorasse para 14%, mas manteve os 17%, 18%. Não vamos dizer que não fizeram efeito. Fizeram, mas não a ponto de mudar a nossa economia, como nós queremos.

Esta é a primeira pergunta: na sua avaliação, o BNDES tem a capacidade realmente de mudar a economia de um país, de ser a fonte de investimentos de que nós necessitamos e que todos nós queremos?

A segunda pergunta é a seguinte: o Sr. Benedito de Oliveira foi preso pela Polícia Federal sob suspeita de praticar diversos crimes contra o BNDES. Nós sabemos que, pela legislação, o Presidente de uma instituição não é obrigado a saber tudo que acontece, mas um fato como esse, do qual tem conhecimento a população do Brasil inteiro!... A minha pergunta é a seguinte: foi tomada alguma providência, Presidente, para montar uma sindicância pelo menos para apurar essas denúncias e descobrir se havia outros funcionários do BNDES em conluio com o Sr. Benedito de Oliveira, praticando essas possíveis fraudes contra o banco que o senhor preside? Que providências o BNDES pretende tomar para reaver os recursos desviados que já estão na Justiça? Ou não vai tomar providência nenhuma?

A próxima pergunta é se já houve algum depoimento na polícia prestado por V.Sa. sobre esses casos de malversação de recursos, se esses depoimentos podem ser encaminhados para nós, se é que realmente chegou a prestá-los.

Por último, nós tivemos aqui oportunidade de ouvir, na primeira vez — acho que foi o Deputado Carlos Zarattini que falou —, que a nova Lei de Anticorrupção proíbe que recursos de bancos públicos financiem empresas condenadas. Como nenhuma empresa foi condenada ainda, não há nenhuma atitude a ser tomada, mas esse processo, pelo visto, vai ser muito rápido.



Existe possibilidade de enviar para esta Comissão a relação das empresas? Este é o nome da nossa CPI, não é coisa... Eu já fui assessor. Já estive do outro lado da mesa. Os assessores prepararem dados sobre a importância do BNDES é muito útil para nós, mas no nome da CPI está a investigação de fraudes cometidas por empresas que estão sendo investigadas pela Lava-Jato, e nós temos que apurar se esses desvios causaram prejuízos e danos à economia brasileira.

Portanto, imagino que eles trouxeram esses dados. Se não tiverem trazido, que nos mandem a relação das empresas, quanto já foi dado para essas empresas e nos digam se o BNDES considera que esses empréstimos estão em vigor ou estão cancelados, por enquanto, se estão congelados.

Suponhamos que, nesse interregno de 1 ano mais ou menos, haja a condenação dessas empresas. Pergunto: as parcelas vencidas poderão ser liberadas sob a alegação de que os empréstimos foram concedidos lá atrás? Ou, a partir daquele momento, eu não posso mais destinar nenhum recurso a nenhuma empresa?

São essas as minhas perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Obrigado, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Peço a palavra para questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Há um requerimento meu nesse sentido que o senhor solicitou e que nós vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Vamos deliberar a respeito disso.

Com a palavra o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, foi combinado e acho prudente fazermos um intervalo. V.Exa. fez o encaminhamento, com o qual concordamos, porque havia poucos inscritos, para um prazo de 40 minutos, mas esse tempo já se extrapolou.

Então eu gostaria de perguntar: ainda há inscritos? Qual será o tempo?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Há ainda cinco Parlamentares inscritos. Se todos seguirem a regra, nós teremos 15 minutos, mais 10 minutos do Presidente — de 25 a 30 minutos, pelo menos.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - E encerra-se a reunião da CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Encerraremos os trabalhos.

Já conversei, inclusive, com o Presidente Luciano Coutinho, que está à disposição... Se quiser fazer um intervalo de 10 a 15 minutos, isso fica a critério do Presidente Coutinho.

Passo a palavra ao Sr. Luciano Coutinho para responder aos questionamentos do eminente Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Caro Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, primeiro ponto: eu queria lhe fornecer as estatísticas mais recentes sobre a formação bruta de capital fixo sobre PIB.

Nos últimos anos, ela está em torno de 20%, tendo chegado a 20,8%, subindo de 16% para 20%, na média. O que acontece é que coincidiu com o período em que o BNDES aumentou a sua escala. Portanto, o BNDES ajudou, sim, a ampliar os investimentos em infraestrutura com empréstimos a longo prazo e ajudou a subir o patamar da formação bruta de capital fixo. São 3% do PIB ao ano, durante um período de 6, 7 anos. Eu acho relevante esse efeito. Está aqui numa tabela. Eu gostaria muito de lhe enviar isso.

Quanto à questão do Sr. Benedito de Oliveira, nós fizemos um exame cuidadoso e verificamos que as empresas que foram mencionadas, relacionadas ao Sr. Benedito, não receberam apoio do BNDES, ou receberam apoio do BNDES há muito tempo, não têm relação com o período recente. Por exemplo, foram mencionados o grupo Casino e a Ccoa, que são empresas que o BNDES não apoiou. Houve alegação de fraude, o que foi examinado, e nós verificamos que não há fundamento nessas...

Em relação a isso, nós fizemos uma cuidadosa avaliação da subcontratação de uma empresa prestadora de serviços de mídia e verificamos a regularidade tanto da contratação quanto da entrega dos serviços. De maneira que nós não temos elementos para concluir que as atividades desse senhor, que não teve relacionamento com a instituição, tenham provocado qualquer dano à instituição.



Finalmente, em relação às empresas de construção da Operação Lava-Jato, eu queria reiterar aqui, de maneira abreviada, a resposta que já dei ao Deputado Carlos Zarattini.

Primeiro, o BNDES não tem exposição direta a empresas construtoras, chamadas de empreiteiras. O BNDES tem exposição a projetos que, em geral, têm sócios. São projetos na forma *project finance*, que garantem o resultado.

Nós, obviamente, somos obrigados a olhar o impacto da operação sob as condições da capacidade econômico-financeira da empresa e as condições cadastrais. E somos obrigados, por prudência bancária, a dar um tratamento cauteloso a cada caso. Porém, as situações são heterogêneas e nós não podemos deixar de olhar cada caso e dar um tratamento a ele.

Diante da delicadeza de cada uma das situações, eu me dispus a dar as informações relativas a essas empresas. Em relação ao futuro, se não me falha a memória, uma vez condenada a empresa, ela precisa ser declarada inidônea, a não ser que ela faça um acordo de leniência que a livre da inidoneidade. E posso aqui estar cometendo um erro, mas a minha impressão é de que a inidoneidade é falha a partir da sua decretação sem efeito retroativo.

Eu não sei se os meus advogados confirmarão isso ou não, mas é a minha impressão.

Agradeço, Deputado. É um prazer revê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço.

O próximo orador inscrito é o Deputado Carlos Melles.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Obrigado.

Sr. Presidente, Deputado Marcos Rotta; Sr. Relator, Deputado José Rocha; companheiros da Mesa; Presidente Luciano Coutinho e colegas Deputados da CPI, primeiro, por dever de justiça, quero reconhecer a qualidade técnica do Presidente Luciano Coutinho e da equipe do BNDES.

Não vou fazer perguntas, vou fazer algumas considerações.

Eu queria preveni-lo, Presidente, de algumas coisas. Nós estamos com três CPIs nesta Casa. De uma maneira intuitiva e pautado pela imprensa, muito do que está acontecendo nas CPIs tem o fomento indireto do BNDES. Nesta CPI, nós já temos quase 190 requerimentos de convocações, ainda que coincidentes uns com



os outros. Certamente, aqui é começo de cantiga. Se a sociedade provoca, através da imprensa e de todos, a formação de um CPI na Casa, é porque o assunto realmente merece ser avaliado, ser analisado.

Particularmente, eu acho que o BNDES tem faltado com o “S”, no Brasil, não só nos últimos Governos, mas o tempo todo. Ele vai em direção ao desenvolvimento, e a área social acaba não sendo expressiva em termos de desenvolvimento do País.

Entendo também que — posso estar equivocado —, em relação à crise, à marola, à marolinha, se o BNDES não tivesse atuado como atuou, em 2008, 2009, 2010, 2011, nós teríamos tido consequências muito piores em termos de estabilidade e desenvolvimento do País. Neste momento em que ele sai de 40, 50, 60 bilhões para fazer face à demanda de uma aplicação perto de 200 bilhões, com toda a decisão colegiada, com toda perspicácia, com as análises e os *readings* feitos, nós chegamos a ficar preocupados, porque pode ter sido cedida uma vontade política, ainda que externa, para que o BNDES fizesse algum investimento nesse sentido. Por isso, as CPIs estão aqui — a CPI de investimentos em fundo de pensão, a CPI da PETROBRAS e a CPI do BNDES.

Acho que V.Sa. colocou bem: faltam ao Brasil projetos, e há o problema ambiental. O BNDES tem atuado na infraestrutura, mas há os clamores mais intensos da sociedade na mobilidade urbana.

Vemos esse caso da Linha 6 do metrô. Estamos dizendo o seguinte: o metrô de Porto Alegre não existe — não conseguimos emplacar —, assim como os metrôs de Curitiba, de Belo Horizonte, de Salvador; as linhas férreas; a duplicação das estradas, de que este País precisa tanto. Enfim, ainda que se tenha aplicado na infraestrutura... A portuária aparece um pouco.

Com essa ação da Copa do Mundo, com a privatização dos aeroportos, essa empresa EPB tinha trânsito livre. Bastava ela aprovar um projeto e os bancos aprovavam o crédito. Eu não sei se é bom ou ruim, mas sei que foi uma demonstração de eficácia de aplicação de recursos. Estão aí de olho, vamos dizer assim, nisto: se há superfaturamento ou não nas CPIs. Mas a coisa aconteceu com a Copa do Mundo, numa estimativa de prioridade de obras com essa empresa EPB,



que fazia a análise desses projetos e, conseqüentemente, agilizava a aprovação e a liberação.

Eu vou ficar por aqui, mas quero prevenir o seguinte... Prevenir, não. Eu acho que, por mais que nós tenhamos feito no setor da carne e possamos ser até certo ponto aplaudidos, no setor de lácteos a aplicação não foi boa. Temos casos demonstrando que não foi boa. Há matérias, como a do Marcos Pessoa e de outros do banco, dizendo que os recursos poderiam ser mais bem aplicados. Mas eu acho que, nesse aspecto até do que é melhor ou pior, em relação à aplicação, ela não é o processo fundamental aqui desta CPI, mas sim ver o fomento de onde houve essas obras irregulares, e o banco fez o fomento dessas obras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Ministro Carlos Melles.

Passo a palavra ao Presidente Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Deputado Carlos Melles, obrigado pelas questões e pelos alertas.

O que eu posso dizer é que o BNDES aumentou a escala da sua atuação, aumentou os seus projetos, mas manteve a qualidade dos seus indicadores de solvência, de baixa inadimplência e de rentabilidade. É uma instituição que passou por um período de renovação de quadros, com a entrada de gente nova, aumentou a sua escala e conseguiu fazer todo esse processo, preservando, de forma muito marcante, os seus índices de baixíssima inadimplência, alta rentabilidade e eficiência nas suas operações. Então, nós temos total tranquilidade em relação à consistência dos nossos processos decisórios.

O Deputado chama a atenção, com razão, para uma grande questão nacional, que é a questão da mobilidade urbana, um dos pontos importantes para o desenvolvimento social do País. Nós temos buscado financiar e atuar nos principais desenvolvimentos dos sistemas de metrô do Brasil. O BNDES é um grande financiador do metrô de São Paulo, do metrô do Rio de Janeiro, do metrô de Fortaleza, do metrô de Salvador, que está em obras, e estamos contribuindo para o planejamento em Porto Alegre, junto com a Prefeitura e com o Estado. Estamos contribuindo também em Belo Horizonte. E queremos contribuir mais. É claro que não queremos fazer tudo sozinhos. Acho que, naturalmente, há a Caixa Econômica



Federal como parceira e como outra entidade que pode contribuir muito. Realmente, eu creio que essa deve ser uma grande prioridade para o País. E é um tipo de investimento que... Quanto mais cedo se concretiza um planejamento de longo de prazo, mais racional e mais eficaz é — não só os sistemas de transporte e metrô, mas os corredores. O planejamento do sistema de transporte de massa é uma necessidade premente no País.

A Estruturadora Brasileira de Projetos é uma empresa que não tem nenhum privilégio. É uma empresa que estrutura projeto, mas ela está, estatutariamente, proibida de participar da licitação. Ela nunca pode apoiar um interesse específico. O que ela faz é ajudar a elaborar o projeto. Oferece esse projeto, dentro da lei, à consideração do setor público. É um fundo de preparação de projetos com nove bancos, que em geral financiam o *project finance*. O interesse é que esses projetos tenham consistência e eficiência. Ela não pode ter interesse no negócio posterior. É vedado a ela participar de qualquer negócio, ou seja, da concessão.

Nós tivemos uma longa discussão com o Tribunal de Contas e nos entendemos com ele. O Tribunal fez recomendações. Nós vamos ajustar as regras à EBP, ao nosso entendimento. Diga-se de passagem, ele tem conhecimento da estruturação dessa empresa, desde o primeiro momento.

Em relação à Copa do Mundo, eu quero dizer o seguinte: a EBP não participou. A Copa do Mundo foi iniciativa de Estados, individualmente. Em vários Estados, empréstimos foram feitos aos Estados; em outros, foram PPPs. O BNDES trabalhou em estreita cooperação com o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União. Nós fizemos um grupo de trabalho. Junto com o TCU e a CGU, nós esperamos o desenvolvimento do projeto detalhado da engenharia executiva. Só depois de a engenharia executiva pronta, com a comprovação de gastos autorizada e checada pela CGU e pelo TCU, nós pudemos fazer os desembolsos. E nós o fizemos ordenadamente. Eles nos davam uma margem para desembolsar. Eles fiscalizavam. Então, em relação às arenas, nós temos total tranquilidade. Até porque nós estabelecemos uma regra. Nós pegamos o padrão FIFA, estabelecemos que para atender à base do padrão FIFA eram necessários 400 milhões, e os Estados que quiseram fazer arenas mais sofisticadas, com outras dimensões, fizeram com outros meios. Mas o BNDES financiou dentro daquele



padrão. Teremos, também, grande satisfação em esclarecer todos esses elementos a V.Exas.

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES - Nobre Presidente, eu usei a empresa de projetos para dizer que, no segmento de mobilidade urbana, poderíamos ter uma forma similar de atuação, não em relação à consequência do que foi feito — se foi bem feito ou se mal feito —, mas da aprovação, para que as obras de mobilidade urbana pudessem ser mais céleres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente da Comissão; Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, quero parabeniza-lo pela exposição.

As três principais motivações desta CPI foram abordadas. Primeiro, a questão dos empréstimos realizados a outros países. Nesse sentido, eu gostaria de destacar que, de 2007 a 2014, os desembolsos do BNDES para operações de pós-embarque estiveram abaixo de 3% dos desembolsos totais — bem abaixo da média de 9%, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso. Portanto, se nós formos fazer uma análise comparativa, é muito importante... Tentou-se passar a ideia de que, agora, o Banco está deixando de financiar o desenvolvimento nacional e está passando a financiar países de vinculação ideológica. Portanto, foi muito bem esclarecida essa questão. Segundo, não financia projetos em outros países e sim a comercialização de bens e serviços brasileiros no exterior, alavancando, portanto, a demanda por produtos e serviços, gerando emprego aqui. Quiseram passar uma falsa ideia de que esses empregos estavam sendo gerados fora do País. Então, nesse sentido, eu acho que foram bastante esclarecedoras essas colocações, mesmo tentando dar um cunho ideológico a essas relações comerciais.

Dos dez maiores empréstimos, os maiores financiamentos são exatamente transações comerciais com os Estados Unidos. Há até a informação de que só o dos Estados Unidos valem, sozinhos, o valor dos nove outros maiores financiamentos.

Portanto, nessa discussão sobre a relação internacional, que não começou agora — aliás, com a relação de Caracas, que foi contratada em 2001 —, fica evidenciado, e vão por água abaixo todas essas afirmativas de relação ideológica,



de relação de exportação de emprego do Brasil. Portanto, é um posicionamento interessante, deixando clara a primeira motivação da convocação da própria CPI.

Em relação à segunda motivação, que são os empréstimos da Lava-Jato, parece-me que também ficaram claros, porque se passou a ideia de que o BNDES agora está em dificuldade. É como se o BNDES tivesse soltado dinheiro a rodo no País, sem nenhum critério, e estivesse com uma taxa de inadimplência enorme. Se analisarmos tecnicamente, veremos que a taxa de inadimplência está, inclusive, abaixo do padrão internacional de alguns bancos de desenvolvimento muito conceituados internacionalmente.

Portanto, eu acho que é muito importante... E o meu questionamento, Sr. Presidente, é quanto a este terceiro aspecto da convocação da CPI: empréstimos realizados com critérios questionáveis.

É claro que nós sabemos que até 2001 o BNDES foi utilizado para financiar a venda do próprio patrimônio público brasileiro, um dos principais instrumentos utilizados, junto com os fundos de pensão, para o processo de privatização brasileira, ou, como alguns queiram chamar, da privataria que foi realizada no Brasil.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, eu quero garantir o meu direito de fala.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE BALDY – O maior volume de privatização do País está ocorrendo agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu vou garantir a palavra ao Deputado Davidson Magalhães, para que ele finalize. Depois, V.Exa. poderá fazer a sua questão.

Deputado Davidson Magalhães com a palavra.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Gostaria que fosse restabelecido o meu tempo, Sr. Presidente.

Portanto, no período anterior, o BNDES foi utilizado na privataria. Agora foi utilizado para o desenvolvimento nacional, e isso incomoda aqueles que são ligados ao capital internacional.



Nesse sentido, eu quero fazer a pergunta a V.Sa. sobre essa política dos chamados “campeões nacionais”. Pergunto se essas políticas de processo de concessão de crédito, se o desenvolvimento desse conceito de “campeões nacionais” se deu em detrimento das pequenas e médias empresas brasileiras. Querem passar uma ideia de que, de repente, o BNDES levou todos os recursos e os principais recursos exatamente para essa política dos “campeões nacionais”.

Era esse o questionamento que queria fazer a V.Sa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado) - Agradeço a V.Exa., Deputado Davidson Magalhães.

Passo a palavra ao Presidente Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Deputado, muito objetivamente, nós temos um grande orgulho de ter aumentado substancialmente o volume de empréstimos a pequenas e médias empresas. Os empréstimos do BNDES subiram cerca de um terço — em torno de 57 a 60 bilhões/ano.

Eu quero registrar o enorme sucesso do cartão BNDES, que desembolsou 11,4 bilhões no ano passado. A operação média é de 14 mil reais. Então, nós estamos falando de créditos a empresas muito pequenas. Temos 700 mil cartões emitidos, cobrindo todo o território nacional. No primeiro semestre de 2015, num contexto de restrição das operações do BNDES, o cartão está expandindo 14%, mostrando que nós, deliberadamente, estamos tentando proteger as pequenas empresas.

Embora o BNDES seja um banco que não tem rede, não tem varejo, é apenas um grande banco de atacado, ele buscou, através da tecnologia do cartão, da parceria com o sistema bancário privado, através das linhas do Financiamento de Máquinas e Equipamentos — FINAME, através do cartão, chegar à pequena empresa. E continuaremos trabalhando nessa direção.

É claro que, em qualquer economia, o investimento é concentrado em grandes empresas. No nosso caso, a participação das grandes empresas relativas é menor do que a participação das grandes no produto. Então, temos um papel um pouco redistribuidor do lado do crédito, mas apoiamos, sim, empresas e apoiamos a internalização de empresas brasileiras.



O Brasil, quando comparado a outras economias do mundo, tinha — e ainda tem — um número pequeno de empresas com escopo e atuação internacional. Por que é importante ter empresas de atuação internacional? Porque hoje, na maioria dos mercados, a globalização tornou o jogo de mercado um jogo global. Para participar dele é preciso ter empresas com capacidade de competir internacionalmente. De maneira que essa foi a razão, dentro de uma política que partia da competitividade potencial do Brasil. Nós não saímos apoiando empresas artificialmente. Nós buscávamos os setores onde o Brasil tinha um potencial de competitividade revelada, clara, para desenvolver empresas de porte internacional. Claro que algumas circunstâncias ajudaram. Em 2008/2009, houve muitas empresas afetadas com perdas e derivativos cambiais, e essa circunstância ajudou o processo de consolidação. Mas isso foi um fator facilitador de um processo que me parece bem-sucedido e que resultou, para a nossa empresa de participações, a BNDESPAR, em resultados muito expressivos em termos de lucratividade e rentabilidade.

Isso é o que nós podemos dizer a respeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao próximo orador, Deputado Bebeto.

O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Luciano Coutinho, a apresentação feita por V.Sa. demonstra claramente a capacidade técnica e os mecanismos de governança que tem o BNDES para estabelecer salvaguardas em empréstimos, em ações que efetivamente o Banco realiza.

Nessa análise feita aqui por V.Sa., os riscos são parte integrante desses mecanismos de governança, em relação aos empréstimos que são realizados. E aí, obviamente, com os comitês que estão estabelecidos na estrutura do Banco, caem essas análises na condição da impessoalidade, mas também numa análise positiva daquele negócio ou daquele empreendimento que eventualmente o Banco se disponha a realizar. É óbvio que nós estamos falando, portanto, de um banco extremamente importante, com financiamento de longo prazo, que tem sido central para o processo de desenvolvimento do nosso País. Mas eu gostaria de dirigir a V.Sa. duas questões.



Primeira: é óbvio que, quando o Banco se dispõe a realizar o empreendimento — e aí com a restrição de crédito global —, exatamente no momento em que o Brasil descobre o pré-sal, há necessidade de grandes investimentos. Nós fizemos uma opção, inclusive a própria PETROBRAS, de contratação de um modelo já fartamente utilizado globalmente, que é a Sete Brasil, com uma experiência para afretamento de um conjunto de equipamentos importantes para a exploração dessa atividade, não podemos deixar de reconhecer, central para o Brasil. Obviamente que o Banco se incorporou a esse esforço de garantir empréstimos-pontes, e esses são de caráter estrutural, para viabilizar, portanto, a própria Sete Brasil.

V.Sa. falou muito bem sobre a análise de risco. Os acionistas que compõem a Sete são todos reconhecidos, com lastro financeiro e econômico extremamente positivo.

Ora, esse empréstimo foi aprovado, não contratado. V.Sa. disse que o que levou o Banco a não contratá-lo foi exatamente uma inadequação documental — e uma série de outras razões —, pela Sete Brasil, e que só em 2015 o Banco definiu não fazê-lo. Nós tínhamos uma crise nesse período. A Sete já tinha esses valores definidos para os estaleiros do Brasil. Salvo engano, era da ordem de 3.7 bilhões de dólares o empréstimo que seria realizado.

O que nós vivemos hoje? Nós vivemos uma guerra objetiva da indústria naval. As razões, independentemente da Lava-Jato, estão diretamente vinculadas a uma inadequação financeira, exatamente pela ausência desse financiamento que já havia sido aprovado e não contratado. E o resultado é que nós temos uma crise enorme num setor estratégico para o País.

Na mesma fala, V.Sa. disse que as empresas não estão objetadas, porque até então não têm uma definição de inidoneidade da sua atuação. O que impediu o Banco, então, de realizar objetivamente — já que elas não haviam sido declaradas inidôneas, nem a própria Sete — a contratação do empréstimo absolutamente aprovado? Essa é uma primeira pergunta.

A segunda pergunta, Presidente, vai nesta linha: infraestrutura é importante, mobilidade urbana é importante. Tenho um bom exemplo: aqueles que deixaram, por 10 anos, o metrô de Salvador sem funcionar. É um bom exemplo de



financiamento numa PPP integrada. Deve servir de exemplo para o futuro da infraestrutura brasileira. Essa PPP está funcionando positivamente. Há outros investimentos na área de energia. E, na área de energia, com matriz eólica, V.Sa. disse que não houve interrupção do fluxo financeiro, mas alguns projetos, inclusive na Bahia, se ressentem da ausência desse fluxo permanente, pelo que nós temos ouvido. Portanto, há problemas para a execução plena das atividades no parque eólico do nosso Estado. Qual é a razão, então, se é verdadeira essa informação, dos atrasos desses fluxos dos empréstimos contratados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) – Agradeço ao Deputado Beбето.

Passo a palavra ao Presidente Luciano Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Deputado, eu serei breve, dado o adiantado da hora, mas terei prazer em completar as informações.

Em relação ao processo da Sete Brasil, as dificuldades surgiram de rupturas internas na própria Sete Brasil, entre alguns dos participantes importantes — estaleiros rompendo contratos, operadores insatisfeitos. De maneira que é um empreendimento complexo, que tem muitas partes envolvidas. Neste momento, há um esforço concentrado, está havendo um avanço alvissareiro — espero que se conclua logo. A Sete Brasil, junto com a PETROBRAS, vem negociando uma nova formatação, diminuindo o número de sondas, mas com um novo desenho que dê o mínimo de viabilidade à empresa.

Os bancos credores vêm acompanhando o processo e têm demonstrado paciência e prorrogado prazos. Nós estamos acompanhando, junto com dois outros bancos públicos, e o BNDES disponibilizará apoio ao projeto, através dos agentes financeiros, através dos bancos, de maneira a respaldar essa nova solução. Esperamos que ela avance. Sabemos das dificuldades em vários estaleiros, em várias regiões do País.

Em relação aos projetos de infraestrutura, especialmente de energia eólica, na Bahia, gostaríamos de discutir especificamente. Recordo que houve um caso específico de dificuldade, que já está superado. Prefiro não declinar aqui o nome, em razão até de respeito às empresas, mas, ao que me consta, esse caso será superado e o fluxo de investimentos será regularizado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Jorge Tadeu Mudalen.

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Muito obrigado.

Sr. Presidente. Deputado Marcos Rotta; Deputado Miguel Haddad; Deputado José Rocha; Prof. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, eu vou ser bem breve, até para não estourar os meus 3 minutos.

Os dados do BNDES mostram que a micro e pequena empresas têm ficado com pequena parte dos recursos. O senhor acabou de falar que aumentou. Mas, pelos dados que nós temos, inclusive do BNDES, 23,5% são desembolsados para as pequenas e médias empresas, e as grandes ficam com 63%. Não deveria ser o contrário? Essa é uma pergunta.

Foi dito aqui que o Banco tem investido em mobilidade, no setor alimentício. Nós estamos analisando aqui na Casa, numa Comissão Especial, um projeto que está revendo a Lei de Telecomunicação — é o Projeto nº 6.789, de 2013. E o BNDES divulgou, em matéria publicada, inclusive, no seu *site*, que ele concedeu a uma das empresas cerca de 4 bilhões — ao Grupo Oi, composto pela Brasil Telecom, Brasil Telecom Móvel, Oi Fixo. Está no *site* do BNDES. O resultado desse investimento é conhecido por todos. Nós temos ouvido, nas Comissões, um grande reclamo, por parte da população, do problema da banda larga, do problema de infraestrutura. Eu queria saber como o BNDES participa, hoje, com esses quase 30 bilhões investidos no setor, nesses 10 anos. Inclusive, eu queria saber se é só a título de empréstimo ou também com a participação, por parte do Banco, com o BNDESPAR. O BNDES tem participação na área de telefonia?

O SR. LUCIANO COUTINHO - No caso da Oi, sim.

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - No caso da Oi. E está satisfeito? O BNDES tem recebido os dividendos? O BNDES tem recebido o financiamento ora oferecido para essa companhia? Sabemos que ela não anda muito bem das pernas. Ela tentou, inclusive, uma fusão com a Portugal Telecom.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Presidente Luciano Coutinho com a palavra.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Deputado, obrigado por suas questões.



Primeiro, queria esclarecer o seguinte: quando nós falamos em 30%, pequena e média empresa, no BNDES, V.Exa. diz: o resto é das grandes. Em termos, porque o resto inclui Estados e Municípios. É uma categoria que deveria ser excluída. Só há infraestrutura em empresa grande, e é uma categoria que deveria ser excluída. Só há exportação em empresa grande, porque, infelizmente, a parcela da pequena empresa é muito pouca. Se eu comparar, dá meio a meio. Considerando que o BNDES é um banco que não tem rede de varejo, que depende de parceria com a banca privada para repassar o seu recurso, que depende de um cartão, que é uma inovação importante, em termos de tecnologia, eu acho, sinceramente, que ter metade, excluindo isso para pequena e média empresa, é um desempenho que nos orgulha. V.Exa. vai me perguntar: “*Você está satisfeito? Vai parar por aí?*”? Não, nós queremos melhorar o acesso à pequena empresa. Nós queremos qualificar mais agentes para o nosso cartão. Nós queremos qualificar mais agentes para o nosso fundo garantidor, para baixar os custos dos empréstimos da pequena empresa.

Era o que eu teria a dizer.

Em relação ao nosso apoio ao setor de telecomunicações, o BNDES tem sido o principal financiador dos planos de investimento de todas as operadoras de telecomunicações: da Vivo, da Claro, dos três grupos e dos outros grupos — GVT, Tim.

O BNDES apoiou, indiscriminadamente, o aumento da infraestrutura, especialmente da infraestrutura de banda larga. E esses ciclos de investimento... Apoiamos também a Oi. Esse valor que V.Exa. mencionou diz respeito à Oi ou ao chamado Capex, programado pela empresa. De maneira que nós temos apoiado o setor.

Em relação à Oi, eu vou ser econômico aqui, porque é uma empresa listada em mercado, é uma empresa da qual nós temos participação. Mas eu chamo a atenção para o seguinte: a empresa fez um movimento de fusão com a Portugal Telecom. Aconteceu, nesse processo de fusão, um problema com um dos acionistas da antiga Portugal Telecom. Isso levou a empresa a vender a operação — é público — da Portugal Telecom à Europa, para um outro grupo europeu, o grupo Altice, por 7,4 bilhões de euros. E isso permitiu uma desalavancagem substancial da Oi.



De maneira que eu vou parar por aqui, porque estou apenas me atendo a temas que são de conhecimento público e, obviamente, não devo fazer comentários adicionais.

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Qual é a participação do BNDESPAR na Oi?

O SR. LUCIANO COUTINHO - A participação do BNDES, hoje, é pequena, em torno de 4,7%, 5%. Eu lhe darei, depois, o valor exato. É pequena.

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - É 13,05 do capital votante.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Perdão...

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - É 13,05 do capital votante.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Do capital votante, é possível que sim, do capital total.

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Eu estou lhe dizendo que é.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Perfeito. Eu gosto de ser preciso. Então, nós lhe daremos as informações.

O SR. DEPUTADO JORGE TADEU MUDALEN - Eu agradeço.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Muito obrigado pela pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exas.

Próximo orador, Deputado Bilac Pinto. *(Pausa.)*

Deputado Aguinaldo Ribeiro. *(Pausa.)*

Deputado Fabricio Oliveira. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, é o último; agora, é o quinto, conforme V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - É, Deputado Paulão. Assim que encerrar a ordem de inscrição, eu vou encerrar a sessão.

Deputado Fabricio Oliveira.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Esse é o quinto inscrito, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Sr. Presidente, em nome da Minoria, gostaria de fazer um único esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. não é integrante do Bloco, mas eu vou ver se, ao final...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - O.k. É bastante rápido...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - ... eu concedo só para atender V.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Cristiane Brasil.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Sr. Presidente, Sr. Luciano Coutinho, boa tarde.

Vê-se, de pronto, que o senhor é um técnico muito bem preparado e também muito educado. Agradeço pela colaboração até para o meu entendimento — sou leiga no assunto — sobre o funcionamento do BNDES. Porém, ficam ainda algumas perguntas, e eu gostaria que o senhor me esclarecesse.

Por exemplo, eu fiquei espantada quando descobri que, nos últimos anos, os ativos do BNDES, quer dizer, os empréstimos concedidos, multiplicaram-se cinco vezes, mais ou menos. O senhor poderia me esclarecer qual é a razão para um banco ter um tamanho tão grande de fomento no Brasil? Por que esse crescimento só se deu agora, durante este período do Governo Lula e Dilma?

Outra pergunta. O senhor sabe que a fatia de crédito de bancos públicos costumava rodar em torno de um terço do crédito total, antes do Governo do PT. Hoje, o crédito público está acima de 50% do total. O senhor sabe que elevar o direcionamento e o crédito público, que pratica taxas mais baratas, subsidiadas, tem um efeito de consequências devastadoras para o acesso ao crédito para o restante das empresas que não são as favoritas do Governo. Se o senhor sabe disso, eu lhe pergunto: qual é a razão estratégica que motiva a decisão de elevar tanto o crédito público para as grandes empresas, dominadas pelos maiores empresários do Brasil, enquanto as pequenas e médias empresas, as desassistidas, precisam pagar mais pelo crédito e, ainda assim, têm menos acesso a ele? Essa é a outra pergunta.

O BNDES tem convênios para financiar movimentos sociais e centrais sindicais ou ele financia — ou financiou — apenas eventos pontuais?

A tomada de decisões, que vimos na sua apresentação, se dá de forma colegiada. Eu queria saber, mais ou menos, qual é a autonomia que a Direção do Banco tem para essa tomada de decisões e qual é o grau de responsabilidade dos Conselhos, como a CAMEX, na aprovação das decisões do Banco.

Também queria saber o seguinte, Presidente: dado que o BNDES é um banco que pega recursos do trabalhador, do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT e



investe em empresas que vão se modernizar e demitir os trabalhadores, como foi amplamente noticiado pela imprensa, no caso da JBS, em 2011, qual é a justificativa, então, para a existência do BNDES,— voltando àquela outra pergunta —, um banco de fomento desse tamanho?

Em relatório do TCU de 2015, ficou constatada uma pedalada fiscal do Governo. Tal pedalada utilizou bancos públicos, inclusive o BNDES, para o passamento de despesas de responsabilidade da União, sem reflexo apurado nas contas fiscais. Mas, no caso do BNDES, o Banco Central contabilizava dívidas do Tesouro Nacional com o banco de fomento, no valor de 7,4 bilhões. No entanto, os dados informados pelo Tesouro ao TCU indicavam uma dívida muito maior, de 19,3 bilhões.

O uso de recursos próprios da instituição controlada pelo controlador é vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal e previsto como crime de responsabilidade. Como o senhor vê essa situação? O Banco burlou a lei?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputada Cristiane, por gentileza, para finalizar.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Para finalizar, a partir de 2007, o Governo Lula cobrou a implantação do sistema digital às emissoras de TVs, e o BNDES abriu uma linha de crédito para as companhias do setor. Entretanto, nenhuma delas conseguiu, até hoje, qualquer recurso dessa linha. Por quê? Enquanto isso, desde 2007 — portanto, no mesmo período —, a Odebrecht conquistou praticamente 70% do total de recursos para financiar obras no exterior.

Nós sabemos que, publicamente, a imprensa livre vem sendo tratada pelo Governo e pelo PT como um obstáculo ao projeto de perpetuação no poder, e que, portanto, pela independência que ainda consegue manter, a imprensa é hoje ainda a grande defensora da democracia.

Como, então, o senhor explica que, como o senhor disse antes, não existe um grupo de empresas favoritas do banco? E como é que é feito, qual é o critério, então?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Rocha) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra ao Presidente Luciano Coutinho.



O SR. LUCIANO COUTINHO - Quero agradecer à Deputada as perguntas e a oportunidade de esclarecer. É preciso entender por que o BNDES cresceu a partir da compreensão de ausência de crédito de longo prazo no Brasil. No sistema brasileiro, em função do longo período de altíssima inflação, que foi superado só com o Plano Real, e mesmo durante a implantação do Plano Real, que exigiu juros muito altos, foi oferecida ao poupador brasileiro a oportunidade de ter aplicações lastreadas em títulos públicos com total liquidez, nenhum risco e taxas de juros muito elevadas. Essa foi a alternativa que criamos para evitar a dolarização da economia. Nós quisemos ter uma moeda, o real, e oferecemos, nessa moeda, juros muito altos, plena liquidez dada pelo mercado de *overnight* etc.

Isso, num certo sentido, entre aspas, “viciou” o poupador brasileiro em ter liquidez, retorno alto e segurança total, ausência de risco, de maneira que até hoje a esmagadora maioria da poupança brasileira está concentrada em instrumentos financeiros de curtíssimo prazo, de curto prazo.

O resultado disso é que os bancos, nas suas fontes de captação, têm dificuldades de obter recursos de longo prazo. A maior parte dos recursos da rede bancária privada são recursos de prazo muito curto. A captação bancária depende de recursos de prazo muito curto. Isso dificulta, inviabiliza que os bancos privados possam oferecer crédito de longo prazo. Hoje, depois de muitos anos, a banca privada oferece crédito de até 3 anos, mas via de regra os prazos são curtos, não é? Apenas em condições excepcionais os bancos privados conseguem oferecer créditos mais longos. Em geral, o crédito mais longo oferecido pelos bancos privados corresponde a repasses de recursos do BNDES.

Então, há essa dicotomia. Eu sempre faço questão de dizer que aqui eu não estou criticando os bancos privados; eu estou constatando um fato histórico. Resultado da maneira como nós estabilizamos a inflação, criou-se uma certa dicotomia, em que o crédito de longo prazo no Brasil esteve sempre muito concentrado no BNDES, certo? No momento em que se buscou ampliar fortemente os investimentos em infraestrutura, aumentar a taxa de investimento no Brasil, o que estava à mão, a ferramenta que estava disponível era o BNDES, razão pela qual o Governo optou por fazer empréstimos de grande escala ao BNDES, que foram convertidos em empréstimos de longo prazo a setores intensivos em capital.



Falamos aqui das telecomunicações; falamos das diversas infraestruturas; falamos dos setores intensivos, setores chamados da indústria pesada, que demandam prazos mais longos; e essa é uma das razões que explica o crescimento do BNDES nestes últimos anos.

V.Exa., porém, tem razão ao alertar que também há a outra parte, Excelência. É que a parte habitacional, o crédito habitacional sempre teve uma liderança muito forte da Caixa Econômica. Então, são os dois elementos que explicam por que é que os bancos públicos aumentaram o seu peso relativo nos últimos anos, mas V.Exa. tem razão ao apontar que essa não é uma situação desejável. Então, nós temos de fato um desafio no País. Qual é esse desafio? É desenvolver bases para o financiamento privado de longo prazo.

Eu acredito que o mercado de capitais é o caminho mais promissor, pelo menos num primeiro momento, razão pela qual o BNDES se tem empenhado, junto com o sistema bancário, em promover debêntures de longo prazo, tanto para infraestrutura quanto para o apoio empresarial, na nossa recém-lançada política, lançada há 2 meses junto com o Ministro Levy. Nossa política prevê condições mais atrativas quando o empresário ou o empreendedor opta pelo lançamento, pela emissão de debêntures. Nós estamos também compartilhando com o debenturista as mesmas garantias que nós damos no nosso crédito, e criamos também um mecanismo de garantia do juro da debênture, para incentivar esse mercado. Nós acreditamos, Deputada, que no momento em que a taxa de juros puder cair, mais adiante, esse mercado poderá expandir-se rapidamente, e nós poderemos começar a transitar para um sistema mais equilibrado, está certo?

V.Exa. também perguntou sobre a questão de favorecimentos, certo? Eu quero explicitar o seguinte: o BNDES, das mil empresas, das mil maiores empresas brasileiras, o BNDES apoiou, nos últimos anos, 804, portanto 80%. Nós estamos abertos para receber toda e qualquer empresa que bate em nossa porta e examinar os seus projetos. Nós não estamos restritos a uma dúzia de empresas favoritas, está certo? Nós apoiamos amplamente. Das 500 maiores, nós apoiamos 425. Apoiamos amplamente a estrutura empresarial brasileira, e fizemos um grande esforço para apoiar as pequenas empresas por meio do cartão, por meio das linhas do FINAME, repassadas por intermédio da rede bancária privada.



V.Exa. também perguntou sobre a responsabilidade da CAMEX e do COFIG. A CAMEX é uma câmara de Ministros, e as operações de comércio exterior mais complexas, antes de chegar ao BNDES, em geral transitam pela CAMEX e pelo COFIG, que é um comitê de Secretários que estabelece as condições de garantia para a concessão do seguro. Então, esses dois comitês foram instituídos lá em meados dos anos 90, e essa é uma estrutura que viabiliza o seguro de crédito à exportação para economias onde a taxa de risco é mais alta e para competir com outros exportadores, de outros países, é preciso que esse seguro possa reduzi-la e permitir uma taxa de juros mais baixa, está certo? Essa é a razão. Esses comitês, portanto, têm uma responsabilidade relevante na aprovação e na concessão das condições essenciais da operação, as condições de seguro da operação e as condições de equalização de juros da operação.

Vamos à sua questão sobre centrais. Nós não temos convênios com centrais sindicais. Nós fazemos apoios pontuais a eventos. Nós apoiamos muitos eventos. A grande maioria são eventos empresariais, de associações, em todos os Estados do País. E apoiamos também alguns eventos de natureza sindical, ou social, embora, estatutariamente, nós não possamos apoiar nem partido político, nem sindicato, nem entidades religiosas, certo? Agora, eventos que tenham em si o objetivo de agricultura familiar, ou agricultura cooperativa, aí nós podemos apoiar, pontualmente, esses eventos, assim como apoiamos eventos empresariais, que predominam, porque esse é o público principal de relacionamento da instituição.

E vamos à sua questão sobre o FAT. O FAT realmente está vinculado, no BNDES, à criação de empregos. O BNDES tem uma metodologia de criação de empregos, e nós acreditamos que o investimento é a melhor forma de criar empregos. E nossa metodologia é a criação de empresas novas, expansão de empresas, montagem de um parque, de um canteiro de obras para construir uma fábrica. Tudo isso é gerador de emprego. O investimento é, reconhecidamente, o principal fator de multiplicação de empregos, não é? Esse é um fato bem pesquisado, e nós temos essa metodologia, e gostaríamos de compartilhar com V.Exa. a nossa metodologia a respeito de geração de empregos.

Por último, V.Exa. perguntou sobre a questão das chamadas, eu vou colocar aqui entre aspas, “pedaladas fiscais”, porque eu não vejo dessa forma, não é?



Primeiro porque as operações do BNDES foram operações em que o BNDES não adiantou recursos próprios. O BNDES operou em geral no programa PSI. É um programa que tem uma dotação estabelecida em lei, e tem recursos que foram providos pelo próprio Tesouro para a operação do programa, de maneira que nós não adiantamos recursos, não é? E a própria lei que criou o programa estabeleceu que o Ministério da Fazenda tem a faculdade, a prerrogativa de estabelecer a maneira e os prazos pelos quais as equalizações são devolvidas ao banco, de maneira que nós consideramos que essa não é de forma alguma uma operação de financiamento, não se caracteriza de forma alguma como operação de financiamento do BNDES à União. Para que houvesse essas premissas seria preciso que existisse um ato de vontade entre as duas partes, uma espécie de contrato, o uso, o adiantamento de recursos, ou seja, fatos que não estão presentes nessa relação, e creio que nós oferecemos essa explicação para a Advocacia-Geral da União apresentar as razões do Governo ao TCU.

Finalmente, Deputada, há a questão do sistema digital, da digitalização do sistema de TV. Eu tinha a informação de que esse processo estava acelerando-se. A sua informação é de que não está acontecendo. Eu gostaria de aprofundar esse tema, porque é de grande interesse que avance a digitalização do parque. E inclusive o Brasil tem capacitação para fornecer os equipamentos, nós podemos financiar pelo FINAME esses equipamentos, e temos interesse em acelerar a modernização do parque de televisão brasileira, da digitalização do sistema de TV do Brasil. E coloco-me à sua disposição, Deputada, para entender com maior profundidade esse tema e ajudar, para compreendê-lo e ajudar na solução, empenhar-me pela solução.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Posso? Há só um ponto que, digamos assim, não ficou claro para mim, por exemplo, no processo de investigação que provavelmente deve acontecer, ou está acontecendo, com relação às dúvidas, que serão aclaradas, quanto a irregularidades possíveis em contratos internacionais, ou a ligação entre esses contratos e o apoio do empresário Luiz Inácio Lula da Silva etc., e até na questão de *timing*. Por exemplo, o Presidente, o ex-Presidente, o empresário Luiz Inácio Lula da Silva leva a Odebrecht para um país e depois de 3



meses, 4 meses, o crédito é aprovado. No outro, a mesma coisa. Temos um *timing* que configura pelo menos uma prática recorrente.

A responsabilidade dos Conselhos e da CAMEX, nesse sentido, é solidária? Todos vão responder por todos aqueles milhões que V.Sa. mostrou ali, na sua apresentação? Vão responder ou... Quem responde por essas irregularidades perante a lei?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Deputada, primeiro é preciso configurar-se a existência de irregularidades, não é? Então, a premissa é de que...

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Não, na verdade é, digamos assim, por hipótese.

O SR. LUCIANO COUTINHO - A Deputada parte de ilação (*risos*), de uma premissa, não é? Primeiro, esse é um processo, normalmente esses são processos que levam tempo, porque entre um exportador conseguir um contrato, cumprir todos os trâmites, obter as aprovações e depois isso tramitar no BNDES, são vários meses. Não vejo como fazer uma relação de causa e efeito, não é?

E eu acredito que as atividades do ex-Presidente já foram esclarecidas pelo seu Instituto, e devem ser esclarecidas pelo Instituto, não por nós. Não há na nossa esfera nenhuma ingerência política de qualquer natureza nas decisões do Banco, que são, como foi mostrado ali, estritamente técnicas, observam a impessoalidade, observam a regularidade e todos os trâmites previstos no processo.

No caso das operações de comércio exterior, existem outros processos, fora do Banco, que também foram discutidos. Então, é uma sistemática bastante complexa — não é? —, que não me parece que permite esse tipo de ilação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço à Deputada Cristiane.

O último orador inscrito é o Deputado Fabio Garcia. Informo a V.Exas. que há uma delegação do Líder do PSB, o Deputado Fernando Coelho Filho, para que o Deputado Fabio possa também utilizar o tempo destinado à Liderança do PSB. Então, V.Exa. dispõe de até 7 minutos, se for o caso.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Boa tarde, Sr. Presidente Marcos Rotta. Boa tarde, Sr. Relator José Rocha. Boa tarde, Sr. Presidente do BNDES Luciano Coutinho.



Sr. Presidente, eu espero não utilizar todos os 7 minutos, não é? Farei aqui perguntas breves, pontuais. Farei três perguntas, e gostaria de fazer a primeira e ser respondido, fazer a segunda e ser respondido, fazer a terceira e ser respondido.

Gostaria primeiramente de cumprimentá-lo, Sr. Luciano, agradecer-lhe a presença e expressar aqui os meus sentimentos pela perda da sua mãe. Quero agradecer, neste momento difícil em especial, a presença de V.Sa. aqui na CPI do BNDES. Eu talvez tenha sido o único, ou um dos únicos Deputados que votou, na verdade, contra o requerimento de convite. Votei contra porque entendia, na verdade, que nós não tínhamos aqui ainda informações suficientes, dentro desta CPI, para que nós pudéssemos fazer uma conversa mais objetiva com o Presidente do BNDES. Eu queria obter mais informações para que se pudesse poupar o tempo de todos, para que essa pauta fosse mais objetiva; mas, respeitando a democracia, estamos aqui.

Sr. Presidente, a minha primeira pergunta é informativa. Eu gostaria de saber quais são os mecanismos que existem hoje no BNDES para garantir que o Banco não financie obras em que venham, na sua planilha de custo, de CAPEX, superfaturamentos. E o senhor entende que esses mecanismos são satisfatórios? O senhor considera-os seguros, satisfatórios? O senhor está confortável com eles? E desde quando esses mesmos mecanismos estão aí? O senhor entende que existe a necessidade de alguns ajustes desses mecanismos, de forma a garantir a todos do BNDES e aos seus acionistas que eventualmente o Banco não venha a participar do financiamento de uma obra que venha a ser financiada com superfaturamento pelo próprio BNDES? Essa é a primeira pergunta, Sr. Presidente.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Deputado, na esmagadora maioria os financiamentos do BNDES são para o setor privado ou PPPs com maioria privada, e é o seguinte: eu presumo que o empresário privado maximiza o lucro e minimiza o custo, não é? Isso não significa que o BNDES, nos seus quadros técnicos, não tenha um saber acumulado para avaliar a razoabilidade dos custos dos investimentos, até porque o BNDES tem uma regra de ouro: ele dá o crédito de acordo com a capacidade de pagamento do projeto. Então, se o empresário inflar o custo para pegar mais crédito, o projeto não vai se pagar.



Então, nós temos uma regra: nós damos o crédito conforme a capacidade de pagamento, porque nós queremos ter certeza de que vamos receber de volta. É por essa razão que a nossa inadimplência é baixa. E, segundo, para o setor privado a presunção é de minimização de custo e racionalidade de investimento, não é?

Nós temos, além disso, estatísticas, porque o custo do investimento em vários setores da economia é razoavelmente conhecido, porque os fabricantes de equipamentos têm preços de lista, nós podemos avaliar e aquilatar, e as equipes técnicas do banco têm capacitação para isso.

Quando se trata de um financiamento ao setor público, aí nós temos, felizmente, o suporte dos Tribunais de Contas. Temos o suporte do TCU, temos o suporte dos Tribunais de Contas dos Estados, temos o suporte de outros mecanismos de controle da sociedade. Ainda assim, o BNDES nunca financia 100% de nada. O BNDES financia uma fração, e em geral o BNDES não financia aditivos. No BNDES, somente se houver comprovação de que houve uma mudança estrutural, ampliação estrutural do projeto, uma justificativa muito convincente, é que nós vamos poder examinar alguma suplementação de crédito. Então, na verdade, o BNDES acautela-se para não financiar sobrepreço ou algum tipo de estouro, de superfaturamento etc.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Obrigado, Sr. Presidente. É óbvio, a pergunta era mais voltada para o setor público, porque entendo, obviamente, que nas operações privadas o BNDES exige um índice de cobertura e serviço da dívida mínimo para poder aprovar a operação; então, não tem sentido, na verdade, que o setor empresarial possa superfaturar e dificultar a capacidade de pagamento do projeto.

A segunda pergunta é mais uma reflexão com V.Sa. sobre a atual situação econômica do Brasil, situação que atinge empresas importantes do setor de infraestrutura no Brasil e o papel do BNDES neste momento do Brasil. Entendo que essas empresas estão sendo afetadas pela Operação Lava-Jato, podem ter sua capacidade operativa afetada, e nós vamos precisar, talvez, ou certamente, chamar para que adentrem de forma mais intensiva no setor de infraestrutura no Brasil empresas de porte um pouco menor, empresas de médio porte, para que elas possam participar mais intensivamente do setor de infraestrutura no Brasil.



Os requisitos de financiamento existentes hoje no BNDES para empresas de médio porte, principalmente quando se trata de operações estruturadas no setor de infraestrutura, operações de *project finance* em longo prazo, configuram exigências bastante duras, vamos dizer assim, não é? E na maioria dos casos inclusive há a obrigatoriedade de apresentação de uma fiança bancária para que o BNDES possa fazer a liberação do financiamento, o que hoje, no mercado de crédito atual, é uma grande dificuldade para todas as médias empresas, conseguir uma fiança bancária para que possam estruturar essa operação.

O senhor não acha que talvez seja o momento de o BNDES flexibilizar um pouco mais a condição de financiamento para as médias empresas, em especial nas operações estruturadas de infraestrutura, de longo prazo, para que elas possam não estar dependentes simplesmente de uma análise de crédito de um banco privado que assuma todo o risco da operação, e o BNDES só faça na verdade o desembolso financeiro, para que elas possam ter mais alternativa de financiamento e dessa forma possamos fomentar essas empresas médias, fazendo que possam intensificar a sua participação no setor de infraestrutura e garantir então, neste momento difícil no Brasil, tanto a continuidade das obras de infraestrutura como a geração de emprego e renda no nosso País?

O SR. LUCIANO COUTINHO - A pergunta é muito bem colocada, e ela tem resposta complexa, não é?

Existe, nós temos até o caso de uma rodovia que está sendo muito bem construída por um consórcio de empresas médias, e conseguimos estruturar isso de maneira bem sucedida, e gostaríamos de repetir essa experiência, certo?

Acredito que o marco regulatório brasileiro precisa melhorar, e estamos em discussão com algumas das agências reguladoras de maneira a fortalecer o contrato, especialmente com certas provisões no contrato para imprevistos, de maneira a facilitar o eventual reequilíbrio econômico de contratos. Gostaríamos também que a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias pudesse oferecer um seguro para imprevistos, um seguro de suporte, não é? Temos discutido essa agenda com o Ministério da Fazenda.

E nós temos interesse em fortalecer as empresas médias para que elas possam ocupar esses espaços. Podemos trabalhar com consórcios. Estamos



também trabalhando para mobilizar mais bancos na oferta de garantias a empréstimos-ponte, porque em geral a fiança bancária a qual V.Exa. fez referência é relativa aos empréstimos-ponte. Nós estamos trabalhando, Deputado. Eu vejo que o Deputado está bastante bem informado sobre essa temática, que temos e teremos interesse em aprofundar. Acho que essa é uma agenda muito relevante para o País.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Presidente! Presidente, quero falar pelo tempo de liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. é Líder?

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Sou Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Só com a anuência da Liderança, por escrito. É essa a forma que nós estamos adotando, Deputada Cristiane.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Mas não foi a informação que eu obtive. É por isso que eu estou pedindo, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Mas é essa forma que nós estamos adotando. O Deputado Eduardo Cury nós tratamos da mesma forma, o Deputado Paulo Teixeira da mesma forma, e queria a compreensão de V.Exa., porque se nós não utilizarmos esse regramento nós vamos depois perder aqui o comando das sessões.

Então, o Deputado Eduardo Cury queria a palavra, ele preencheu todos os pré-requisitos, ele já foi... Ele está substituindo o Deputado Miguel Haddad como Vice-Líder do PSDB, já está aqui com requerimento assinado pelo Líder da Minoria, o Deputado Bruno Araújo, indicando o Deputado Eduardo Cury para fazer uso da palavra como Líder da Minoria pelo tempo de 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Não há problema. Vou pegar.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Em seguida eu estou inscrita, não é, Presidente, pela Liderança do PCdoB?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - V.Exa. está inscrita, o Deputado Paulo Teixeira também está inscrito, e se for o caso nós concederemos a palavra à Deputada Cristiane Brasil, dentro desse regramento.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Deputado Fabio Garcia, V.Exa. tem 2 minutos e 40 segundos.

O SR. DEPUTADO FABIO GARCIA - O.k. Tenho uma terceira pergunta.

Presidente, eu gostaria de agradecer-lhe a resposta. Fico feliz por saber que essa é uma agenda em que o BNDES está trabalhando neste momento, não é? Até para que nós possamos de fato colocar as empresas de médio porte de forma mais intensiva no mercado de infraestrutura no Brasil.

Minha terceira pergunta é também uma reflexão: será que não chegou o momento, talvez, de o Governo se posicionar de forma mais firme para que os bancos privados possam participar de forma mais proativa do mercado de financiamento de longo prazo no Brasil, do mercado de capital no Brasil? Não existe uma zona de conforto para financiar, com os juros mais altos há somente financiamentos de curto prazo no Brasil, descarregando-se toda essa responsabilidade simplesmente no BNDES. E isso vem de há muito, muito tempo, isso não é de hoje no Brasil. Será que não chegou o momento, agora, diante desta necessidade que nós temos de abrir linha de crédito no Brasil, de o Governo ser mais firme nessa posição, para que os bancos privados possam assumir esse papel também e abrir essa possibilidade a todas as empresas brasileiras?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Fabio e passo a palavra ao Presidente Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Sem dúvida, Deputado, quando eu respondi à Exma. Sra. Deputada Cristiane, eu mencionei a necessidade de criar um sistema privado de longo prazo, e eu vejo o caminho das debêntures como o mais promissor, pelo menos num primeiro estágio. Nós estamos empenhados em desenvolver um mercado de debêntures corporativas e debêntures de infraestrutura. Temos uma visão otimista de que tão logo a taxa de juros comece a cair esse será um mercado promissor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

E passo a palavra agora, pela Liderança da Minoria, ao Deputado Eduardo Cury, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Obrigado, Presidente e Relator.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu peço a V.Exa. só um intervalo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - É lógico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - O Presidente Luciano Coutinho precisa ausentar-se. Em 5 minutos nós retomamos a reunião.

Então, está suspensa a reunião por 5 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Reabro a presente audiência, e, como já informado, concedo a palavra, pela Liderança da Minoria, a S.Exa. o Sr. Deputado Eduardo Cury, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Relator.

Presidente Luciano Coutinho, eu vou ser breve. Na verdade, tenho dois questionamentos, um para esclarecimento de uma operação específica e o segundo mais para uma apreciação pessoal sua.

Em relação a essa operação, na verdade eu sou Deputado de primeiro mandato e isso eu peguei pela mídia, pela grande mídia, e eu fiquei esperando, logicamente, o rescaldo disso, e não consegui compreender. Refere-se a uma operação da JBS-Friboi, não é? E eu vou explicar o porquê disso.

É natural que exista uma grande celeuma na mídia de que o Presidente Lula seria sócio da empresa, ou o filho dele, fato não comprovado; então, isso traz uma pressão enorme para nós do nosso eleitor, nosso patrão, uma pressão enorme, não é? Como se essa empresa tivesse um tratamento diferenciado de outras, não é?

Especificamente nessa operação, eu, como leigo, na época não vi a mídia repercuti o final dela. Então, gostaria só de um esclarecimento. E como ela é uma empresa que, eu imagino, deve ter dado bastante... Dado à mídia, o senhor deve ter-se debruçado várias vezes sobre isso, eu acho que isso deve estar bastante fresco em sua memória. É uma operação de alguns anos atrás, referente a um período em que ela tinha de liquidar um empréstimo, e eu queria saber se havia bancos públicos no aval, porque geralmente nessas operações há um *pool*, não é? E pode-se ter banco público participando, como bancos privados. E ela, se não me engano, foi uma emissão de debêntures conversíveis em ações. E eu peço



desculpas aos colegas pela imprecisão, porque eu colhi isso na mídia. Isso ninguém me passou, não veio da minha assessoria, de nada; eu colhi na mídia, à época. E essa operação não podia... Por uma questão de falta de caixa da empresa, pelo que a mídia noticiou, ela não foi quitada, e o BNDES teria a opção de converter isso em ações, não é?

A pergunta é: V.Sa. poderia esclarecer essa operação, se isso foi convertido em ações — parece que não —, se foi dado um refinanciamento para esse empréstimo, se foi convertido em ações posteriormente? Se houve, qual foi o resultado dessa operação para o BNDES? Ou seja, as ações estavam bastante em baixa à época, eu lembro, por questões conjunturais e também por uma questão da empresa. Se a empresa estava com dificuldade de caixa, provavelmente as ações dela não deveriam estar no pico. Então, como é que foi essa operação, o senhor poderia esclarecer-me? Eu não tenho juízo de valor sobre ela. Eu só queria um esclarecimento, porque a mídia não continuou a... Logo depois disso, não mostrou como é que ela se concluiu. E logicamente, com essa história toda dessas informações de que Lula é sócio majoritário, o filho dele talvez fosse o sócio majoritário, isso traz uma insegurança muito grande para nós que somos representantes da população.

Então, o senhor poderia esclarecer-me essa operação, especificamente? Por que é que isso não foi convertido em ações, no momento em que as ações estavam teoricamente em baixa? Ou não procede essa informação da mídia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Tem a palavra o Presidente Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Nobre Deputado, o que eu posso dizer-lhe é o seguinte: essa debênture foi convertida depois de um processo negocial. E ela era uma debênture que foi originada para uma aquisição, e ela podia ser convertida numa abertura de capital nos Estados Unidos ou no Brasil. Então, isso terminou sendo feito no Brasil depois de um processo normal, negocial. Não há nada de nem extraordinário nem de diferente das regras normais.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Logicamente, como vocês operam uma grande empresa que tem méritos — provavelmente essa empresa tem méritos, senão não chegaria aonde chegou —, eu não estou preocupado com o valor global.



Essa operação especificamente causou prejuízo ao BNDES? Pode haver lucro em outras operações. Ela causou prejuízo? Porque as ações estavam em baixa.

E eu vou complementar a minha pergunta, que é bastante específica. Este é o meu papel como Parlamentar, e eu tenho essa obrigação. Primeiro, o senhor foi contatado ou participou de alguma reunião com algum membro do Palácio do Planalto sobre isso? Segundo, com algum membro do MDIC, que é o órgão teoricamente superior ao BNDES, com alguma pessoa ligada ao Presidente Lula ou com alguma pessoa ligada ao ex-Ministro José Dirceu sobre a questão Friboi? JBS, perdão.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não. Nenhuma interferência. Essa foi uma negociação...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Não, perdão. Eu não falei em interferência. O senhor teve alguma reunião com algum desses quatro?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não, não. Não tive reunião, nem houve qualquer tipo de interferência. Essa foi uma negociação bilateral entre o banco e a empresa. E, aliás, Deputado, quanto mais baixo o preço da conversão, mais favorável fica, não é? Depois, ficamos com um número maior de ações. Na verdade, essa operação revelou-se, *a posteriori*, extremamente lucrativa para o BNDES, extremamente lucrativa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Sim, mas...

O SR. LUCIANO COUTINHO - Não houve prejuízo nessa operação.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Mas um retardamento da execução da opção. Desculpe-me. Eu estou falando o que a mídia publicou, mas eu posso estar equivocado. Por isso, eu estou pedindo esclarecimento. O senhor pode me remeter depois. Não há necessidade. Eu não estou aqui procurando a mídia. Eu gostaria de saber a verdade. O senhor pode me remeter depois.

Essas ações, se convertidas à época do contrato, estariam com um valor menor? Ou seja, o BNDES teria uma participação maior?

O SR. LUCIANO COUTINHO - A conversão foi feita regularmente dentro dos prazos negociais normais. Foi feita a um valor que hoje. As ações hoje valem duas vezes mais do que aquele valor, de maneira que foi uma operação muito lucrativa para o BNDES. Não foi uma operação que deu qualquer prejuízo à instituição.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - A segunda pergunta é bastante rápida. Se depois eu puder ter acesso a esses documentos, a esses valores, eu ficarei satisfeito.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Nós poderemos explicar. É porque aqui, enfim...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Lógico. Eu não quero...

O SR. LUCIANO COUTINHO - Inclusive, essa é uma matéria...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Lógico. É uma matéria técnica, e eu não quero penalizar meus colegas.

O SR. LUCIANO COUTINHO - É uma matéria técnica e diz respeito a uma empresa aberta, etc., embora esses processos...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Lógico, lógico. É que não ficou claro à época se houve prejuízo para o BNDES. A segunda pergunta é, na verdade, uma impressão pessoal sua, e eu me darei satisfeito pela sua opinião. O senhor é um homem bastante técnico, mas eu estou bastante satisfeito.

O senhor conhece o Sr. Vagner Freitas, Presidente da CUT?

O SR. LUCIANO COUTINHO - Conheço. Ele é membro do Conselho de Administração.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Correto. O Sr. Vagner Freitas, Presidente da CUT, foi Presidente da BANCOOP, um banco que causou, mediante escândalo, um enorme prejuízo a inúmeras pessoas. Ele, na verdade, foi sucedido por uma pessoa que está presa, por causa de vários escândalos. Ele é hoje um membro do Conselho de Administração do BNDES.

A pergunta que eu faço ao senhor é a seguinte: o senhor se sente confortável de estar subordinado ou compartilhar decisões estratégicas do País, de um banco hiperimportante, com uma pessoa com esse currículo?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, como ficou conveniado? Os Líderes perguntam no horário de Liderança?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Ficou conveniado que sim, mas o tempo de V.Exa. já está esgotado. Peço a V.Exa. que conclua.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Fique absolutamente à vontade, se quiser responder ou não. Está certo? É uma questão de fórum pessoal essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY - Fique absolutamente à vontade se quiser responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Presidente Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO - A participação das centrais sindicais no Conselho do BNDES é uma tradição, e o comportamento do Presidente da CUT no Conselho de Administração é apropriado, respeitoso e tem sempre buscado defender o emprego, o apoio à criação de empregos, e não vi em seu comportamento nada de impróprio ou que desabone a sua conduta enquanto membro do Conselho.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Pode me conceder a palavra agora ou depois?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Concedo a palavra inicialmente à Deputada Jandira Feghali, que vai falar pela Liderança do PCdoB, pelo tempo de 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Presidente da CPI, o Relator e o Presidente do BNDES, além dos colegas aqui presentes.

Sr. Presidente, eu acompanhei a reunião das 10 da manhã até a hora do almoço. Fui demandada pelas atividades de Liderança. Pude acompanhar através do nosso membro da CPI, o Deputado Davidson, o desenrolar, e voltei agora aqui porque acho que, depois de 6 horas de debate, de fato, não há mais perguntas a fazer, mas há alguns aspectos que eu gostaria de registrar.

Primeiro, a sua atitude de se colocar à disposição, mesmo antes de qualquer iniciativa desta Comissão. Essa é a forma, em minha opinião, de enfrentar as suposições, as ilações, a contrainformação e a tentativa de desqualificar um dos maiores bancos do mundo, o principal banco de fomento e desenvolvimento do Brasil e um dos maiores bancos do mundo.



Uma CPI, em geral, é feita para desqualificar a instituição, independente de as investigações serem justas ou não. E acho que, na medida em que o seu pronunciamento vai sendo desenvolvido, vamos percebendo as perguntas. As perguntas feitas agora pelo Líder da Minoria, com todo o respeito, demonstraram uma contaminação muito clara do que é o papel hoje da mídia brasileira. Na verdade, o que se faz é tentar apagar a memória recente deste País e das conquistas que nós obtivemos nesse período, com as críticas, com os limites, com as dificuldades, mas é inegável a mudança de comportamento do banco na mudança de ciclo de Governo de Fernando Henrique para Luiz Inácio Lula da Silva.

Eu sou Deputada desde 1991 e pude acompanhar diversos Governos e diversas estratégias político-econômicas no Brasil. E, nesse sentido, nós vimos que o banco recuperou o seu papel real de desenvolvimento e de aposta no desenvolvimento das pessoas e no desenvolvimento social também.

Eu acho que esse vai ser, talvez, o principal ensinamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Quanto mais nós vamos adiante nessa investigação, mais nós vamos ver o papel que esse banco cumpre para o Brasil, para o setor produtivo brasileiro, em todos os seus níveis, na micro, na pequena, na média e na grande empresa, que geram emprego neste País, em todas as áreas de negócio, na agricultura, na área da indústria, da inovação tecnológica e da cultura brasileira, que é importante.

Como ex-Presidente da Comissão de Cultura, eu sei da importância do banco no financiamento de diversos segmentos da cultura, como também a pressão internacional de empresas brasileiras que atuam a partir também de financiamentos do BNDES, consolidando uma geopolítica.

Eu acho que nenhum banco é isento de uma estratégia. Tem hora que ele reduz o papel da intervenção do banco público para o desenvolvimento — que foi o que nós vivemos no período anterior — e tem hora que ele se desenvolve como tem que se desenvolver. E não pode ser culpado por isso, na medida em que, inclusive, esse banco tem um conjunto de estruturas de controle, dezenas de pessoas em cada projeto, dezenas de estruturas de fiscalização e de definição.



É impossível que alguém ali possa desviar o rumo desse banco sem que alguém não identifique ou que não tenha a possibilidade de um processo ilícito que não seja visto ou reconhecido.

Eu acho que o Presidente Luciano Coutinho, pela história pessoal, política e profissional que tem jamais estaria na cabeça de um processo que levasse o banco a atitudes ilícitas ou de demérito da sua história e da história de um banco tão importante para o Brasil.

A minha expectativa é que esta CPI acabe demonstrando o papel positivo do banco na macroeconomia, na política econômica e no desenvolvimento nacional e, particularmente, na geração de emprego e na busca, na verdade, de fazer com que a economia volte a crescer. A minha preocupação, e a de todos nós hoje aqui, é como manter o desenvolvimento de uma política industrial, como incorporar inovação tecnológica nessa política industrial, como sustentar em algumas áreas de política pública o desenvolvimento, como, por exemplo, da saúde, que é uma grande área de desenvolvimento de inovação, e o banco tem papel nisso, inclusive na área de biofármacos, na área de desenvolvimento biotecnológico. Como conseguir, de fato, sustentar um setor gerador de emprego no Brasil, que são as micro, pequenas e médias empresas? Como esse setor produtivo volta a confiar no Brasil e na possibilidade de desenvolver novamente essa economia?

Então, eu quero registrar, como Líder do PCdoB, o nosso respeito pela sua trajetória e pelo seu trabalho à frente desse banco, pelo reconhecimento que nós temos da mudança de papel do banco na última década, que, de fato, voltou a ser um banco fundamental para o desenvolvimento nacional, para o setor produtivo brasileiro e para os trabalhadores. E esperar. Minha expectativa é de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito apure. E a melhor forma de encarar a ilação, a suposição, a contrainformação é encarar, enfrentar a desinformação, informando o que tem que informar tecnicamente, com a sua competência, com a competência da sua equipe, o que é papel do banco, e a sua capacidade de autocontrole, de controle externo sobre as suas atividades. Virar avestruz, e se esconder, e não falar é a pior situação possível.

Acho que sua presença aqui demonstra que este deve ser o eixo: encarar, explicitar, dar maior transparência e fazer com que esta CPI seja, ao final e ao cabo,



um elogio e uma valorização do banco público brasileiro, que é do tamanho do BNDES.

Parabéns, Presidente! Parabéns, Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço à Deputada Jandira, que falou em nome da Liderança do PCdoB.

Sobre a mesa requerimento assinado pelo Líder do PTB, Deputado Jovair Arantes, que concede o tempo destinado à Liderança do partido à eminente Deputada Cristiane Brasil, a quem passo a palavra pelo tempo de 3 minutos.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Deputada Jandira, eu agradeço as suas palavras de elogio à minha pessoa. Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Sr. Presidente, eu queria mais uma vez parabenizá-lo pela sua iniciativa de vir aqui prestar esclarecimentos e demonstrar um preparo técnico impressionante até. Quando eu crescer, quero ser igual ao senhor! É sério, gente, encarar uma CPI e um monte de perguntas não é mole não! E o senhor se saiu muito, muito, muito bem!

É claro que há algumas dúvidas que eu queria que o senhor me esclarecesse. Uma delas é: Como os conselhos que decidem quais são os empréstimos que serão dados ou não têm a coragem até de dar crédito para países que não têm grau de investimento e nem credibilidade no mercado internacional, como Venezuela e Angola?

Eu queria que o senhor me explicasse como essa decisão foi tomada para esses projetos internacionais. Como foram dadas essas garantias de recebimento? Não entendo! Não compreendo! Desculpe-me. Enfim, ainda não tenho esse conhecimento.

Para mim, Sr. Presidente, parece que os critérios são muito mais políticos do que eventualmente técnicos. Está bem claro e evidente, para todo o Brasil até, que esses critérios passam por uma avaliação política, para favorecer países que jamais poderiam ter sido favorecidos por conta de critérios técnicos, pelo que me conste. Devido ao meu não conhecimento, gostaria de saber isso.

Acho o senhor muito corajoso. Dizer que as manobras, que foram consideradas pedaladas fiscais, não são pedaladas fiscais. A sua certeza e



assertividade também são valorosas, Sr. Presidente. Isso não é uma ironia. Estou falando sério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Presidente Coutinho.

O SR. LUCIANO COUTINHO - A Deputada mencionou o caso de duas economias: Venezuela e Angola, onde exportadores brasileiros, competindo com outros exportadores... Os espanhóis e os chineses têm uma presença crescente na África, buscando projetos e oferecendo condições de seguro, condições semelhantes. No caso da Venezuela, além do seguro de crédito dado pelo fundo garantidor brasileiro, há o mecanismo do convênio de créditos recíprocos, que é um convênio da ALADI, reunindo todos os Bancos Centrais do sistema ALADI. Este convênio permite que nós possamos tomar os títulos de dívida da Venezuela, no momento do seu vencimento, e cursar dentro do sistema ALADI, se necessário. Então, na verdade, há uma garantia de liquidez por este convênio que protege as operações. De forma que, além das garantias, o BNDES busca outras garantias que reforçam a segurança dos créditos.

Angola, além das garantias, que passa lá pelo COFIG, etc., como a Deputada sabe, é uma economia exportadora de petróleo, há uma conta petróleo que garante várias prestações na frente. Ela fica sempre obrigada a encher essa conta, a repor essa conta, de maneira que esses mecanismos auxiliares, apesar do risco, apesar de serem economias que não têm grau de investimento, não obstante a construção de garantias sólidas, permitam-nos fazer essas operações de uma maneira muito segura. Assim não há, desde o início dessas operações de exportação, registro de qualquer inadimplemento. Não há inadimplemento nessas operações, não só nesses dois casos, mas em outros casos. Então, é isso que eu posso lhe dizer a respeito de sua pergunta.

A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Agradeço pelas respostas, Sr. Presidente. E ficamos aguardando o desenrolar das investigações, das provas, dos documentos, dos contratos. Caso seja necessário, esta CPI vai requerer inclusive que nós façamos as viagens para conhecer as obras nos seus locais, nos seus países também. E, é claro, poderemos tê-lo o em outras oportunidades aqui com



mais elementos. Nós vamos nos debruçar sobre muitos documentos, e esclarecer mais dúvidas.

Muito obrigada.

O SR. LUCIANO COUTINHO - É nosso interesse esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço à Deputada Cristiane.

Sobre a mesa requerimento assinado pelo Líder do Governo José Guimarães, concedendo o tempo da Liderança ao Vice-Líder do Governo, o Deputado Paulo Teixeira, a quem concedo a palavra por 8 minutos.

É claro que V.Exa. não vai utilizar os 8 minutos. Tenho certeza disso.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Deputado Marcos Rotta, a quem quero cumprimentar pela condução desta Comissão; Deputado e amigo querido José Rocha, Vice-Relator desta Comissão; nossos queridos Deputados Carlos Zarattini, Afonso Florence, Fabio Garcia, Edio Lopes e Cristiane Brasil, que são aqueles que estão presentes neste momento da sessão, eu quero cumprimentar o Presidente Luciano Coutinho. Achei muito gentis as palavras da Deputada Cristiane Brasil. Quero fazer das palavras da Deputada Cristiane Brasil as minhas palavras também, porque o considero um dos maiores homens públicos do nosso País das últimas décadas e considero que a sua gestão à frente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social vai marcar talvez uma das maiores maturações da infraestrutura brasileira.

Gostaria até de comparar outros períodos brasileiros, mas me parece que, do ponto de vista da maturação, da infraestrutura de energia, da maturação da estrutura de ferrovias, rodovias, aeroportos e portos talvez esse seja o período em que tenhamos a maior maturação dessa infraestrutura na história do País. E o BNDES teve um papel central nessa maturação. E creio que nós temos agora um outro desafio. E esse outro desafio me parece que será possibilitado por um acerto momentâneo, que é do dólar, que é o desafio da industrialização brasileira, a continuidade e o aperfeiçoamento da industrialização brasileira.

Eu acho que, desde o Governo Fernando Henrique, passando pelo Governo Lula e o primeiro Governo da Presidenta Dilma Rousseff, o valor do dólar prejudicou muito a indústria brasileira. E acho que agora essa mudança no valor do dólar



permitirá um fortalecimento da indústria brasileira. E eu acho que, além da infraestrutura, o BNDES pode ter um papel ainda maior nesse novo ciclo da indústria brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, esta CPI pode cumprir um papel importante de mostrar a importância deste banco. E eu tenho uma enorme segurança na sua gestão. Quando eu digo que V.Exa. é um dos maiores homens públicos, eu não estou atribuindo isso só à sua competência, mas à grandeza ética e moral que V.Exa. cultivou ao longo da sua história.

Então, eu acho que esta CPI pode ajudar, Presidente, nosso Relator, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Fabio Reis, eu acho que trago aqui uma contribuição dos diálogos que tenho tido com V.Exa. e também com o Deputado Adilton Sachetti. Nós precisamos apaziguar o Brasil. Hoje, a tensão política está gerando grandes repercussões na economia. E as repercussões geradas na economia prejudicam o nosso povo. Quando eu vejo um pai de família desempregado, dói na alma e acho que dói na alma de todo mundo que está aqui. Então, nós precisamos retirar as tensões políticas para que possamos retomar um ciclo virtuoso no País, em que vivemos nesses últimos 12 anos com problemas.

Precisamos dialogar entre nós no sentido de buscar certas pactuações para vencer este momento de crise que, em minha opinião, contamina a economia brasileira. Não existe outra palavra para dizer que os problemas da economia brasileira precisam de correções, de equilíbrio de contas públicas. Todos nós sabemos disso.

Agora, negar que existem efeitos externos no Brasil... Por exemplo, nesta semana, nem quero citar a crise americana ou europeia, há o tema da China, que repercute nas bolsas brasileiras. Então, eu creio que nós temos que superar este momento da crise em que nós estamos vivendo na política para garantir o vigor na economia.

O banco que V.Sa. preside tem um enorme papel neste ciclo em defesa da nossa indústria, na maturação da nossa indústria para uma nova economia do conhecimento.



Portanto, eu quero dizer aqui que eu não tenho dúvida sobre procedimentos, até porque bancos como o BNDES têm procedimentos tão rígidos, são submetidos a regras tão fortes de governança que — com a possibilidade de uma gestão como a de V.Sa. e dos demais diretores, e eu quero homenagear todos — nós estamos vivendo um momento bom do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Mas esta Casa pode, por meio desta CPI, entendê-lo melhor e ajudá-lo neste momento, Presidente e Relator, a superar este momento que estamos precisando superar.

Por isso, a minha fala aqui não é uma fala agressiva ou para desqualificar. Nós precisamos buscar pontes de diálogo, e V.Exas. que estão aqui podem nos ajudar muito na construção de pontes de diálogo. Nós não podemos querer o quanto pior melhor. Nós temos que pensar naquele que está lá na base da nossa sociedade produzindo riqueza, construindo o presente do País, para ver como nós vamos dar as condições a esses segmentos de se desenvolverem.

Por isso, eu quero aqui saudar os Deputados, pois são Deputados da melhor qualidade, trazer esta reflexão e dar um abraço neste Presidente do BNDES. Como a Deputada Cristiane Brasil, eu também o reputo como um dos maiores homens públicos na história do nosso País.

V.Sa. não começou no Governo do Lula. Se não me engano, V.Sa. contribuiu com o Governo do Presidente Sarney. V.Sa. já contribuía com o Governo do Presidente Sarney e é um dos mais renomados economistas do Brasil. É professor universitário. E eu posso usufruir um pouco dos ensinamentos, quando, frequentando a Faculdade de Direito no Largo São Francisco, vejo o brilho do seu filho que, na academia, já demonstra que o bom fruto cai do pé da boa árvore.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Paulo Teixeira.

Ouçõ rapidamente o Deputado Edio Lopes, antes de passar a palavra ao Presidente Coutinho.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, ainda no período em que estávamos a deliberar nesta Comissão pela manhã, com o ilustre Relator, aprovamos aqui a convocação de seis diretores e ficou pactuado que dois diretores seriam, ao arbítrio do Relator, suprimidos daquela lista. A fim de que nós possamos



nos preparar, gostaria de ter com a antecedência necessária os nomes. Eu gostaria de interpelar o Relator se ele já definiu, daquela lista de seis, quais os dois diretores do BNDES que serão suprimidos daquela convocação votada em globo.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Só um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Com a palavra o Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Enquanto Relator, eu posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Por favor, o Relator com a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Foram excluídos da convocação o Diretor de Meio Ambiente Social e o Diretor do Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Requerimentos nºs 128 e 133.

Com a palavra o Deputado Afonso Florence.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, muito rapidamente, em nome do PT, saúdo V.Exa. pela forma serena com que conduziu os trabalhos, o Deputado José Rocha pela acuidade das perguntas, saúdo todos os meus colegas, o Vice-Líder do Governo, Deputado Paulo Teixeira e, especialmente, o Presidente Luciano Coutinho. Pela segunda vez este ano, V.Sa. está aqui na Casa, em CPIs, e mais uma vez, como já foi dito, de forma magistral. Essas palavras elogiosas, mas não gratuitas, do Deputado Paulo Teixeira são as palavras que o Partido dos Trabalhadores quer fazer constar da ata; é a nossa posição. O povo brasileiro vive no cotidiano os benefícios das atividades do BNDES.

Concluo, resumindo, Deputado Paulo Teixeira, que o Presidente Luciano, lá no início dos anos 90, final dos anos 80, com aquele trabalho com a UNICAMP e com o setor industrial, formulou diretrizes gerais para uma política de competitividade sistêmica para a economia brasileira. Certamente, a história lhe propiciou a oportunidade de, como Presidente do BNDES, dirigir esse potente, importante e indispensável estratégico banco público brasileiro, para garantir os investimentos necessários para que a economia brasileira dê salto na sua infraestrutura e também na capacidade produtiva e na sua competitividade.



Finalmente, quero dizer que o serviço financeiro mundial e brasileiro é regido por regras pactuadas, transparentes. O Banco Central publica portarias prevendo taxas e assim por diante.

Portanto, tenho convicção de que esta CPI vai só referendar e dar publicidade àquilo que vem sendo feito com probidade, transparência.

Parabéns, Presidente Luciano Coutinho e toda a equipe e os funcionários do BNDES.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Deputado Afonso Florence.

A caminho do fim, vou passar a palavra ao Relator, que quer fazer uma retificação, para que possa já promover também as suas considerações finais.

Com a palavra o Relator, o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Deputado Edio Lopes, retifico: Requerimento nº 128, José Henrique Paim Fernandes, Diretor de Infraestrutura Social e Meio Ambiente, e Requerimento nº 133, que convoca o Sr. Fernando Marques Santos, Diretor de Recursos Humanos, e não de Planejamento, como eu havia falado.

Ao final, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero agradecer a todos Deputados e Deputadas que participaram desta sessão de perguntas ao ilustre Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e também agradecer, Sr. Presidente, a V.Sa. pela presteza de ter se antecipado, através de ofício a esta Comissão, e vindo aqui fazer esse depoimento e se submetido a esta sabatina.

Quero também perguntar a V.Sa. sobre o prazo para termos aqui todos os documentos de informação solicitados por esta Comissão, para que possamos nos debruçar sobre eles e ter embasamento para as futuras oitivas que haveremos de fazer nesta Comissão.

No mais, agradeço a todos e a V.Sa. a presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Agradeço ao Relator, Deputado José Rocha.



Passo a palavra ao eminente Presidente do BNDES, o Sr. Luciano Coutinho, para que possa também fazer as suas considerações finais.

O SR. LUCIANO COUTINHO - Eu quero agradecer aos Srs. Deputados pelas perguntas. Elas são, para mim, uma oportunidade de prestar esclarecimentos. Quero reiterar a minha disposição, o meu interesse em esclarecer, em elucidar, em fornecer todas as informações a esta Comissão. Quero agradecer especialmente ao Presidente Marcos Rotta pela condução dos trabalhos, pela compreensão do Presidente, do Relator, semana passada, com o falecimento da minha mãe. Eu já deveria ter vindo aqui, mas aquele imprevisto adiou por uma semana minha vinda.

Quero agradecer ao nosso Relator, Deputado José Rocha, pela forma correta e até firme com que tem conduzido o trabalho, solicitando as informações. Nós vamos fazer o possível para entregar no prazo todas as informações. Se tivermos alguma dificuldade, será por questão de dias, porque o volume de informações é bastante grande.

Eu assumi o compromisso aqui, em algumas respostas hoje, de dar informações um pouco mais detalhadas para alguns Deputados sobre questões específicas. Nós o faremos. Eu tenho certeza de que os nossos diretores virão aqui com a mesma orientação, com a mesma disposição de esclarecer, de prestar a esta CPI, com todo o respeito, todos os esclarecimentos de que V.Exas. necessitarem.

Agradeço-lhes. Continuamos à disposição desta Casa e desta Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rotta) - Eu agradeço a V.Sa., Presidente Coutinho, a gentileza de se antecipar a um convite desta CPI. Queria que essa troca de gentilezas entre a CPI e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social pudesse perdurar também para que todos os questionamentos dos Parlamentares sejam enviados a esta Comissão, a fim de que tanto o Relator quanto os Parlamentares, de forma individualizada, possam ter todos os elementos possíveis e necessários para que possamos desempenhar bem o nosso papel. V.Sa. pode esperar desta Presidência sempre o equilíbrio, para que possamos dotar a Comissão de toda infraestrutura. Ao mesmo tempo, teremos a capacidade de observação de que nós estamos tratando de uma das mais importantes instituições de fomento da economia brasileira.



Este Presidente haverá sempre de ser esse ponto de equilíbrio para dotar a Comissão da sua infraestrutura necessária e também trabalhará para que possamos preservar uma instituição que tem mais de 60 anos e grandes serviços prestados à economia do Estado brasileiro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Antes, convoco nova reunião para a próxima terça-feira, dia 1º de setembro, às 14 horas em plenário a ser definido.

Está encerrada a presente reunião.